

ISSN 1414-6304

Revista

# MÚLTIPLA

NÚMERO 24 – ANO XIII – JUNHO 2008

## EDITORA

Mercedes G. Kothe

## CONSELHO

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

Michitoshi Oishi

João Alfredo Leite Miranda

Manoel Moacir C. Macêdo



Faculdades Integradas

**Diretor-Presidente**

**Diretor Administrativo**

**Diretor Financeiro**

**Diretor de Relações Públicas**

**Diretor de Ensino**

**Diretor de Pós-Graduação**

**Diretora de Avaliação**

**Diretor de Ensino a Distância**

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Ana Cristina Morado Nascimento

Benito Nino Bisio

Sebastião Fontineli França

Andrezza Rodrigues Filizzola Bentes

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

---

**Revista Múltipla** – Ano XIII - vol. 18 - nº 24, junho de 2008.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

168 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

**CDU**

**301(05)**

Internet: <http://www.upis.br>

---

### **Revisão dos Originais**

Antônio Carlos Simões e

Geraldo Ananias Pinheiro

### **Capa**

Ton Vieira

### **Diagramação, editoração eletrônica e impressão**

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

# SUMÁRIO

- 5** Apresentação
- ENSAIOS*
- 9** O desenvolvimentismo e as alianças políticas  
*Celso Silva Fonseca*
- 39** Os espaços de visibilidade da arte no renascimento e no barroco italianos  
*Juliana de Souza Silva*
- 57** Europa: unidade possível? A crise do século III e as possibilidades da União Européia  
*Eduardo Fabbro*
- 77** Hino Nacional Brasileiro: entre espaços de experiências e horizontes de expectativas  
*Ricardo Marques de Mello*
- OPINIÃO*
- 97** Desmitificando a imagem do Brasil no exterior a partir das ações de divulgação realizadas pela EMBRATUR  
*Wilson Andrade de Freitas*  
*Magali Regina Michels Przybycien*  
*Cecília Vieira Martins de Paula*
- 119** A revitalização de centros históricos a partir da implementação de equipamentos culturais e de lazer  
*Vinicius Lino Rodrigues de Jesus*
- INFORMAÇÃO*
- 143** Expansão canavieira no Cerrado e as implicações na produção de alimentos: o caso Rubiataba - Goiás  
*Silvia Regina Starling Assad de Ávila*  
*Mário Lucio de Ávila*
- 163** A Inquisição no Rio de Janeiro no começo do século XVIII (resenha)  
*Carla Costa Moreira Guedes*
- 167** Normas para colaboradores

# SUMMARY

## **5** Foreword

### *ESSAYS*

## **9** Developmentalism and political alliances in Brazil

*Celso Silva Fonseca*

## **39** Art visibility in Italian renaissance and barroco

*Juliana de Souza Silva*

## **57** Europe: a feasible unity? The crisis of the 3rd century and the possibilities of the European Union

*Eduardo Fabbro*

## **77** The Brazilian National Anthem: experiencing spaces and lines of expectations

*Ricardo Marques de Mello*

### *OPINION*

## **97** Demystifying the image of Brazil abroad: Embratur's tourism promotion policies

*Wilson Andrade de Freitas*

*Magali Regina Michels Przybycien*

*Cecília Vieira Martins de Paula*

## **119** Revitalizing historic sites from cultural and leisure assets

*Vinicius Lino Rodrigues de Jesus*

### *INFORMATION*

## **143** The expansion of sugar cane in the Brazilian savannas and its implications for food production: the case of Rubiataba, Goiás.

*Silvia Regina Starling Assad de Ávila*

*Mário Lucio de Ávila*

## **163** Inquisition in Rio de Janeiro in the early 18th century (book review)

*Carla Costa Moreira Guedes*

## **167** Norms for contributors

# APRESENTAÇÃO

O exemplar da **Revista Múltipla** que ora apresentamos aos nossos leitores trata de temas relacionados a diversas áreas do conhecimento. Destaca assuntos sobre a Europa e o Brasil, com ênfase na História, Arte e Turismo.

Na secção *Ensaio*, apresentamos artigo que avalia a crise do império romano no século III, com a tentativa de buscar elementos que poderiam possibilitar uma Europa unida. Contemplamos outra temática sobre os espaços de visibilidade da arte em dois momentos da história italiana: o renascimento e o barroco.

Nos temas referentes ao Brasil, há texto que aborda os ajustes políticos, partidários e administrativos para o projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek; e outro, que efetua análise das recepções do Hino Nacional brasileiro, com base nas proposições teóricas da história da leitura de Roger Chartier.

Na secção *Opinião*, a **Revista** analisa as ações da Embratur, principalmente em feiras no exterior, na tentativa de melhorar a imagem do Brasil na área turística. Ainda no campo do turismo, sobressai trabalho que apresenta um paralelo entre as políticas públicas de revitalização de centros históricos adotadas em importantes cidades.

Na secção *Informação*, apresentamos objetos de estudo sobre a expansão canavieira no Cerrado, correlacionada com a diminuição da produção de alimentos, principalmente o milho e o leite. Complementa a edição, resenha da obra de Gilberto de Abreu Sodré Carvalho, sobre a inquisição no Rio de Janeiro, no começo do século XVIII.

Esperamos que os temas apresentados sejam de interesse dos leitores.



# ENSAIOS



## **Introdução**

Nos primórdios dos anos JK, em meio a descompassos no ordenamento político e desconfianças quanto à sustentabilidade do governo, o Presidente eleito pressupõe ajustar a política econômica que possibilitaria instruir e reformar a base produtiva do País em patamares superiores. Referia-se à política desenvolvimentista que havia concebido desde a época em que fora governador do estado de Minas Gerais e agora propunha estendê-la à escala nacional. Acreditava o Presidente que o avanço do País e a possível superação de obstáculos estruturais dependiam da adoção de programas econômicos ousados e determinação político-administrativa.

Com o nome de Plano de Metas foi batizado o projeto de desenvolvimento econômico que serviria como programa de governo de Juscelino Kubitschek. Compunha-se de trinta metas a serem alcançadas nos cinco anos de governo, divididas em quatro setores: energia, transportes, alimentação e indústria de base. Ademais, havia a meta adicional, a “meta síntese”, que era a construção de Brasília, a nova capital. O Plano de Metas foi a primeira experiência brasileira – e uma das primeiras em América Latina – na qual o governo baseou sua ação na consecução de um programa desenvolvimentista.

A adaptação ao sistema internacional cambiante, as respostas dadas pelos atores interno e externo, assim como a evolução ideológica e acadêmica da planificação econômica, geraram as chamadas políticas de desenvolvimento para solucionar problemas concretos a partir de elaborações teóricas. A “época dourada do desenvolvimento” foi fenômeno global, mas também foi fenômeno característico da América Latina. As políticas desenvolvimentistas se podem equiparar ao que em nações mais industrializadas foram as políticas keynesianas. Tendo em vista as particularidades, o contexto nos remete ao período posterior a 1929, no qual se deixou de considerar o mercado como principal agente do crescimento e se considerou o papel do Estado como motor do desenvolvimento econômico. Associado

ao desenvolvimento está a planificação econômica estatal, ainda há que relevar que esta se executou desde posturas diferentes ao intervencionismo ou ao protecionismo, pese a que em parte derivava dessas práticas.

O objetivo do governo desenvolvimentista de Kubitschek foi a industrialização do Brasil, respondendo aos novos parâmetros dos investimentos no Ocidente. Tratava-se de avançar no processo, implantando indústrias de bens de equipamento, bens de capital e bens de consumo mais elaborados. Portanto, o papel da política econômica já não se podia limitar ao intervencionismo; o Estado devia sistematizar sua ação, combinando-a com o capital privado, atraindo investimentos e canalizando-as setorialmente.

A execução do projeto desenvolvimentista requeria o apoio parlamentar para aprovar as propostas do governo JK no Congresso. Caso houvesse discordâncias na base de sustentação política, o governo poderia ter seus planos frustrados. Essa combinação dos ajustes políticos, partidários e administrativos é o que pretendo apresentar nesse artigo. Terei presente os trâmites no Congresso e a reformulação administrativa que agilizaram expedientes para se obter e aplicar os recursos do Orçamento Federal e financiamentos internacionais. Tudo isso em sincronia com os compromissos que vinculavam os congressistas às regiões que supunham representar politicamente no cenário nacional.

## **1. As articulações políticas e a economia: o estado e o populismo**

À planificação econômica se vinculam outros fundamentos sociais de natureza não econômica, necessariamente. No caso brasileiro, estava a troca de sentido na economia, buscando coincidir a implementação do desenvolvimentismo com a ideologia que mais diretamente influenciou a economia política brasileira e também, de modo geral, todo o pensamento econômico contemporâneo latino-americano.<sup>1</sup>

Faz-se necessário, portanto, situar o desenvolvimento e seu oportunismo numa quadra histórica de amplas posições e, dialeticamente, de profundas contradições.

A retomada do crescimento econômico era impostergável em meados dos anos 50. A opção industrial tornou-se a ideia-força da política econômica para a superação da crise na qual o País se envolvera após o nacionalismo varguista.

A partir de junho de 1953, através de suas mudanças ministeriais, Vargas embarcou em nova estratégia política, baseada no esforço para mobilizar a classe operária sem afastar, ao mesmo tempo, os industriais. Essa estratégia seria muito difícil quando as verdadeiras medidas de estabilização se fizessem sentir. Os traba-

lhadores lutavam por aumentos de salários, para compensar a inflação, e os industriais pressionavam o governo no sentido de manter a política creditícia que havia possibilitado o extraordinário surto industrial, entre 1948 e 1952. As restrições de crédito e as limitadas fixações de salários atalhariam, portanto, o apoio daqueles mesmos setores que Vargas procurara cortejar. Isso fomentou a crise de 1954.

Historicamente, a opção industrial contextualizou-se no esgotamento estrutural do modelo econômico agroexportador no final da década de 20, que impôs novas determinações à gerência da política econômica do País. Embora não se tenha implantado o modelo agroexportador afirma-se, contudo, que a crise sistêmica de 29, somada às adversidades acumuladas pela política de valorização do café desde primórdios do século XX, não mais encontrava suportes de sustentação na sociedade brasileira.<sup>2</sup>

Mais do que isso, a retomada do crescimento econômico pelas potências centrais após a Crise de 29 aboliu, na forma e no conteúdo, o livre comércio das Nações. O intervencionismo estatal, referendado no “New Deal”, tornou-se constante nas economias ocidentais, e as restrições impostas pelo mercado internacional à economia agroexportadora levaram o Brasil a optar pela indústria. Para transformar as economias agroexportadoras em industriais era necessário incrementar a participação do Estado na economia por meio de planejamento global.<sup>3</sup> Acelerou-se, portanto, o modelo econômico de substituição de importações.

Algumas condições existentes favoreceram esse novo modelo econômico. O mercado interno consumidor de produtos importados apresentava cifras como: de 1950-54 importavam-se 12,6% de manufaturados; no período de 1955-61 essas importações caíram para 8,6%. De 1940 a 1961 a produção industrial brasileira quase sextuplicou e teve ritmo de crescimento maior do que o dobro do ritmo de crescimento global da economia.<sup>4</sup>

Outro índice a ser considerado refere-se ao crescimento populacional. Em 1950, o crescimento populacional foi de 3%, mas o índice de crescimento urbano de 6%. Nesse mesmo ano, 36,2% da população era urbana e, em 1960, atingiu-se a cifra populacional citadina de 45,1%.<sup>5</sup>

Os índices apresentados poderão conduzir a outras inferências. Ocorreu também maior mobilização política, uma vez que se efetivaram mudanças importantes na distribuição ocupacional urbana da população brasileira. Essa mobilização implicou uma nova correlação das forças sociais, haja vista o aumento substantivo do proletariado e de segmentos com melhor remuneração salarial, bem como de pequenos e médios proprietários, notadamente no setor comercial, cujas atuações e perspectivas diferenciam significativamente do quadro anteriormente existente,

ressaltando que possuíam um grau mais elevado de exigências e reivindicações. Ou seja, a partir de 1950, a sociedade brasileira articulava-se com novos parâmetros, compondo uma disputa eleitoral mais objetiva em relação a seus interesses e melhor organizada para materialização de seus ideais.<sup>6</sup>

Diante dessa nova realidade foi imprescindível readequar a estrutura de poder às novas demandas sociais. A questão seria encontrar uma combinação positiva e dinâmica entre o setor industrial emergente com o setor agrário que, embora perdendo sua hegemonia política, ainda seria subtraído de suas divisas de exportação para suprir as exigências de importações do setor industrial destinado a atender o mercado interno.

Com base na política de massas e no dirigismo estatal efetuavam-se as rupturas estruturais indispensáveis ao novo modelo político e econômico: o populismo nacional-desenvolvimentista.

Portanto, no bojo do projeto desenvolvimentista inseria-se o populismo por lógica interna à sua prática. A nova distribuição ocupacional propiciou maior mobilização política e a resultante foi o aparecimento de relações diretas do tipo “massa-elite”<sup>7</sup>, que se exprimiam através do populismo e cuja dinâmica e conteúdo podem ser resumidos, segundo Francisco Weffort, da seguinte maneira: *Por um lado, as novas massas politicamente relevantes outorgavam, através do voto, legitimidade ao regime e à conciliação entre as elites e estas, por sua vez, comprometiam-se a ampliar as oportunidades de emprego, garantindo dessa maneira a legitimidade de seu mando.*<sup>8</sup>

O populismo requeria, constantemente, a absorção e remanejamento dos novos segmentos sociais, lançados no mercado como instrumento próprio de sua sobrevivência. Se a ideologia desenvolvimentista desempenhava o papel de galvanizador e articulador do capital, dos novos investimentos; enfim, de aparelhamento da classe dominante, era o populismo o veículo atenuante dos conflitos sociais, amortecedor das diferenças de classe e, sobretudo, o móvel que viabilizava a manutenção dos grupos políticos no Poder, tanto os tradicionais como os emergentes.

A implantação do Estado populista no Brasil reflete, de um lado, a modificação da correlação de forças no seio das classes dominantes em prol de novos segmentos com base na acumulação industrial e financeira e em detrimento dos segmentos agroexportadores; de outro lado, a institucionalização do poder político das forças populares, que vinham conquistando espaço político no País já há algumas décadas. Daí a importância da ideologia desenvolvimentista-populista que incorporava a emergência das massas no jogo político nacional, ao mesmo tempo em que as entorpecia e submetia ao projeto de desenvolvimento capitalista.

A alteração da correlação das forças no seio das classes dominantes em favor do setor industrial e financeiro põe questão diferente. Estabelecer-se-ia nova hegemonia política no País? A resposta será um sonoro “não”.

Sem atentarmos para as especificações teóricas e históricas do conceito de hegemonia, a burguesia industrial e a burguesia financeira não conseguiram se impor, subordinando as estruturas do Estado e a política econômica geral, em nível nacional.

Foi notório o desenvolvimento industrial do período 1955-1960. A indústria de aço cresceu em 100%, as indústrias mecânicas 125%, as indústrias elétricas e de comunicações 380% e as indústrias de equipamentos e transportes 600%. De 1957 a 1961 a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano, aproximadamente 4% *per capita*. Para a década de 50, o crescimento *per capita* efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o do resto da América Latina.<sup>9</sup>

Nem por isso se pode afirmar que houve o estabelecimento da hegemonia, industrial ou financeira. O Estado transferiu renda da agricultura para a indústria, mas sem subordinar o setor agrícola às necessidades históricas da indústria; o Estado assegurou capitais externos para a expansão industrial subordinando-a à determinação internacional, que por sua vez estava subordinada a esse mesmo capital.<sup>10</sup> Enfim, o espaço ampliado da burguesia industrial não foi obtido pela capacidade orgânica de suas próprias articulações econômicas nem, tampouco, por livre e consciente associação com o capital externo, mas através do intervencionismo estatal, que já possuía compromissos com outros segmentos sociais. Aliás, são exatamente esses outros compromissos que permitiram favoritismo à indústria, com margem razoável de lucros, sem desestabilizar a ordem político-industrial.

Sem haver concessões aos vários novos segmentos sociais, sejam da indústria, do comércio, das instituições financeiras ou da própria burocracia estatal ampliada, tornar-se-ia muito difícil deter o surgimento de nova representação política classista. Além do mais, o setor tradicional, agroexportador, que detinha parcela considerável do eleitorado nacional, contrariaria os diretores da política econômica industrial e poderia obstar todo o projeto desenvolvimentista através de forte oposição em nível parlamentar. Mesmo havendo a necessidade de transferir o excedente da agricultura para a indústria, quer privada ou estatal, manteve-se a rentabilidade média do setor agroexportador, *pois esta garante, proporciona os meios de pagamento internacionais indispensáveis ao surgimento da oferta interna de bens de capital e insumos básicos.*<sup>11</sup>

Não há, porém, como desconsiderar a ação das classes trabalhadoras no período em estudo. Em 1953, a classe operária se manifestou contra a fome e a

carestia em cerca de 800 greves, com participação de várias categorias profissionais. Data desse ano a greve dos 300000 trabalhadores de São Paulo, da qual participaram os têxteis, metalúrgicos, gráficos, entre outros. Em todas as greves, a participação do PCB foi intensa, tornando-o a liderança mais significativa.<sup>12</sup>

Além disso, as organizações das classes trabalhadoras se multiplicaram na década de 50 e início de 60: criaram-se o PUI (Pacto de Unidade Intersindical); as Comissões de Fábricas; o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores); todos objetivavam a ruptura da estrutura sindical vertical, o que, se ocorresse, retiraria das mãos do Estado um formidável – senão imprescindível – instrumento de manobra das classes trabalhadoras.

Todos esses elementos articulavam-se em dinâmica progressiva e contraditória, e nem sempre previsível aos detentores do Poder. Esse quadro justificava as constantes intervenções do Estado, ora como gendarme de fato, outro paternalista e distribuidor de concessões.

Os compromissos referidos, na realidade, refletiam o grau de complexidade do Estado populista. Para beneficiar determinado segmento social prioritariamente, nesse caso, a burguesia industrial, implicava repassar concessões e benesses a outros segmentos que possuíssem relativos poderes de persuasão junto ao Estado. Caso contrário, poderiam ocorrer focos de instabilidade, e até mesmo eventual disseminação desses focos, um comprometimento de toda a política econômica estatal.

Tratando-se do setor agroexportador, a questão torna-se mais delicada. O fato de as exportações agrícolas serem indispensáveis para a obtenção de divisas internacionais, e o PSD (Partido Social Democrático) ser a representação política desse setor econômico, acentuava-se a conexão do governo federal com essa demanda da sociedade, já que o PSD representava a opinião dominante dos estados e possuía a maior bancada política no Congresso.

O acelerado crescimento industrial impôs o aumento do contingente operário e transferiu parte considerável da população rural para os centros urbanos. Esse quadro redefinia relativamente a lógica da composição das forças políticas, exigindo do bloco de poder tratamento diferenciado a esses múltiplos componentes sociais. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) desempenhava funções singulares: teria que obstar o desenvolvimento político orgânico dos trabalhadores, sem radicalizá-los, ao mesmo tempo em que se encontrava vinculado à estrutura do Estado e, portanto, não podendo contrariar suas orientações.

Por isso, a dinâmica do populismo como política de massas exigia a contínua oferta de empregos. Juscelino Kubitschek, cômico dessa realidade e acossado

pela crise decorrente do suicídio de Vargas e pelas resistências à posse dos novos eleitos (ele mesmo e João Goulart), lançou-se ao incremento na produção industrial. Esse incremento atenuaria a primeira exigência e lhe permitia discurso com prováveis dividendos políticos, que era o aumento da produção industrial com o fim último da melhoria do nível de vida da população. A materialização desse objetivo exigia a manipulação de bens e valores.<sup>13</sup>

A alocação de recursos exigia concomitantemente racionalidade técnica e política. A decisão de planejar a economia resultou da percepção da dinâmica do sistema político em garantir oportunidades para os novos eleitores e também assegurar a legitimidade do sistema. Em suma, a política de massas funcionou como técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado, por serem estes, em última instância, as reais garantias do processo desenvolvimentista.<sup>14</sup>

O Estado adquiriu novas características sem desaperceber-se de sua condição original no bojo de um processo histórico também singular. Raul Prebisch afirmava em meados da década de 40: *A realidade está destruindo na América Latina aquele velho esquema da divisão internacional do trabalho que, após haver adquirido grande vigor no século XIX, seguiu prevalecendo, doutrinariamente, até bem pouco [...] Não cabia, ali, a industrialização dos países novos. Não obstante, os fatos a estão impondo.*<sup>15</sup> Nesse entendimento, Roberto Simonsen afirmou: *[...] não existe possibilidade, com a simples iniciativa privada, de fazer crescer a renda nacional, com rapidez, ao nível indispensável para assegurar um justo equilíbrio econômico e social, sendo indispensável, portanto, a planificação.*<sup>16</sup>

Essas ponderações fundamentavam a necessidade de criar-se um Estado que, mesmo coexistindo com quadros políticos de representação social diferenciada, objetivasse determinados projetos, a fim de promover crescimento econômico e readequar o parque produtivo, embora subtraísse prerrogativas próprias dos políticos.

Sabe-se que a política sempre está atrasada – e muito atrasada – em relação à economia. Os aparelhos estatais são muito mais resistentes do que se acredita, e conseguem organizar forças em quantidade maior que a profundidade que qualquer crise permita suportar.<sup>17</sup>

O planejamento econômico do período JK leva a novas considerações. Em primeiro lugar, assinalo o Estado exigido para a implantação do planejamento econômico, segundo as contingências sociais. Em segundo, detecto as condições concretas para sua materialização, ou seja, os recursos econômicos, financeiros,

administrativos e humanos requeridos. E, finalmente, abordo o tratamento do Congresso Nacional referente ao Plano de Metas.

Gunnar Myrdall, no seu conceito de “Estado de Bem-Estar”, alcunhado de “capitalismo bonzinho”<sup>18</sup>, reiterava a necessidade de um Estado forte para dirigir a economia. Consubstanciando essa tendência percebemos que parcela considerável da burguesia nacional e seus intelectuais orgânicos deram acolhimento a um regime político mais autoritário nos golpes de 1954 e 1956.<sup>19</sup> Rememorando, tem-se já, na década de 20, figuras proeminentes como Roberto Simonsen advogando a necessidade de um Estado forte para reorientar e readequar a economia nacional.<sup>20</sup>

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB – 1955/1964) incorporou bem as teorias de Myrdall e avançou nesse sentido, convertendo-se no principal órgão gestor da ideologia nacional desenvolvimentista nos momentos subsequentes.

Segundo essa concepção, o Estado empreendedor e modernizador, ao invés de representar as classes ou expressar-lhes as forças em conflitos, substituíram-nas, tornando-se o sujeito da história com casta privilegiada de técnicos e burocratas. Mas é preciso reafirmar que inexistia uma classe hegemônica, o que, em boa medida, facilitava a compreensão e a aceitação de um intervencionismo estatal nas relações sociais e na determinação do modelo econômico, e que esse comprometimento do Estado favoreceria alguns segmentos de classe, na gestão JK, notadamente o setor industrial.

A política econômica do Estado no período 1956-1961 inspirou-se nos conceitos desenvolvidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e no Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953). Foram dessas comissões que saíram o Plano de Reabilitação da Economia Nacional e o Reparcelhamento Industrial (2º Governo de Vargas), o Plano de Metas (Juscelino Kubitschek) e o Plano Trienal de Desenvolvimento (João Goulart).

O relatório da Comissão Mista apresentou levantamento meticuloso da situação econômica do País, como poucas análises econômicas da época, voltado interinamente para o “desenvolvimento nacional”. O objetivo básico da Comissão Mista foi o de promover a industrialização, isto é, criar as condições para o advento da acumulação de capital em escala monopolista. Aliás, essa já avançava a passos largos há mais de duas décadas e, segundo a apreciação da Comissão Mista sobre a economia brasileira, tropeçava em problemas de infraestrutura.<sup>21</sup>

Era necessário também remover alguns obstáculos, dentre os quais as atitudes e instituições culturais arraigadas na tradição herdada de uma agricultura predadora anacrônica, ou nos hábitos especulativos do comércio e no sistema de

governo paternalista. Além disso, a Comissão Mista apontava problemas na área de abastecimento de produtos agrícolas, denunciando a existência de oligopsônios de comercialização que revendiam os gêneros alimentícios a preços elevados, impedindo, assim, que os produtores se beneficiassem dos estímulos do mercado.

A expansão industrial, verificada nas décadas anteriores à Comissão Mista, exigia, segundo ela, esforços imediatos no sentido de se incrementar o fornecimento de energia e de se melhorar o sistema de transportes. A proliferação industrial e o forte surto de urbanização dessa época (início da década de 50) havia elevado as necessidades de eletrificação, acentuadas pela implantação de indústrias de eletrodomésticos. Além disso, os mercados regionais deveriam ser unificados num grande mercado nacional, através de um sistema de transportes mais eficiente do que o então existente no Brasil.

A Comissão Mista aconselhava o governo brasileiro a elaborar um programa de investimentos prioritários que objetivassem:

*A - Eliminação dos pontos de estrangulamento que impedem ou dificultem a distribuição da produção existente, ou resultam na subutilização dos recursos produtivos.*

*B - Remoção de obstáculos à maior expansão da produção agrícola, mineral e florestal, assim como a ampliação de fábricas existentes ou a instalação de novas.*

*C - Integração do mercado interno em virtude de um sistema mais eficiente de conexões inter-regionais que favorecerão a especialização e produção em larga escala.*

*D - Descentralização da indústria para distribuir o poder econômico, aliviando o congestionamento dos presentes centros industriais.<sup>22</sup>*

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, representou passo decisivo na elaboração da política de acumulação industrial no Brasil. Após longo período de improvisações e casuísmos, partiu-se para a congregação dos esforços do aparato estatal no sentido de facilitar, de todas as maneiras, a expansão industrial. Nesse sentido, o BNDE surgia como principal agência financiadora de investimentos do País, destinada a viabilizar, por meio de critérios, avais de financiamentos externos e outros privilégios os projetos volta-

dos para o desenvolvimento industrial. No primeiro momento, as energias do BNDE foram canalizadas para a infraestrutura - que era a área mais problemática para a expansão industrial - para, em seguida, a partir da segunda metade da década de 50, dedicar-se aos investimentos privados. Dessa forma, o BNDE cumpria os desígnios da Comissão Mista e procurava dissolver os pontos de estrangulamento constituídos pelos setores de energia, transporte e insumos básicos.

Em 1953, criou-se um grupo de trabalhos formado por técnicos do BNDE e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), sob a chefia de Celso Furtado, com o propósito explícito de completar os trabalhos da Comissão Mista e elaborar um “programa de desenvolvimento” para o período de 1955 a 1962.

A CEPAL constituiu-se no marco teórico decisivo para a gestação das principais teses sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento periférico, que animaram a discussão teórica latino-americana do após-guerra.<sup>23</sup>

O Grupo Misto realizou estudo detalhado da economia brasileira, assinalando seu considerável desenvolvimento, verificado no imediato pós-guerra (1945-1955) devido, por um lado, à rápida recuperação do mercado mundial, que acarretou: a brusca elevação dos preços do café, a partir de 1949, o crescimento da capacidade para importar, a melhoria nas relações de preços de intercâmbio, a política de estabilidade cambial e a seletividade nas importações brasileiras. Houve, por outro lado, consequências benéficas devido também a fatores internos, particularmente aos investimentos industriais.

Os fatores estratégicos que determinavam o crescimento econômico do País giravam em torno de três variáveis: a) o esforço interno de poupança; b) as modificações nas relações dos preços de intercâmbio e c) a entrada líquida de recursos externos.<sup>24</sup>

Nas palavras do Grupo Misto:

*É preciso aumentar o coeficiente de investimento, se quiser alcançar um ritmo de crescimento mais elevado. Isto resulta em um aumento correspondente de poupança, que não poder ser atingido sem uma redução do consumo anual. Porém, [...] a população não aceitará facilmente modificações em seus hábitos de consumo e poupança, a menos que haja uma sensível diferença no volume da renda ou em sua distribuição pelos diversos grupos sociais. [...] Em segundo lugar, se a pressão sobre o consumo for muito forte, este poderá torna-se inferior à capacidade instalada das indústrias de bens de consumo de modo que se perderá o estímulo propiciando por este importante setor da produção. Estas dificuldades práti-*

*cas constituem uma das razões fundamentais da convicção de que a poupança deve ser completada pelo capital estrangeiro, a fim de alcançar-se maior ritmo de crescimento.*<sup>25</sup>

Para completar o curto apanhado das proposições do Grupo Misto, deve-se mencionar, ainda, a atenção dedicada aos problemas de transporte e energia, apontados como os principais empecilhos para a continuidade do crescimento econômico. Tais aspectos infraestruturais são considerados merecedores do maior volume de recursos em vista das funções estratégicas que desempenham, segundo orientações já traçadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Lucas Lopes, recomendado por JK, chefiaria a equipe encarregada de reformular e desenvolver uma série de conceitos. Daí surgiu a percepção da importância de cinco setores abrangidos pelo Plano de Metas: Energia, Transportes, Alimentação, Indústrias de Base e Educação.

O Plano de Metas confundia-se com o governo Juscelino Kubitschek e a construção da nova Capital, Brasília, coroaria a política nacional-desenvolvimentista. Esboçara-se projeto político e econômico que cumpriria sua função histórica de inserção definitiva do Brasil na órbita do capital monopolista e, por contradição inerente a esse mesmo processo, a médio prazo, esgotaria as possibilidades de permanência da política populista.

## **2. Política e administração do Estado**

Sugere-se agora a compreensão de como implementar o Plano de Metas. Sua materialização implicava novo ordenamento administrativo, exigia expedientes novos no comportamento burocrático e era necessário constituir um quadro funcional coerente com a lógica e a eficácia do projeto econômico. E, por contingência do processo político, era necessária a legitimação pela via parlamentar.

A dimensão política do período JK, conforme discutido no item anterior, esteve atrelada ao modelo econômico do governo e neste encontrou sua significação e eficácia. A “inequívocidade” do Plano de Metas conduziu os debates parlamentares para o horizonte das questões econômicas sem lhes permitir questionamento de maior profundidade em relação a essa perspectiva. Procedendo dessa maneira, o Executivo limitava o âmbito das polêmicas e alterações político-partidárias e, na iminência do aprofundamento delas promovia acomodações no quadro burocrático-ministerial de seu organismo. Ao longo deste capítulo inseriremos os discursos parlamentares que substanciam a hipótese.

A competência difusa do quadro administrativo governamental, justificada historicamente<sup>26</sup>, cerceava prática administrativa mais ousada, mais moderna.

As reformas na administração pública brasileira, notadamente a introdução do sistema de mérito, iniciaram-se na década de 1930. Entretanto, diversos fatores de ordem política, entre os quais cabe mencionar e persistência da política de clientela, diluíram o impacto das reformas. Se tomar como critério de aferição dessa resistência a relação entre funcionários concursados - que ingressaram no serviço público pelo sistema de mérito, exigência legal que data da Constituição de 1934 - e funcionários não concursados - que ingressaram no serviço público através de influências e acomodações políticas - verifica-se que a porcentagem dos concursados em relação ao funcionalismo total oscila, segundo diversas estimativas, entre 10 a 16%<sup>27</sup>. Em 1958, segundo os dados do censo servidor público federal, havia 229.422 funcionários públicos federais; porém, até aquela época, o DASP só havia habilitado em concurso 28.406 pessoas, donde a conclusão de que, na melhor das hipóteses, apenas 12% do funcionalismo público federal teria ingressado pelo sistema de mérito<sup>28</sup>. Diante de tal realidade em 1956, duas foram as alternativas apresentadas, uma pela CEPA (Comissão de Estudos e Planejamento Administrativo) e outra pela GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), que propunham explicitamente, a criação de órgãos paralelos à administração normal, que seriam os encarregados da implementação do plano. Alguns órgãos foram criados; Grupos Executivos e Conselho de Política Aduaneira; e outros foram reorientados: BNDE, Banco do Brasil - CACEX e SUMOC.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE - tornou-se, no ano de 1956, um ponto de acirradas polêmicas parlamentares em virtude das funções que lhe atribuíam: órgão financiador da produção e da infraestrutura interna.

O Senador Alencastro Guimarães (UDN) dizia a respeito, em 8 de novembro, o seguinte:

*O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico nasceu para um programa (projetos de Comissão Mista Brasil-Estados Unidos); se tivesse realizado o programa com toda a razão extinguir-se-ia, mas, com muito mais razão deve terminar se não cumpriu o programa a que se destinou [...] espero que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, reabilitado do seu passado, sua inoperância e sua inutilidade, mostre daqui por diante que serviu para alguma coisa de concreto - para o nome pomposo que adotou<sup>29</sup>.*

Estas invectivas do Senador Alencastro originavam-se do fato de o Executivo haver solicitado ao Congresso mais verba para o BNDE, isto é, aumento do percentual da arrecadação tributária para aquele Banco.

A resposta à oposição ocorreu dois dias depois na palavra do Senador Gaspar Veloso:

*[...] lembrei-me, então, de que o povo brasileiro, o homem brasileiro, não possui o sentido de poupança; não encontrou ainda necessidade de amearhar para o futuro [...] O brasileiro não possui esse sentido [...] Esse homem, consequência do meio em que vive, não conseguiu adquirir o hábito salutar de amearhar e aplicar o que amearha, em bem da coletividade, em bem do seu país. O Governo, então, através dos órgãos que constituem a infra-estrutura da administração; naqueles que cuidam do sentido da nacionalidade, que estudam a vida social e nacional, não sob o ponto de vista político, mas sim sob o aspecto administrativo e social, teve que buscar elementos para educar esse povo.<sup>30</sup>*

Tais argumentações, nem sempre proficientes, engastavam-se num conduto real, que era a necessidade de garantir os financiamentos para os parques industriais em montagem. Enfim, pelo fato de representarem o pensamento da maioria do Congresso (PSD-PTB), legalizavam, pelo visto, a Mensagem Presidencial.

Se, por um lado, os argumentos da situação (PSD e PTB) não eram convincentes, pecando por suas generalizações, por outro a postura da oposição mostrava-se inepta por sua tibieza:

*Qual a medida, qual a iniciativa, qual a providência de origem governamental em matéria administrativa que a oposição obstou? Que dificuldades lhe criou? Nenhuma. Apenas tem debatido. Apenas criticado. Apenas discutido e analisado [...] Uma democracia não comporta o silêncio. O papel da oposição é combater. Assim é que coopera. É analisar. Assim é que esclarece. E combater não é negar tudo. Como cooperar não é tudo dar.<sup>31</sup>*

Se dessa forma solucionava-se o problema da adequação funcionalismo-administração, ampliava-se, inobstante, o atrito entre o Executivo e o Legislativo, na medida em que se criaram novos órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, que subtraíram prerrogativas e funções do legislativo.

Denúncia do Senador Sérgio Marinho com relação ao centralismo exercido pelo Executivo mostrou a consequente condição secundária que coube ao Congresso.

A condição subserviente do Congresso em relação ao Executivo possuía sua lógica. A implementação do Plano de Metas segundo o *slogan* “50 anos de desenvolvimento em 5 anos de governo” exigia esforço suplementar do Congresso, ou então utilizavam-se mecanismos que, embora regimentais, driblavam a conduta normal dos trabalhos parlamentares, tais como a votação simbólica e não votação nominal das lideranças. Esses recursos não passavam despercebidos pela oposição, sendo contudo inócua a mobilização para obstá-los. Ilustra bem esse quadro o discurso de Alencastro Guimarães, em 8 de novembro de 1956, sobre a solicitação do Executivo por maior alocação de verbas para o BNDE:

*Mais uma vez vai o Senado deliberar sobre assunto de extrema importância, repito, em caráter de urgência e, portanto, de afogadilho, sem que se possa examinar a fundo, em seus detalhes, a proposição que se vai discutir e votar. Reduz-se assim, o Senado, a uma função apenas de chancela, de homologação daquilo que deseja o Executivo e com que concorda a Câmara dos Deputados.*<sup>32</sup>

Esses impasses, se não resolvidos, foram parcialmente contornados pela habilidade política do Presidente da República e/ou através da concessão de favores. Além do que, o desdobramento administrativo desses órgãos executivos implicaria maior oferta de empregos e, conseqüentemente, na manutenção e reprodução das práticas clientelísticas, que por sua vez valiam ao Estado novas críticas:

*O Estado brasileiro é, hoje, um monstro que devora as economias populares para distribuí-las, em grande escala, por uma burocracia sem entranhas, que só pensa em pedir aumento de ordenados, sentando-se vorazmente à mesa das Comissões Finanças do Congresso, para fazer todo ano os seus vencimentos elevados de 20, 40, 50, 100, 200 e 300%.*<sup>33</sup>

Equacionada a questão administrativa, competia então ao governo, nessa instância, centrar esforços na obtenção de recursos e fundos para financiar seus projetos.

O governo dispunha das divisas oriundas da economia agroexportadora, mas estas não seriam suficientes. Portanto, os recursos financeiros, no volume necessário, e a tecnologia, nas dimensões requeridas, eram externas ao sistema,

necessitando-se, pois, de licenças de importação, câmbio, financiamento, avais e garantias etc., só acessíveis através desses órgãos de ponta encarregados da implementação do plano.

Diante de tal quadro, o governo decidiu priorizar duas frentes de ação: a) coordenar e integrar os vários setores da economia, detectando as deficiências da infraestrutura e as lacunas deixadas pela chamada iniciativa privada, e procurando solucionar esses problemas pela ampliação ou criação de empregos estatais. Assim, ele contornaria o problema de demanda econômica e, inserindo nele, a demanda política; b) o incentivo direto à produção privada por meio da criação de linhas especiais de créditos, principalmente junto ao BNDE, com longos prazos de restituição e juros negativos, pela concessão de avais a empréstimos contraídos no exterior, pela facilitação de importação de máquinas, equipamentos e insumos básicos pela concessão de taxas cambiais favorecidas, por isenções fiscais e tributárias e pela reserva de mercado às indústrias em implantação, via tarifas protecionistas.<sup>34</sup>

Somados a essas disposições governamentais, acrescentar-se-iam os investimentos estrangeiros. E para atraí-los, o governo fez novas concessões. Da Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), baixada durante o governo Café Filho, pelo então Ministro Octávio Gouveia de Bulhões - 1955, se fez uso liberal. Essa regulamentação isentava as firmas estrangeiras da necessidade de providenciar “cobertura cambial” externa para importar maquinaria, desde que estivessem associados a empresas brasileiras, abolindo qualquer restrição tarifária nesse sentido, e concedia privilégios especiais para remessa de lucros e amortização do capital.

A disposição governamental de angariar recursos através de empréstimos e da transferência do capital produtivo adequava-se organicamente ao projeto econômico desenvolvimentista. Essa funcionalidade econômica encontraria respaldo substantivo no meio político: [...] *há que ir buscá-lo onde ele existe, e é uma felicidade que o capitalismo estrangeiro o tenha ajuntado para pô-los ao serviço do progresso de países pouco desenvolvidos como este nosso.*<sup>35</sup>

O procedimento de Assis Chateaubriand serve muito para se compreender a volatilidade da burguesia brasileira. Era Chateaubriand figura notável do empresariado nacional e, no ano anterior, em 1956, dirigia ao governo recém empossado duras críticas à sua política industrializante:

*Manter negócio em país como o Brasil será produzir matérias-primas em quantidade para vendê-las a nações ricas, como a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos ou Canadá. Com câmbio favorável,*

*produto de vida austera, teremos automóveis, caminhões, aviões, três vezes em melhores condições do que os fabricados aqui, em séries desprezíveis, como quantidade.*<sup>36</sup>

A efemeridade das posições dos parlamentares terminou legitimando o projeto governamental, muito mais pela ausência de projeto alternativo que pela proficiência do sugerido. Essa situação reforçava a autoridade do Estado, conferindo-lhe posição de árbitro indiscutível no direcionamento das questões econômicas e, principalmente nas contendas sociais.

Daí porque alguns condenaram o governo, ainda em seus primeiros passos, à posição de onipotência:

*[...] Mostra apenas que o país marcha sob um guante seguro, guiado por mão forte de timoneiro que sabe o que quer, lembra o que prometeu, e se compromissos assumiu, assim agiu na certeza de poder cumpri-los. Em suma, em qualquer setor da atividade administrativa em que se identificava a ação do Sr. Juscelino Kubitschek, à frente do problema, disposto a resolvê-lo, e capaz de assim proceder, objetivava de imediato a solução, sem ficar em promessas, sonhos ou teorias.*<sup>37</sup>

Outro, menos retórico, mas enfático: *O Sr. Juscelino Kubitschek, como nenhum outro presidente da república, está construindo obras que vão refletir profundamente no futuro econômico de nossa pátria. Está desenvolvendo os pontos básicos em que se alicerça a economia de qualquer país.*<sup>38</sup>

A importância dessa legitimidade política para o governo JK foi indubitável na medida em que garantia a implementação do Plano de Metas, mas não seria inoportuno apresentar, paralelamente às moções de apoio ao governo, algumas considerações parlamentares que desnudavam fatos nocivos ao conjunto da sociedade brasileira, e que, pela dinâmica do projeto econômico adotado, pressupunham a convivência governamental. Isso fica visível na crítica à Comissão de Economia que tratam dos bancos estrangeiros de depósito, nas palavras do Senador Lima Guimarães:

*Em vez de encher o seu caixa com o capital adventício para financiar as nossas fontes de produção, recebendo juros compensadores, em vez disso, com o engodo de reduzido capital, passam a receber empréstimos nossos sob a forma de depósito em proporção 45 vezes o seu capital. Por exemplo:*

*Banco Ultramarino, com o capital inicial de 9.000.000,00 aumentou-o para 50.000.00,00 dispondo ainda mais de 10.000.00,00 em letras do Tesouro Nacional;*

*Banco Ítalo-Belga – Capital: 40 milhões, Reservas: 287 milhões;*

*Bank of London – Capital: 100 milhões, Reservas: 1 bilhão e 34 milhões;*

*Bank of Boston – Capital: 100 milhões, Reservas: 692 milhões.<sup>39</sup>*

Essas considerações, sem suas substâncias valorativas, permitem delinear um quadro diferenciado de posições políticas, assim como possibilitam aferir o poder de mando na correlação das forças orgânicas da sociedade e suas consequências ulteriores.

Segundo o Relatório da Presidência da República – Conselho de Desenvolvimento, de dezembro de 1960, para o período de 1956-1960, os resultados do Plano de Metas foram: a taxa média de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 7%; os quinquênios anteriores de 5,2%; a renda real *per capita* foi de 3,9%, as anteriores de 2,1%.

### **3. Limites do projeto econômico e práticas populistas**

Os dados acima sugerem reflexões.

Caso o governo fosse pragmático, enfatizando o crescimento das indústrias de base, os argumentos em contrário seriam improcedentes; mas claramente o governo ignorou áreas como a agricultura e a educação, que estão apenas nominalmente incluídas no Plano de Metas.

Sobre a questão agrícola muito se polemizou durante o governo JK. Anteriormente foi dito que parte dos recursos carreados para o projeto industrial advieram das exportações agrícolas, mas não foi sugerido o debate político e econômico subjacente a essa instrução. Assis Chateaubriand afirmou o seguinte: *Insisto em dizer, Senhor Presidente, que situando a indústria no primeiro plano das nossas preocupações, deixamo-nos de interessar pela terra e pelo agro. E o despovoamento das fazendas cada vez maior, exatamente com a fascinação das cidades.<sup>40</sup>*

O Senador Barros Carvalho desenvolveu um raciocínio semelhante ao exposto acima:

*No Brasil as dificuldades de suprimentos industriais, determinadas pelo último conflito mundial e pelo após-guerra, violentaram o apressamento da industrialização. E é nefasta essa falta de concordância entre a refor-*

*ma do processo agrário com o processo industrial, o que provocou a fisionomia pantanosa de nosso regime financeiro, lançando a moeda no atoleiro inflacionário". E vaticinou: No subdesenvolvimento da agricultura residem, mesmo, muitos dos pontos críticos do desenvolvimento industrial.*

Aprofundando o assunto, o senador estabeleceu uma conexão entre política governamental e os preços agrícolas:

*Nossa produção rural, salvo raras exceções e raras emergências, não tem preço no mercado mundial e a exportação passou a ser lastreada com as bonificações, cujo suprimento, através de uma artifício de ágios, é arrancado à própria lavoura, por meio do confisco cambial, numa estanha operação de autofagia.<sup>41</sup>*

Essas ponderações acerca da agricultura remetem ao ponto fulcral da questão: o latifúndio. A estruturação da produção agrícola voltada para o mercado externo, obedecendo às determinações gerais do antigo colonialismo, implicou na concentração de grandes propriedades de terra, como fórmula para a remuneração dos investimentos produtivos. A necessidade do reparo dessa deformação fundiária é sentida na grande maioria dos segmentos sociais, inclusive e de maneira clara, entre os políticos. Aconteceu, porém que a viabilização dos projetos de reforma agrária esbarravam numa gama de interesses contrários à sua implementação. Entre esses interesses, será apontado, para efeito de nossa consideração, o equacionamento político.

O PSD que era a bancada majoritária no governo JK, coligado ao PTB, apresentava como base eleitoral significativa o setor agrário, notadamente o mais conservador. Por conseguinte, a simples tentativa de reformulação na ocupação e distribuição fundiária provocava desavenças indesejáveis no interior do PSD e, por extensão, à correlação das forças políticas como um todo.

Portanto, seria inabilidade do Executivo avançar, ou mesmo propor, um projeto de reformulação fundiária. Se assim procedesse comprometeria suas bases de sustentação política e ameaçaria ruir seu projeto de industrialização, pois a implementação deste, conforme já notamos, dependia do consenso parlamentar. Por outro lado, substantivando a indústria, geraria maior diferenciação social e novas demandas eleitorais urbanas, que poderiam render-lhe pomposos dividendos políticos, caso agregasse o PTB, Partido com manifesta inserção nesses segmentos.

Além do mais, as propostas apresentadas nas tribunas parlamentares pró-reforma agrária pautavam-se no diapasão dos princípios, sem programa pertinente: *A reforma agrária há de ser, em todas as épocas, uma restrição da propriedade individual. Sempre o proveito coletivo e o bem comum devem prevalecer sobre o conceito de propriedade, presidi-lo e não ser por este presidido.*<sup>42</sup>

A resposta a essa retórica era veemente, conclusa: *A reforma agrária é pura demagogia de alguns. O Brasil é, naturalmente, latifundiário por força das circunstâncias aqui presentes, já ocorridas em outros países [...] O latifúndio é fatalidade histórica.*<sup>43</sup>

O modelo econômico desenvolvimentista, que surgiu no confronto entre os modelos de exportação e o de substituição de importações, organizou uma economia que preconizava a associação de capitais e interesses político-militares nacionais e estrangeiras. Implicava a internacionalização crescente do setor industrial, ao lado do caráter fundamentalmente internacionalista do setor agrário tradicional. As concessões especiais de crédito ao setor privado, os investimentos públicos em superação de estrangulamentos estruturais, tais como transporte e produção de energia, a Instrução 113 da SUMOC foi, em certo sentido, a restauração do modelo econômico inicial – como padrão colonial – em termos novos.<sup>44</sup>

Segundo João Manoel Cardoso de Mello:

*o capitalismo monopolista de Estado se instaura, no Brasil, ao término do período JK, que marca a última fase da industrialização. Isto porque só então são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo do Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação.*<sup>45</sup>

A inserção do Brasil nos quadros do capital monopolista implicou o intervencionismo estatal para promover a acumulação capitalista em bases locais e com natural hostilidade em relação ao imperialismo comercial e financeiro, baseado na exploração agroexportadora, e as determinações político-institucionais adquiriram uma coloração nacionalista. Esse nacionalismo critica o imperialismo vinculado ao setor agroexportador, não ao capital estrangeiro como um todo,<sup>46</sup> o que seria uma incoerência, caso ocorresse, pois a disponibilidade deste correspondia à expectativa de implementação do Plano de Metas.

Por outro lado, *ao adaptar-se às estruturas e dinâmismos de economias capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, o capital monopolista se associa a velhas iniquidades econômicas, e gera, por sua vez, iniquidades econômicas novas, atraindo para si velhos e novos descontentamentos sociais e políticos.*<sup>47</sup>

É interessante observar a análise conclusiva acima, subscrita por historiador acadêmico, que se apropriou de aparato instrumental e teórico, secundado pelo distanciamento temporal para realizá-la, não contraria ponderações ocorridas *in loco* desse processo:

*Não era uma indústria de transformação das matérias-primas locais. Era uma indústria mais de armação do que de preparação. Importaram-se os elementos componentes e ajustaram os ingredientes correspondentes para uma produção que do nacional só tinha o nome e rótulo [...] O capitalismo nacional em muitos casos não é fruto da poupança, da parcimônia, do pé de meia, da acumulação material em sucessivas gerações. É uma força da aventura.*<sup>48</sup>

Esses desdobramentos inevitáveis da política econômica desenvolvimentista tornaram o governo Juscelino Kubitschek paradoxal. De um lado, manteve um esquema da sustentação política criado com o modelo getulista, portanto, de desenvolvimento econômico nacionalista, e de outro uma política econômica voltada para a internacionalização, isto é, estruturada segundo modelo diferente.<sup>49</sup> Daí porque se pode inferir que o discurso nacionalista legitimava o governo, (1954-64) ao mesmo tempo em que a satelitização da economia avançava. Isto é, ao passo em que se falava da garantia e prosperidade da nação brasileira, maior percentual da economia do País tornava-se subordinado ao capital externo, maior parte da riqueza nacional gravitava na órbita e sob controle dos centros economicamente mais desenvolvidos.

Devo dizer que a implantação do Plano de Metas reforçou o centralismo, haja vista a criação de múltiplos órgãos administrativos, sob o controle expresso da Presidência da República, e maior manuseio, por parte da Presidência, da distribuição de concessões e privilégios à sociedade civil e à política, sendo esta última ainda mais dependente, pois o oferecimento de empregos na burocracia do Estado era condição necessária para a sobrevivência do esquema político que, em última instância, mantinha-a: o clientelismo.

Nesse quadro havia um repasse ideológico à credibilidade das massas *que um Estado poderoso, mesmo sem a participação popular nas decisões, pode ser*

*ocupado por um bom governo que resolva suas necessidades imediatas e históricas.*<sup>50</sup>

Esta afirmação tem base histórica. As transformações políticas e a modernização econômica e social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução ampliada da dependência ao capitalismo internacional. Essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais, a permanente tentativa de marginalizar as massas populares, não só de participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais. Os exemplos são inúmeros: quem proclamou nossa independência política foi um príncipe português, numa típica manobra “pelo alto”; a classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de novo arranjo do antigo bloco de poder, que cooptou – e, desse modo, neutralizou e subordinou – alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou, pela repressão e pela demagogia, a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava, quase intocado, o poder do latifúndio etc.

Segundo a compreensão que se procura ter do governo Juscelino Kubitschek, essa alocação é pertinente e esclarecedora, na medida em que o Estado, no período JK, instrumentalizou-se para contornar e, se preciso, subordinar as críticas e oposições à objetivação de seus projetos.

Mas, com o esgotamento das possibilidades de soluções administrativas (administração paralela etc.), e o expressivo endividamento do governo, levando-o a sucessivas emissões, esfacelou-se a legitimidade da “democracia populista”<sup>51</sup>.

Mesmo as análises e interpretações da natureza e caráter do alto patamar inflacionário mostravam-se controversas. A oposição, no caso a UDN, era contundente em sua crítica: *Cada jato emissor é uma nova tributação clandestina, iníqua, monstruosa.*<sup>52</sup> A bancada situacionista contra-atacava com o discurso apologetico, quanto não, ufanista:

*Não se pode negar que as despesas com a execução dessa obra (Brasília) concorreram para onerar os cofres públicos. No entanto os resultados serão tão benéficos que se justifica esse ato corajoso e de fundo patriótico*

*[...] E Brasília que é, no momento, uma das causas da inflação, será evolução, será progresso, será desenvolvimento econômico e será, dentro de um breve futuro, um dos maiores fatores de deflação.<sup>53</sup>*

Ou então, apresentavam uma disposição econômica irreprochável: *Precisamos fomentar a produção. Essa é a única solução para o problema brasileiro. [...] Para consegui-lo, no entanto, é indispensável que a União emita, para emprestar.<sup>54</sup>*

Ao término dos anos 50, a garantia de concessões parciais do setor dominante às classes subalternas, bem como a capacidade relativa do Estado em atender demandas empresariais, muitas vezes conflitivas, e a necessária ampliação do nível de emprego, estavam sem base de sustentação. Esvaíram-se, portanto, as condições fundamentais de permanência daquele modelo político.

A implantação e desenvolvimento da política econômica desenvolvimentista acusaram o fracasso da lógica e dinâmica do populismo. As contradições advindas desse modelo ruíram a prática populista e, com ela, todo um cenário que a sociedade brasileira ajudou a construir de 1950 a 1964, embora não consciente de toda a sua extensão.

A ruptura do jogo populista não fez emergir uma ordem social democrática, porém, revelou o quanto a política econômica desenvolvimentista e as ideologias nacionalistas também contribuíram, positivamente, para a sua não realização.

## **Conclusão**

Politicamente, o Estado surge como facilitador de pactos entre os representantes de classes sociais com vistas a tornar possível determinado regime de mando, com seus privilégios, direitos e garantias diferenciadas. Ele serve como instrumento de legitimação e equalização daquilo que é originariamente desigual, tornando, assim, a obediência e a subordinação de classes sociais em elementos aceitáveis para a existência da ordem social. A mediação exercida pelo Estado não é estática, como não o é a relação das forças sociais. A dinâmica decorrente do desenvolvimento das forças orgânicas da sociedade impõe continuamente ao Estado novas determinações, novas estratégias de controle econômico, de alianças políticas e, nos momentos de crises profundas, do exercício da coerção e violência física.

Assim, a estabilidade política do período JK correspondeu a estágio concreto do desenvolvimento do processo sócioeconômico brasileiro. Atribuir à

pessoa de Juscelino Kubitschek a competência capaz de gerir interesses de classe diferenciados é, senão miopia histórica, análise com frágeis instrumentos de aferição. A estabilidade política consiste numa sociedade dividida em classes em particularidades intrínsecas do estágio da correlação das forças sociais. Considerando que no período JK (1956-1961) não havia uma classe ou grupo, ou mesma fração de classe, capaz do exercício econômico-político hegemônico, coube ao Estado, como aparelho orgânico, o desempenho de determinadas tarefas impostas pela dinâmica do corpo social. O Estado passou a ser o conduto de aproximação e “conciliação” dos componentes sociais pelo oportunismo e objetividade de seus projetos, visto que, no período em questão, não havia proposta político-partidária exequível, que pudesse galvanizar interesses de demanda sociais múltiplas.

O Estado naquele momento, adquiriu relativa autonomia e deixou entrever uma posição equânime em relação às classes sociais. A massa social gravitou em torno do Estado e determinados segmentos pinçaram partes expressivas dos dividendos econômicos, culturais etc., produzidos socialmente.

Na impossibilidade de exercer sua hegemonia, a classe dominante aderiu à gerência do Estado, autorizando-o desempenhar funções novas no quadro de suas atribuições, e os partidos políticos, nessa conjuntura, expressaram interesses difusos, mas incapazes de impor direção definida e ideologicamente pertinente a seus objetivos específicos. Não se pode inferir, no entanto, que tenha ocorrido falta de compromisso do Estado. Ocorreu, na verdade, relativa autonomia do Estado, o que não constitui nenhuma anomalia. Foram situações objetivas; a insuficiência dos projetos sugeridos pelos diversos componentes sociais viabilizaram um projeto concebido e implantado de “cima para baixo”. Entrementes, o PSD e o PTB consolidaram a bancada parlamentar capaz de aprovar e legitimar os projetos governamentais no Congresso Nacional, favorecendo a composição de um bloco “monolítico” compreendido na órbita operacional do Plano de Metas, o qual se revela, em última instância, o meio e fim de sua *praxis* política.

A inexistência de um partido político sólido e nacionalmente representativo dos interesses da classe dominante, ou seja, da burguesia brasileira, possibilitou a emergência de estrato tecno-burocrático no aparelho do Estado que, por vezes, assumiu a forma apêndicular de administração paralela, que mesclou, acomodou e fez conduzir as demandas das diversas frações dominantes. Cumpriu o papel de catalizador entre as partes notadamente os setores político e empresarial. A disposição empreendedora do Estado não alterou sua essência, que é a de tomar a si os

interesses privados de uma classe determinada e fazê-los como sendo os da sociedade em geral.

Contraditoriamente, essa abstração em que se conforma o Estado, termina por definir sua realidade e essência. O Estado encontra-se acima e além das classes que efetiva e ideologicamente lhe forneceram a razão de ser. Nesse diapasão, o corpo social, que desempenha funções no organismo estatal, sejam os tecnocratas ou os políticos, por extensão, aparece à sociedade com conteúdo transcendente. A persistência desse entendimento superestima a condição do Estado e o liberta para a confecção e execução de suas propostas sem maiores questionamento. Nessa perspectiva delinea-se como ente dotado de consciência lógica e ontológica insofismáveis. Assume as propriedades irrefragáveis da substância pura e incondicionada.

Somando a essa inteligência as idiosincrasias históricas dos partidos brasileiros, que acentuem ainda mais seu atraso, no momento de aprofundamento da crise social, torna-se mais pertinente a necessária e intervenção do aparelho estatal. Os partidos políticos, nesse sentido, vêm a reboque do projeto governamental: numa dimensão dialética, é substância e substanciado. Assim, o projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek se explica pela necessidade histórica de sua realização, associada à perspicácia e tirocínio que a orientaram.

Mas, em última análise, os programas e teorias econômicas, mesmo que revestidos de atraente roupagem progressista, reformista ou desenvolvimentista, não resistem ao confronto que a História como prática e críticas coletivas, se lhes confrontam: revelam-se, irrecorrivelmente, como pólos de cruenta luta pelo poder.

Portanto, não há que se procurar na história a “mão invisível”, impulsionadora dos homens e das coisas. A necessidade gesta em seu útero a implacabilidade do Real e, diante da autoridade irreprochável dos fatos, ao homem coletivo, sujeito e objeto da História, só resta a consciência crítica e a prática consciente na direção do resgate de sua Humanidade nostalgicamente sonhada, porém, intocada, guardada e latente no seio da classe trabalhadora organizada.

## Notas

<sup>1</sup> MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2ª ed.. São Paulo: Polis/Vozes, Petrópolis, 1984, p. 23.

- <sup>2</sup> IANNI, Octávio. *Colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 47.
- <sup>3</sup> MANTEGA, Guido. Op. Cit. p. 23.
- <sup>4</sup> BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 6ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1976, p. 56.
- <sup>5</sup> LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968, p. 71.
- <sup>6</sup> LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil – Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In :Betty Mindlin Lafer. *Planejamento no Brasil*, 3ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 32.
- <sup>7</sup> LAFER, Celso. Op. Cit. p. 32.
- <sup>8</sup> WEFFORT, Francisco. *Classes populares e política*. São Paulo: USP, 1968, p. 139.
- <sup>9</sup> FURTADO, Celso. *Diagnóstico da crise brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965, pp. 88-90.
- <sup>10</sup> MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política Populista no Brasil (1954-1964). In: *HGCB*, Tomo III, Vol. 3, 3ª ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 261.
- <sup>11</sup> OLIVEIRA, Francisco e MAZZUCHELLI, Frederico. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976. In: *Estado e capitalismo no Brasil*. Carlos Estevam Martins (Org.), São Paulo: Hucitec-Cebrap, 1977, p. 115.
- <sup>12</sup> ANTUNES, Ricardo. Op. Cit. p. 69.
- <sup>13</sup> KUBITSCHKE, J. *Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento*. Livraria Oscar Nicolosi, Belo Horizonte, 1955, pp. 13-15.
- <sup>14</sup> IANNI, Octávio. Op. Cit. p. 63.
- <sup>15</sup> PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, setembro, 1949, p. 47.
- <sup>16</sup> SIMONSEN, Roberto C. e GUDIN, Eugenio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p. 36.
- <sup>17</sup> GRANSCI, Antonio. La Situacione Italiana. Elementi perla línea política del partito (agosto de 1926). In: *Rinascita*, nº 15, 14 de abril de 1967.
- <sup>18</sup> MANTEGA, Guido. Op. Cit. p. 57.
- <sup>19</sup> *Ibidem*, p. 57.
- <sup>20</sup> O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, Abril de 1955, pp. 45-46.
- <sup>21</sup> Relatório da Comissão Mista. *O observador econômico e financeiro*, nº 240/41, Fev/Março de 1956, p. 64.

- <sup>22</sup> Relatório da Comissão Mista. Op. Cit. p. 64.
- <sup>23</sup> PREBISCH, Raul. Op. Cit. p. 52.
- <sup>24</sup> Grupo Misto BNDE-CEPAL. *O desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: BNDE, 1957, p. 1-3.
- <sup>25</sup> Grupo Misto BNDE-CEPAL. *Análises e projeções do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: BNDE, 1957, p. 4.
- <sup>26</sup> VIEIRA, Astério Dardeau. *A administração de pessoal vista pelos chefes de serviços*. Rio de Janeiro: FGV, 1967, p. 60.
- <sup>27</sup> WAHELICH, Beatriz. “O ensino da administração pública no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 19, janeiro de 1965, p. 75.
- <sup>28</sup> Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro, 1959, pp. 428-429.
- <sup>29</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956, p. 3210.
- <sup>30</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956, p. 3232.
- <sup>31</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956, p. 1823.
- <sup>32</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956, p. 3208.
- <sup>33</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1958, p. 285.
- <sup>34</sup> MANTEGA, Guido. Op. Cit. p. 73
- <sup>35</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1958, p. 344.
- <sup>36</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1958, p. 285.
- <sup>37</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956, p. 2395.
- <sup>38</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959, p. 428.
- <sup>39</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956, p. 282.
- <sup>40</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1958, p. 284.
- <sup>41</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959, p. 666.
- <sup>42</sup> Congresso Nacional Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959, p. 627.
- <sup>43</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959, p. 623.
- <sup>44</sup> IANNI, Octávio. Op. Cit. p. 52.
- <sup>45</sup> MELLO, J. M. Cardoso e BELLUZO, L.G. “Reflexões sobre a Crise Atual”. In: *Escrita-Ensaio*, Ano 1, nº 2, São Paulo, 1977, p. 18.

- <sup>46</sup> MANTEGA, Guido. Op. Cit. p. 39.
- <sup>47</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Zahar, São Paulo, 1976, p. 270.
- <sup>48</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959, p. 1727.
- <sup>49</sup> IANNI, Octávio. Op. Cit. p. 70.
- <sup>50</sup> MARANHÃO, Ricardo. Op. Cit. p. 264.
- <sup>51</sup> IANNI, Octávio. Estado e Planejamento no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,, 1971, p. 184.
- <sup>52</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959, 9. 2766.
- <sup>53</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959, 9. 2378.
- <sup>54</sup> Congresso Nacional, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1959, 9. 1430.

## Referências

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. *O processo legislativo: conflito e conciliação na política brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 1973, Tese (Mestre), UnB, 1973.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olimpico, 1960.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A União Democrática Nacional, um partido em questão (notas para um estudo sobre a UDN de 1945 a 1965). *CADERNOS CEDEC*, São Paulo: 1978.
- CARVALHO, José Luis. *O estado na economia: uma visão incompleta do caso brasileiro*. UFRJ, 1976. Tese (Livre Docência), UFRJ, Departamento de Economia, 1976.
- EVANS, Peter e QUEIROZ, Maurício V. de. Um delicado equilíbrio: o capital internacional e o local na industrialização brasileira. In: *Multinacionais: internacionalização e crise*. Cadernos CEBRAP 28, São Paulo: Brasiliense, 1977.
- GUDIN, Eugênio. *Análise de problemas brasileiros, 1958-1964*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1965.
- HIPPÓLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- Instituto de planejamento econômico e social, instituto de pesquisas. Crescimento industrial no Brasil: incentivos e desempenho recente. Wilson Suzigan, Regis Bonelli, Maria Helena T.T. Horta e Celsius A. Lodder. Relatório de Pesquisa n° 26, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2ª ed., Petrópolis/São Paulo: Polis/Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e política econômica no Brasil: os anos 50*. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 1982.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Notas sobre o estudo do partido social democrático. Rio de Janeiro: Dados, (10), 1973.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil, 1950-1962. Rio de Janeiro: *Dados* (10), 1973.
- PINTO, Aníbal, A CEPAL e o problema do progresso técnico. *Estudos CEBRAP*, nº18, out/dez, 1976.
- SAES, Décio. *Industrialização, populismo e classe média no Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.
- SOARES, Cláudio Ari Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, julho, 1964.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do Estado no domínio econômico: direito público econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968.
- VILLELA, Aníbal Vilanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisa, Monografia nº10, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

### Resumo

A combinação dos ajustes políticos, partidários e administrativos é o que pretendemos apresentar nesse artigo. Teremos presente os trâmites no Congresso e a reformulação administrativa, expedientes para se obter e aplicar os recursos do Orçamento da União e financiamentos internacionais.

A execução do projeto desenvolvimentista requeria o apoio parlamentar para aprovar as propostas do governo JK no Congresso. Caso houvesse discordâncias na base de sustentação política, o governo poderia ter seus planos frustrados.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Plano de metas; Governo JK

### **Abstract**

Thus a combination of political and administrative adjustment was required; it is the purpose of the article to analyze it, bearing in mind the Parliament procedures and the administrative reformulations required to raise and allocate the budgetary funds and to accede to international loans as well.

The implementation of the development plan during Juscelino Kubitschek presidency required a parliamentary majority to endorse the governmental proposals. If there were any divergences among the politicians and parties that provided political support to the government, the plan could not be put into practice at all.

Key words: Developmentism; “Plano de metas”; JK government

### **Resumen**

Dicha combinación de ajustes políticos, partidarios y administrativos es analizada en este artículo que tiene presentes también los trámites en el Parlamento y la reformulación administrativa necesarios para obtener y aplicar los recursos del Presupuesto Federal y de préstamos internacionales.

La ejecución del proyecto del Plan de Metas del gobierno de Juscelino Kubitschek demandaba la existencia de mayoría parlamentaria. En caso de haber discordancia en la base de apoyo político al gobierno, el proyecto sería frustrado.

Palabras clave: Desarrollo, Plan de Metas, Gobierno JK



**Juliana de Souza Silva**

*Mestre em Teoria e História da Arte pela UnB.*

*Consultora técnica do Programa Monumenta*

*do Ministério da Cultura.*

*Professora da UPIS.*

## ***Os espaços de visibilidade da arte no renascimento e no barroco italianos***

### **O acesso no *Quattrocento*, entre o público e o privado**

O *Quattrocento* é o período inicial para o estudo do acesso à arte, tanto por ser o momento em que as inflexões pessoais dos espectadores começavam a ter legitimidade na apreciação da arte, como também por montar a estrutura do comércio de obras de arte que influenciaria toda a Idade Moderna. Estrutura que seria responsável por intensa produção artística que ocupava os espaços públicos e privados das cidades.

A presença de pinturas e esculturas nas áreas públicas das cidades italianas atendia a finalidade institucional religiosa, e o público que frequentava igrejas ou cruzava as ruas e praças somente se interessava pelo que as imagens representavam como culto. Um outro tipo de interesse, ligado ao valor artístico que começava a ser atribuído aos objetos, crescia entre a classe dos patrocinadores ou mecenas privados. Grande parte da encomenda aos artistas se destinava aos espaços domésticos dos mecenas. Estabelecia-se, desse modo, uma distinção entre a minoria que consumia obras de arte (para si e para doação às ordens religiosas) e a maioria que desempenhava papel como público funcional.

Tornar acessíveis as obras de arte era um dos meios da Igreja Católica difundir a doutrina religiosa para a população. Nesse sentido, dispor afrescos e esculturas em espaço público era tornar acessível a Bíblia e a vida dos santos, caracterizando como objetivo religioso da arte o de *contar uma história de maneira clara para os simples, e facilmente memorizável para os esquecidos*<sup>1</sup>.

Mas nem toda obra de arte era encomendada para ter alcance amplo e popular. Os mecenas privados não estavam preocupados com a extensa divulgação das obras que pertenciam a suas coleções. Nesse sentido, o acesso à arte do Renascimento é, por vezes, considerado irrestrito em função de fins institucionais da Igreja Católica; mas percebe-se que um público exíguo era que, de fato, podia deter tempo e atenção à maioria das grandes obras daquele período.

Podemos considerar dois aspectos para entender o que orientava a escolha dos lugares a que se dirigiam as obras de arte naquele contexto. Surgia, por um lado, a figura do cidadão renascentista, preocupado com a organização da cidade e que, por isso, investia na decoração de igrejas e construção de palácios. Por outro lado, a afirmação do *status* social perante os semelhantes e a possibilidade do deleite estético impelia os clientes da arte a formar coleções de arte particulares. Embora o espaço público exibisse importantes exemplares da arte renascentista, era no interior dos palácios que, de fato, podia ser encontrada a maioria das obras da pintura e da escultura renascentistas.

O acesso à arte do *Quattrocento* acompanhava as novas relações desencadeadas pelo humanismo, sobretudo baseadas na noção do *homem público*<sup>2</sup>. Esse novo personagem promovia interação entre o público e o privado por meio do patrocínio das artes, inaugurando a estrutura do mecenato privado. A construção de igrejas e palácios, além de enriquecer o patrimônio urbano, se articulava aos interesses privados dos mecenas. Em Florença, por exemplo, o enriquecimento da classe de mercadores possibilitou a ascensão econômica e política de algumas famílias por meio da visibilidade de seus nomes no patrimônio público. É o caso da família Medici e seu protetorado das artes, integrado à propaganda do poder. Como lembram os historiadores da arte Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, *exemplo clássico de patrocínio renascentista é dos Medici em Florença (...) [que] representou a sanção pública da autoridade política que, de fato, ainda não tinham*<sup>3</sup>.

O patrocínio das artes, para muitos mecenas, se conjugava ao interesse pela fama póstuma. Assim, os cidadãos ricos e ilustres das cidades-república consideravam as doações às ordens religiosas como a maneira de conciliar seus rendimentos financeiros com a crítica favorável de seus concidadãos. Mesmo nas esculturas para as capelas familiares, a devoção religiosa estava longe de ser o importante motivo por trás das doações artísticas à Igreja.

Havia inúmeras diferenças entre as configurações políticas da Itália, o que gerou exemplos variados das interações entre o público e o privado e, portanto, da própria existência do *homem público*. No caso de Gênova, os aristocratas e mercadores ricos restringiam muitas áreas da cidade para seu uso exclusivo. Ao contrário de utilizarem a decoração pública como meio de publicidade, as classes abastadas genovesas trataram de privatizar a cidade. Como se tivesse faltado, ao humanismo genovês, a importância que teve em Milão, Veneza e Florença.

Com ruas e praças interditadas para a população em geral, as famílias ricas genovesas consideravam-se donas de uma cidade com 85 mil habitantes. Esse

comportamento, destaca o historiador Peter Burke, não era exclusividade de Gênova, e pode ter ocorrido em outras partes da Itália.

*A questão não é que o direito virtual de ser dono da cidade fosse exclusivo dos patrícios de Gênova, pois há paralelos em Veneza, Roma e outros lugares. Contudo, esse imperativo territorial era ainda mais forte ou pelo menos mais bem documentado ali<sup>4</sup>.*

O caráter privado do uso do espaço da cidade renascentista, que parece ter sido comum, aponta para outras questões acerca do acesso à arte. Se considerarmos que o espaço público, ou seja, o conjunto de lugares aberto a quaisquer pessoas, não existia tal como o conhecemos contemporaneamente, o que podemos supor sobre a visibilidade das obras de arte que se encontravam em espaço público, ou seja, igrejas, palácios, afrescos, tabernáculos e dramas sacros? Provavelmente, mesmo as obras e eventos artísticos que ocupavam as ruas de uma cidade não eram vistas pela totalidade dos habitantes.

Vejamos de que forma essa arte era promovida em espaço público e que tipo de acesso era possível às pessoas naquele contexto. De modo geral, a pintura e a escultura “públicas” eram destinadas à decoração das igrejas. Assim como na iconografia da Idade Média, os temas religiosos eram predominantes na arte do *Quattrocento*. Além de ilustração da história do cristianismo, da Igreja e dos dogmas, a imagem sacra integrava-se ao culto do espectador, estando ela nas paredes e altares ou, no caso das construções góticas, representada nos vitrais e nas fachadas.

Os painéis de altar, pintados sobre madeira, ocupavam a parte superior da mesa de altar e ficavam diante do padre. Os afrescos ofereciam visibilidade maior para o público, visto que tinham maiores dimensões que os painéis. Além disso, a posição do padre na missa impedia que os fiéis vissem os painéis: O padre ficava de costas para a congregação; assim, ele ocultava parte dos painéis. Em consequência, o formato das pinturas foi alterado ao longo dos anos para retábulos mais compridos e com a parte central mais alta que as laterais<sup>5</sup>.

De qualquer modo, as imagens do altar eram de pouca visibilidade para os fiéis. O altar era freqüentemente cercado, alijando o público para espaço recuado na igreja e sendo possível, somente para o padre e seus assistentes de missa, ver as imagens presentes no altar.

Não só a interdição dentro da igreja, mas também a restrição à entrada da população é dos pontos a se considerar. Com a informação de que no século XVII,

das três igrejas jesuítas em Roma, duas, a de *San Vitale* e a de *Santo Stefano Rotondo*, eram exclusivas para os noviços da ordem religiosa, e apenas a *Gesù* era destinada ao culto público<sup>6</sup>, é possível supor que parte das pinturas e esculturas de algumas igrejas nunca tenha sido vistas pela maior parte da população de sua época.

Outro exemplo desse acesso restrito aos locais sagrados era o retiro espiritual, atividade comum para a aristocracia, a alta burguesia e o clero. O ciclo de afrescos pintados por Fra Angélico, no Convento de San Marco, mostra o uso da pintura como instrumento para meditação. O afresco *A Anunciação* foi pintado em uma das celas do convento, em que os monges da ordem dos dominicanos e devotos costumavam recolher-se na clausura. Nesses casos, o espectador contemplava sozinho a imagem.

Fora da igreja, eram comuns outros veículos da imagem sacra na cidade, como o tabernáculo. Consistia em espécie de tenda que abrigava uma pintura ou uma escultura e podia ser colocada nas ruas, em pontos estratégicos para passagem de pedestres. Grandes artistas foram empregados na realização de imagens de tabernáculos, e possivelmente seus trabalhos eram vistos pelos transeuntes em geral, inclusive mecenas e artistas. O tabernáculo tornou-se meio não só de difundir ao público amplo muitas pinturas do Renascimento, mas também algumas soluções plásticas. Em Florença, um dos mais famosos tabernáculos estava no *Canto de' Carnesecchi*, situando-se no cruzamento de algumas ruas que levavam à *Piazza de Santa Maria Novella*. Utilizava a perspectiva linear para integrar a imagem sacra ao local, fazendo convergir os olhares daqueles que estivessem posicionados em diferentes ângulos na entrada da pintura.

*The hieratic and static presentation of the Virgin and the stark geometric simplicity of the composition were presumably designed to tell from afar – the effect of the foreshortened throne created by the system of single-point perspective must have been startling when this image was first seen from the street<sup>7</sup>.*

Também em espaço público eram realizados os dramas sacros. Organizadas por artistas, montadas principalmente em Florença, essas dramatizações encenavam os mesmos episódios da pintura religiosa e, com pouca verbalização, se assemelhavam a *tableaux vivants*<sup>8</sup>. Nesses espetáculos, os artistas utilizavam muitos recursos cênicos para criar a ilusão de vôo para os personagens divinos, como discos rotativos, suspensão dos atores por cordas para subir e descer de nuvens de madeira e efeitos luminosos.

Há possível relação entre esses dramas sacros e a pintura florentina do *Quattrocento*, a qual, na sugestão do admirável estudioso do Renascimento, Michael Baxandall, usaria os *tableaux vivants* em tradução para o meio pictórico. Pelo fato de terem público extenso, esses espetáculos de rua teriam criado convenções no modo de olhar as cores, os personagens, os arranjos dos grupos. Também seriam fonte para os pintores elaborarem a composição pictórica, especialmente ao representarem o agrupamento de personagens sugerindo evento dramático. Essa organização de grupos de poucos personagens é descrita por Baxandall: *estáticos de maneira a sugerir relações móveis entre eles sem negar sua imobilidade efetiva*<sup>9</sup>.

Multidões eram mobilizadas pelo interesse nos dramas sacros, assim como pelo de desfiles carnavalescos. Também esculturas diversas decoravam as praças. A população urbana que circulava em cidade como Florença se deparava com a produção artística cotidianamente; mas para essas pessoas havia interesse maior pelos empreendimentos artísticos em razão da questão religiosa e paroquial do que puramente artística. Ou seja, os processos e descobertas dos artistas em relação à perspectiva e ao naturalismo, entre outros aspectos da representação, não eram partilhadas por todos, que viviam naquela sociedade. A proximidade física dessas pessoas com as obras de arte não gerava envolvimento concreto com a vida cultural do período. Não havia interesse universal pela arte, nem a cidade inteira se entusiasmava pela preparação de pintura ou escultura. As divisões de classe eram rígidas e o patrocínio e a apreciação de arte eram atividades de minoria.

A maior parte da pintura e da escultura produzida no Renascimento estava muito além dos recursos da maioria da população. Havia somente dois círculos de consumidores da arte, todos pertencentes às ricas e distintas famílias da burguesia ou da aristocracia. Esses consumidores de arte faziam parte de uma elite intelectual e latinizada que estava associada ao movimento humanista e neoplatônico<sup>10</sup>. Cabe destacar que, no período estudado, quase que a totalidade das classes ricas era escolarizadas. Como destaca o historiador Jean Delumeau, a Idade Média teve uma quantidade menor de educandos, mas fora mais abrangente socialmente do que o Renascimento, que promoveu aristocratização da cultura e dos meios intelectuais<sup>11</sup>.

Durante o Renascimento, os consumidores de arte passaram a receber orientação humanista para as encomendas de arte, dando preferência a temas mais complexos para a pintura, concentrando-se em questões literárias e históricas que exigiam mais conhecimentos por parte do público do que as passagens bíblicas mais conhecidas. E, além da escolha de temas, os humanistas influenciavam a definição de estilos e artistas para a realização das obras: *pois os literatti humanis-*

*tas, agora, não só são considerados a autoridade absoluta em todas as questões iconográficas de importância histórica ou mitológica, mas também começam a especializar-se em questões de natureza formal e técnica*<sup>12</sup>.

Os artistas passaram a depender da definição dos temas apropriados, tarefa que os humanistas destituíram das guildas, que tinham sido a autoridade até então. Do *Quattrocento* ao Barroco, a preocupação dos mecenas com os temas da pintura e da escultura ficaria a cargo de amigos de conhecimento mais vasto, *amateurs* e *virtuosi*, quando eles mesmos não o fossem<sup>13</sup>.

O colecionismo era dos aspectos da cultura de restrições promovida pelos mecenas italianos. Como declara o historiador da arte Arnold Hauser, os *amateurs* restringiam-se ao mundo masculino, por excelência:

*A Renascença é uma época masculina; mulheres como Lucrecia Bórgia (...), ou mesmo Isabella d'Este (...), e que não só teve uma influência estimulante sobre os poetas de seu entourage mas também, ao que parece, foi uma conhecedora de artes plásticas, são exceções*<sup>14</sup>.

Se, inicialmente, essa elite cultural encomendava obras principalmente para igrejas e mosteiros, posteriormente voltou-se, sobretudo, para os fins particulares, criando cultura domiciliar em que a arte era fundamental.

O interesse privado pela arte possibilitou a formação e o desenvolvimento de coleções particulares, tanto de arte religiosa quanto de secular. Essas coleções eram montadas para decorar os palácios residenciais, mas moviam outros interesses além do prazer estético: o prestígio, o desejo de brilhar e de tornar perene a lembrança do próprio nome são tanto, ou mais, importantes em toda essa atividade artística quanto satisfazer as necessidades puramente estéticas.

Além de afrescos, a decoração domiciliar de um palácio renascentista costumava ser constituída de pinturas de cavalete, juntamente com tapeçarias, mobiliário, trabalhos de ourivesaria, esculturas, bordados e armaduras. A preocupação devocional refletia-se principalmente na presença dos retábulos móveis e oratórios, mas não predominava por todo o palácio. O desejo de usar a arte para ostentar o luxo ocupava qualquer superfície, desde as paredes até o teto. Elementos que incluíam cores e efeitos de marmorizado, de imitação têxtil, entre outros, ornavam colunas, molduras de janelas e lareiras. Os padrões de fauna e flora começaram a ser substituídos por motivos clássicos, como os *putti*, com a popularidade da descoberta de afrescos romanos a partir da metade do século XV<sup>15</sup>.

Os aposentos, de maneira geral, possuíam imagens correspondentes às funções de cada local. Embora nem sempre se possa afirmar com precisão qual a relação das cenas representadas com o cômodo em que se encontrava a pintura, generalizam-se alguns motivos adequados: retrato da família ou alegorias de conteúdo moral ou edificante como as inspiradas na obra *Trionfi* de Petrarca (no tocante à vitória da Virtude sobre a Paixão) se enquadravam ao ambiente do casal, enquanto cenas de antepassados ou de batalhas ocupavam a sala para receber os convidados. Não somente o tema de caráter elevado e a qualidade técnica da obra eram considerados para a decoração de ambiente da casa. Era indispensável haver uma representação do tema que fosse adequada ao lugar a ser ocupado pela tapeçaria ou pintura<sup>16</sup>.

O tamanho das obras encomendadas, principalmente quando se tratava de pintura, constituía grande preocupação dos colecionadores. As coleções de arte eram montadas sob medida: os quadros encomendados correspondiam a medidas tiradas dos espaços reservados para a decoração de cada cômodo. Os quadros que cobriam as paredes de uma sala, por exemplo, atendiam a preocupação em estabelecer simetria dentro do local em que seriam colocadas. Muitas vezes, eram incrustados na própria parede.

*Muito freqüentemente solicitava-se ao artista que pintasse quadros aos pares e verifica-se, através de muitos exemplos, que essa preocupação com a função decorativa e arquitetônica da pintura influía tanto na composição quanto na dimensão dos quadros<sup>17</sup>.*

Além dos quadros, a pintura estava presente em mobília. Arcas pintadas e esculpidas – os *cassoni* – e outros objetos do cotidiano, como pratos dados de presente a senhoras no período após o parto – os *dischi da parto* – que, confeccionados por artistas menos requisitados, durante os períodos de trabalho escasso, apresentavam temas com avisos morais, enaltecendo valores como o da fidelidade. Havia ainda os vasos de cerâmica, bem como peças antigas (jóias, esculturas etc), que assumiam importância à medida que as descobertas de antiguidades se intensificavam.

Outro tipo de pintura encontrado nos espaços privados, principalmente nos principados, eram os retratos, que representavam os patrocinadores da arte<sup>18</sup>. Por meio dos retratos, oferecidos como presentes, travavam-se contatos diplomáticos entre as cortes, assumindo a função de apresentação, ou negociação conjugal, ou simplesmente como registro da autoridade do retratado.

Alguns palácios possuíam um *studiolo*, quarto reservado para atividades de caráter erudito, em que círculos de nobres compartilhavam a apreciação dos objetos artísticos e das jóias colecionadas, além da promoção de recitais de poesia e audição de música entre os iguais do círculo social de patronos de arte. Uma atividade para decifrar enigmas de uma arte erudita, representado pelas pinturas alegóricas cobertas por cortinas, demonstrava o grau máximo de restrição a que estava submetido o público do *studiolo*.

Se o gosto e a apreciação da arte caracterizavam-se como atividades privadas de uma elite cultural, paralelamente, a gravura produzia um fenômeno popularizante das imagens de arte. Por meio da gravura, reproduções das pinturas feitas para as coleções começavam a ser veiculadas para um público cada vez mais amplo.

*As pinturas (...) não eram vistas em toda parte durante o Renascimento. Pertenciam mais ao circuito 'privado' do que ao 'público'. Contudo, um público maior tinha a possibilidade de ver versões gráficas de algumas delas, sobretudo as gravuras feitas por Marcantonio Raimondi, a partir de Rafael. A obra de arte já ingressara na era da reprodução mecânica<sup>19</sup>.*

Desde o fim da Idade Média, as artes gráficas já representavam para as classes médias o que eram as iluminuras para os príncipes. As estampas se tornaram independentes do livro, passando à forma de folhas volantes ilustradas, baratas e vendidas nas feiras e adros das igrejas, muito usadas pelas classes populares para decoração doméstica. No Renascimento, os ateliês de reprodução gráfica de grandes artistas copiavam os seus quadros, tornando as gravuras mercadorias de grande aceitação. Uma profusão de reproduções de pintura se estenderia por toda a Europa a partir de então, influenciando muitos estilos e artistas e formando o olhar de um público mais heterogêneo.

A reprodução da pintura dos grandes mestres circulava para além dos palácios não só por intermédio da gravura, mas também de imagens pintadas em artesanato religioso, como peças de altar para igrejas e relicários de beira de estrada. Também era comum divulgar obras dos pintores famosos em objetos feitos em cerâmica, entre eles vasos e pratos decorativos, decorados com cenas de mitologia clássica e história antiga e se destinavam a patronos ricos e às lojas de boticários<sup>20</sup>. Embora se servissem de imagens copiadas de pintores reconhecidos, os artefatos consumidos pelas classes ricas era de qualidade e acabamento superiores aos objetos destinados aos segmentos pobres.

A extensa divulgação das imagens e a repercussão do nome dos autores contribuíram para a fama de vários artistas ao longo do Renascimento. Mas como lembra Hauser, a popularidade de Leonardo da Vinci, que atraiu multidões para ver um cartão<sup>21</sup> exposto publicamente durante dois dias, e dos demais artistas:

*não era conferida ao artista como tal, mas sobretudo à personalidade publicamente empregada, que participava em competições, expunha suas obras, preocupava as comissões de guildas e atraía as atenções meramente pelas características incomuns de sua profissão*<sup>22</sup>.

Dessa maneira, ocorria uma distinção clara entre os interesses dos segmentos populares e dos mais ricos no que tange à produção artística do período. Enquanto os primeiros conferiam à arte uma existência que expressava e representava sua cultura religiosa, os segundos acrescentaram algo mais a essa expressão, uma atitude hedonista que conferiria à experiência dos patrocinadores a exclusividade do consumo e da apreciação da arte a partir do século XV.

### **As primeiras exposições de arte**

As pinturas das coleções particulares italianas só conheceram exposição pública em fins do século XVII. Esse processo teve como cenário a cidade de Roma, que se tornara o centro da produção artística daquele período. Veremos adiante as condições para a ampliação do acesso do público, bem como alguns desdobramentos desse processo.

As pinturas encomendadas pelos nobres ou comerciantes ricos para o espaço privado tardaram em sair de seu confinamento, mesmo dada a mobilidade da pintura em tela, que foi possível pelo desenvolvimento da tinta a óleo já no século XV. Dois séculos depois, essa tecnologia modificou o lugar do quadro nas galerias particulares, ambientes que proliferaram entre a aristocracia. O fato de um quadro poder sair da parede permitiu mobilidade de cunho comercial que, no século XVII, conduziu ao surgimento dos *marchands*<sup>23</sup>.

*Os quadros eram comprados, vendidos, legados, trocados e submetidos à especulação com uma rapidez tão vertiginosa que muitas vezes os biógrafos, na época em que escreviam seus textos, não consideravam necessário especificar a quem pertenciam as obras dos pintores*<sup>24</sup>.

Os colecionadores, de maneira geral, passaram a valorizar não mais a unidade temática de seus quadros mas, sob a pressão de serem reconhecidos como entendedores de arte, tinham como propósito reunir obras de determinados artistas. Segundo o historiador da arte inglês Francis Haskell, a busca por acervo de obras que tivessem entre si afinidade de estilos caracterizou o pensamento dos colecionadores do século XVII, sendo decisivo para a *concepção não-dogmática da arte [que] permitiu uma liberdade de experimentação e de invenção muito revigoradora*<sup>25</sup>.

Com trajetória diferente de outras cidades e principados, Siena há muito se distanciara das inovações da pintura florentina, romana ou veneziana, bem como do impulso colecionador e privatizador. Um abade sienense daquela época comentou que o legado dos mestres da pintura sienense eram acessíveis nas igrejas e o dos mestres florentinos, ao contrário, só podiam ser vistos por um público reservado. *Os melhores produtos da pintura de Siena eram todos acessíveis ao público, enquanto o mesmo não se dava com a pintura florentina*<sup>26</sup>.

A idéia de expor publicamente as obras de arte seria aplicada em Roma a partir de circunstâncias que comentaremos a seguir. Desde o início do século XVII, Roma se configurara como a mais influente cidade da Europa, em decorrência de ser capital do mundo católico e, com isso, concentrar a grande riqueza dos estados pontifícios. A cidade se tornou referência para as artes, repleta de praças e monumentos públicos, fontes, palácios e igrejas ricamente decorados, como fruto do patrocínio dos papas e de seus cardeais. Passou a atrair multidão de turistas para a cidade, que compravam quadros e ajudavam a consagrar o barroco romano como estilo internacional.

Como resultado de sucessivas crises econômicas, a cidade enfrentou séria mudança na estrutura do mecenato que durava desde o *Quattrocento*. A pouca disponibilidade dos mecenas, muitos dos quais sendo cardeais destituídos ou arruinados com a morte do papa Urbano VIII, levou os artistas a trabalharem sob a orientação dos *marchands*, que dependiam de outras atividades econômicas, além da venda de quadros; e, por isso, tinham péssima reputação entre os artistas e o público. Como explica Haskell, o comerciante realizava atividade considerada degradante, ao misturar negócios diversos com a venda de quadros, como se estivesse aviltando as artes.

Esse novo esquema de produção artística influenciou a formação de novos consumidores de pintura. Por ser atividade bastante lucrativa, cresceu o número de *marchands*; com isso, mais quadros a preços mais baratos permitiam que novos segmentos comprassem pinturas.

O número cada vez maior de consumidores, italianos ou de outros países da Europa, e a oportunidade de lucro direcionavam as encomendas dos *marchands* para produção de imagens de santos, principalmente. Os estrangeiros que chegavam em Roma e aproveitavam para comprar quadros achavam mais fácil tratar com os comerciantes do que com os próprios pintores, considerados como caprichosos e indignos de confiança.

As feiras realizadas em datas comemorativas se tornavam evento importante para o comércio das artes. Montadas para acompanhar as festividades religiosas dos dias consagrados aos santos, as feiras tinham espaços para exposição e venda de quadros. Os quadros ficavam expostos em bancas, ao lado de artesanato religioso, e eram negociados pelos próprios artistas ou pelos *marchands*. Os artistas menos conhecidos, em geral paisagistas e pintores de gênero, eram os principais expositores, visto que havia uma distinção hierárquica entre os artistas de feiras e aqueles que tinham contrato com patrocinadores. Os quadros, sobretudo pintura de gênero e paisagens, ficavam expostas para o grande público que participava das procissões e das festas. Tratava-se de público heterogêneo, que reunia desde fiéis até artistas e *connaisseurs* em busca de obras de qualidade.

Além das feiras, a Roma do final do século XVII proporcionou as primeiras exposições públicas de coleções de arte na Itália<sup>27</sup>. Vistas como oportunidade de artistas conhecerem obras inacessíveis ou de engrandecer alguma festa religiosa, as exposições públicas eram realizadas nos pátios das igrejas. A fachada das igrejas era revestida de tapeçarias, bem como as casas em redor, preenchendo a rua com as cores e o luxo das tapeçarias e dos quadros espalhados pelo pátio interno. Pela primeira vez, as coleções particulares eram abertas para um público bem diferente dos círculos privados.

A partir da década de 1650, eram realizadas quatro exposições regulares por ano, nos meses de março, julho, agosto e dezembro, além das diversas mostras ocasionais montadas em eventos especiais ou organizadas por algum mecenas ou artista. Obras de mestres consagrados eram a principal atração dessas exposições, que também exibiam obras de artistas sem notoriedade, tapeçarias e estandartes como objetos meramente decorativos. De qualquer maneira, o fato de pinturas contemporâneas serem apresentadas expostas próximas as dos mestres antigos oferecia boa publicidade para os artistas que queriam tornar seus nomes conhecidos.

A organização de algumas das exposições nos mosteiros e igrejas mais célebres ficava a cargo de famílias ricas, e logo promoveu grandes competições

entre elas em nome do prestígio. A concorrência também existia por parte dos emprestadores de quadros, que desejavam exclusividade ao expor suas coleções. Em 1668, a família Rospigliosi foi incumbida de organizar a exposição no mosteiro de *San Giovanni Decollato*. A família conseguiu, por meio do poder e prestígio que tinha na época, reunir uma série de obras-primas para a decoração da fachada da igreja, do cemitério, da praça e das ruas. Foi a oportunidade de grande público ver obras de Ticiano, Corregio, Paolo Veronese, Parmigianino, dos Carracci, Domenichino, Guido e Guercino.

*Os quadros, doravante, eram mais acessíveis e oferecidos à vista de todos: não mais confinados ao altar ou ao palácio familiar, eram agora dependurados fora das igrejas nas ocasiões cerimoniais, mostrados nas paredes dos claustros em dias específicos do ano, atraíam o público às lojas dos comerciantes, eram comprados, vendidos, trocados, criticados e comentados<sup>28</sup>.*

As exposições públicas contribuíram para nova relação da sociedade com a arte. A visibilidade das obras permitiu que mais pessoas reconhecessem importância além da religiosa para a produção artística italiana, a de seu legado histórico. Passou a ser comum ver, em Roma, artistas e estudantes estrangeiros desenhando pelas ruas, e seus trabalhos expostos nas lojas dos *marchands*.

A pintura tornara-se algo mais comum na cidade do que havia sido anteriormente. Mais pessoas passaram a se interessar por e a consumir pintura e, diferente dos mecenas ricos, abriram o caminho para um novo gosto. Eram os chamados *huomini di stato medíocre e di stato basso* (homens de condição medíocre ou baixa), entre os quais clérigos, médicos, comerciantes e advogados que estavam fora das mais altas esferas da sociedade. Compravam basicamente pinturas devocionais, produzidas em série nos ateliês dos pintores de sucesso, ou pelos jovens artistas recém-chegados a Roma. Essa nova classe de mecenas passou a acolher a bambochata (*bambocciate*), uma pintura de gênero em pequeno tamanho, que representava cenas do cotidiano e que teve como origem as pinturas de Pieter van Laer, artista holandês que residia em Roma. Os protagonistas da bambochata eram homens comuns durante o trabalho ou o lazer, tendo como cenário não a grande cidade dos humanistas e dos turistas, mas o campo nos arredores de Roma. Os pobres, em vez dos personagens ricos e poderosos, ou santos, ganhavam proeminência ao serem representados.

Essa mudança radical no comércio das artes criava choque para o gosto da elite cultural. Primeiro, porque a bambochata pertencia a estilo realista que não fora aceito em Roma até então, visto que o mecenato aristocrático foi um dos fatores de resistência à escola realista. Depois, por que democratizavam o consumo de obras de arte. Considerada deplorável fenômeno pelos tradicionais amantes da pintura, a bambochata rapidamente se difundiu pela sociedade romana, sendo consumida inclusive por cidadãos ricos.

Embora alguns artistas fossem predecessores da inserção de personagens baseados em pessoas comuns, como Bassano e Caravaggio, foi a bambochata que inaugurou atitude nova na pintura italiana, ao fugir da hierarquia dos temas tradicionais, tão cara ao projeto humanista. Por isso, a polêmica: o problema da bambochata residia em ‘mau gosto’ intrínseco ao realismo; ao mesmo tempo, a participação da classe média na aquisição e apreciação de pintura causava desconforto para os que consideravam-na atividade para poucos.

Dois séculos depois, as bambochatas ainda rendiam críticas dentro do círculo de especialistas. O pintor inglês John Constable reclamava da escola liderada por Pieter van Laer, principalmente dos seguidores Both e Berghem que, a seu ver, nada mais fizeram do que misturar o gosto italiano ao holandês, resultando em “estilo bastardo de paisagem”. Para Constable, as bambochatas nem criavam atmosfera, nem revelavam sentimento poético, apesar da execução técnica correta. A partir dos critérios do século XIX e a sua autoridade de especialista, Constable chegou a indicar para ouvinte de uma palestra, um rico colecionador de obras de arte, que queimasse as bambochatas de sua coleção<sup>29</sup>.

A exposição pública de obras de arte e a ampliação de consumidores produziram, na história da arte, um efeito irreversível. Como afirmou o sociólogo Pierre Bourdieu, o processo de autonomização da arte, que modificou o sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens artísticos, se deveu a algumas transformações, entre elas a formação de novo público, mais extenso e mais diversificado, *capaz de propiciar aos produtores de bens simbólicos não somente as condições mínimas de independência econômica, mas concedendo-lhes também um princípio de legitimação paralelo*<sup>30</sup>.

A ampliação dos espaços de visibilidade da arte em Roma prenunciou uma série de transformações do acesso à arte na Europa. No século seguinte, os pensadores iluministas questionariam a arte como um conhecimento restrito à elite, defendendo a democratização do julgamento das artes e do gosto. Assim, a abertura dos Salões e a criação de museus de arte representariam tendência à exposição pública das obras de arte, tornando-as eventos regulares e muito populares.

## Notas

<sup>1</sup> BAXANDALL, Michael. *O Olhar Renascente. Pintura e experiência Social na Itália do século XV*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p.50.

<sup>2</sup> Esse conceito agrega as transformações culturais ocorridas no Renascimento, destacando a afirmação renovada do homem, dos valores humanos nos vários domínios: desde as artes até a vida diária. (GARIN, Eugenio. *O Homem Renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p.10).

<sup>3</sup> ARGAN, Giulio Carlo e FAGIOLO, Maurizio. *Guia de História da Arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. p.132.

<sup>4</sup> BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp.164-165.

<sup>5</sup> A mediação do padre durante a missa acontecia desde o século XIII, ficando ele de costas para os fiéis, como maneira de impor divisões espaciais entre o seu lugar no altar e o do restante do público.

<sup>6</sup> HASKELL, Francis. *Mecenas e Pintores. Arte e Sociedade na Itália Barroca*. São Paulo: EDUSP, 1997, p.119.

<sup>7</sup> DUNKERTON, Jill *et al.*. *Giotto to Dürer. Early Renaissance painting in the National Gallery*. Londres: Yale Press, 1991, p.77. “A apresentação hierática e estática da Virgem e a rígida simplicidade geométrica da composição foram supostamente realizadas para funcionar desde longe - o efeito de escorço do trono pelo sistema de perspectiva de ponto de vista único deve ter sido iniciado quando essa imagem foi vista pela primeira vez da rua”. (Tradução da Autora).

<sup>8</sup> Os *tableaux vivants* apresentavam, como se fossem pinturas vivas, encenações sem movimento e sem verbalização. Existiram principalmente no século XVIII, mas Baxandall faz a analogia do *tableau vivant* com os dramas sacros do Renascimento em razão da trajetória histórica de algumas procissões religiosas, que eram montadas desde a Idade Média, e reuniam um numeroso grupo de pessoas que ficava imóvel em uma espécie de composição cênica.

<sup>9</sup> BAXANDALL, Michael. *idem*, p.72.

<sup>10</sup> Predominou, no Renascimento italiano, a reinterpretação do Neoplatonismo feita pelos grandes teólogos da Idade Média. Um dos aspectos importantes desse pensamento filosófico, e que se refere à nova formação humanista das classes ricas, é a concepção dos estágios do Conhecimento. Desde o estágio mais baixo (do conhecimento particular sobre a qualidade física das coisas) até o mais alto (a apreensão total das coisas mediante os estatutos universais, como leis e cânones), a diferença entre o tutor e o pupilo é justamente a vastidão do conhecimento do primeiro. (ROUTLEDGE ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2000, p. 624-625).

<sup>11</sup> Enquanto o ensino medieval se destinava a preparar clérigos de suficiente competência, a educação humanista visava à formação intelectual dos príncipes e burgueses ricos, constantemente defendida pelos tratados da época, o que provocou uma escolarização quase maciça das classes superiores. (DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento. Volume II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p.194).

<sup>12</sup> BURKE, Peter. *idem*, p.186.

<sup>13</sup> Haskell cita alguns casos em que personagens ilustres se dedicavam ao serviço de orientação na escolha de temas e artistas na decoração de palácios. Exemplo de Cassiano dal Pozzo e sua influência no gosto do amigo cardeal Francesco Barberini. O independente Maffeo Barberini (papa Urbano VIII), era ele próprio quem decidia pelo tema e artista que ira contratar. (HASKELL, Francis. *idem*, 1997).

<sup>14</sup> HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*, São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.317.

<sup>15</sup> Outros motivos muito usados na pintura e escultura eram coroas, troféus e golfinhos, que refletiam a valorização da antiguidade clássica pela elite cultural.

<sup>16</sup> Em carta de Fruoxino, agente dos Médici, Giovanni recebeu informação sobre tapeçarias que seu agente encontrara no mercado de Antuérpia. Uma tapeçaria, em especial, narrando a história de Sansão, apresentava um excesso de cadáveres, e a aquisição foi descartada, embora a tapeçaria tivesse medidas adequadas e fosse bem trabalhada (GOMBRICH, Ernst Hans. *Norma e Forma*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.61).

<sup>17</sup> HASKELL, Francis. *Idem*, 1997, p.26.

<sup>18</sup> Diferentemente das cenas religiosas, em que os patronos eram representados ao lado das divindades, no retrato, o patrono era o protagonista da pintura. (GOMBRICH, Ernst Hans, *idem*, p.52).

<sup>19</sup>BURKE, Peter. *idem*, p.183. Para Burke, o papel da gravura se restringiu a popularizar imagens de arte, não desencadeando ainda uma transformação da aura das obras como ocorreria na modernidade.

<sup>20</sup> Cf. anterior.

<sup>21</sup> Trata-se dos cartões (esboços) que Leonardo da Vinci realizou para a decoração da Sala do Conselho do Palácio Municipal de Florença, notadamente para a pintura da ‘Batalha de Anghiari’. Iniciados em 1503, esses cartões foram alvo de uma disputa famosa entre Leonardo e Michelângelo, visto que os dois teriam que pintar afrescos em paredes de uma mesma sala. (LUZ, Ângela. *Os Salões Oficiais de Arte no Brasil - um tema em questão*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2005, p. 24-25).

<sup>22</sup> HAUSER, Arnold, *idem*, p.319.

<sup>23</sup> O termo *marchand* será aqui utilizado para designar os comerciantes de arte da época, que dependiam de outras atividades econômicas além da venda de quadros.

<sup>24</sup> HASKELL, Francis, 1997, p.27.

<sup>25</sup> HASKELL, Francis. *Idem*, p.26. No início do século XVII, o marquês Vicenzo Giustiniani “sentia tão grande admiração por Caravaggio que, quando um retábulo desse artista foi rejeitado sob pretexto de não caber no local para o qual fora pintado, ele o adquiriu para sua galeria e pendurou-o entre uma série de quadros que haviam sido reunidos mais por uma afinidade de estilo que por uma coerência temática”.

<sup>26</sup> CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e sociedade na arte italiana. Ensaio de história social da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.186. A crítica do abade continua: “Tudo o que fizeram de melhor os pintores sienenses acha-se aberto ao público naquelas igrejas; (...) Em

Florença não é assim; nenhum quadro de Da Vinci, de Buonarroti, de Rosso se vê em público; nenhuma das mais belas obras de Andrea ou de Frate; pouco também dos demais, que mantém o crédito da escola” (*Idem*, p.187).

<sup>27</sup> Segundo Haskell, as exposições não eram movidas pelos mesmos objetivos: se, em uma festividade de 1607, a exposição foi realizada sob pressão dos pintores, que conseguiram convencer o duque de Mântua a emprestar e exibir ao público a *Morte da Virgem* de Caravaggio, na festa de São Bartolomeu, o objetivo era honrar o santo e seus devotos com um grande espetáculo decorativo. (HASKELL, Francis. *idem*, p.210).

<sup>28</sup> Cf. anterior, p.215.

<sup>29</sup> Nessa palestra, após as críticas veementes de John Constable contra as bambochatas, um colecionador que estava na platéia perguntou ao pintor se deveria vender os quadros de Bergheims que faziam parte de sua coleção, ao que Constable respondeu: “Não, senhor, isso apenas perpetuaria o problema; queime-os!” In GAYFORD, Martin *et al*, *The Penguin Book of Art Writing*. Londres: Viking, 1998, p.529.

<sup>30</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992, 62.

## Referências

- ARGAN, Giulio Carlo e FAGIOLO, Maurizio. *Guia de História da Arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- BAXANDALL, Michael. *O Olhar Renascente. Pintura e experiência Social na Itália do século XV*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BECK, James H. *Italian Renaissance Painting*. Colônia: Könemann, 1999.
- BOURDIEU, Pierre e DABEL, Alan. *O amor pela arte. Os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: EDUSP/ZOUK, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distinción. Critério e bases sociales del gusto*. Madrid: Grupo Santillana: 1998.
- *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BURKE, Peter. *Variiedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e sociedade na arte italiana. Ensaios de história social da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DASILVA, Orlando. *A Arte Maior da Gravura*. São Paulo: ESPADE, 1976.
- DeJEAN, Joan. *Antigos contra Modernos. As Guerras Culturais e a construção de um fin de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento. Volume II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- DUNKENTON, Jill. *et al. Giotto to Dürer: Early Renaissance painting in the National Gallery*. Londres: Yale Press, 1991.
- GAYFORD, Martin *et al* (org). *The Penguin Book of Art Writing*. Londres: Viking, 1998.
- GARIN, Eugenio. (org.) *O Homem Renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- GOMBRICH, Ernst Hans. *Norma e Forma*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- GREENBERG, Clement. *Vanguarda e Kitsch* in FERREIRA, Glória e MELLO, Cecília (org). *Clement Greenberg e o Debate Crítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- HASKELL, Francis. *Mecenas e Pintores. Arte e Sociedade na Itália Barroca*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LLOYD, Christopher. *Fra Angélico*. Londres: Phaidon, 1992.
- LUZ, Ângela A. *Os Salões Oficiais de Arte no Brasil - um tema em questão*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2006.
- PANOFSKY, Erwin. *O significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- *Idea: A Evolução do Conceito de Belo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PEVSNER, Nikolaus. *Academias de Arte. Passado e Presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SLIVE, Seymour. *Pintura Holandesa. 1600-1800*. São Paulo: Cosac&Naify, 1998.
- TAINÉ, Hippolyte. *Filosofia da Arte Italiana*. São Paulo: EDUC/Imaginário, 1992.
- WALTHER, Ingo A (org). *Masterpieces of Western Art. A history of art in 900 individual studies. Volume I*. Colônia: Taschen, 1996.

## Resumo

Neste artigo, pretende-se identificar os espaços de visibilidade da arte em dois momentos da história da arte italiana: o Renascimento e o Barroco. Por espaços de visibilidade, compreendem-se os lugares em que as obras de arte eram apresentadas e/ou guardadas, e sua relação com a difusão social da arte. Propõe-se que, desde o século XV, ocorreu um processo de restrição física e intelectual à visibilidade

de da arte, reservando à aristocracia e à alta burguesia a exclusividade na apreciação da arte. Essa situação seria afetada, em meados do século XVII, quando montadas as primeiras exposições de arte públicas em Roma.

Palavras-chave: Espaços de visibilidade; Acesso; Público da arte

### **Abstract**

This article focuses on art visibility spaces at two moments in the Italian art history: Renaissance and Baroque. By *art visibility spaces* it is meant places in which pictures and sculptures are displayed and stored, and their relation to the social diffusion of art. It is argued that since the 15th century, physical and intellectual restrictions to art visibility had been set, confining the appreciation of art exclusively to aristocracy and rich bourgeoisie. This state of affairs would be transformed in the middle of XVII century by the first public exhibitions held in Rome.

Key words: Spaces of art visibility; Art diffusion; Art public

### **Resumen**

El artículo trata de los espacios de visibilidad del arte en dos momentos de la historia del arte italiana: El renacimiento y el barroco. Por espacios de visibilidad del arte se entiende los sitios en los cuales pinturas y esculturas son exhibidas e guardadas así como su relación con la difusión social del arte. Se argumenta que desde el siglo XV, se impusieron restricciones a la visibilidad del arte, relegando su apreciación exclusivamente a la aristocracia y a la burguesía rica. Esta situación fue transformada en el siglo XVII con las primeras exhibiciones públicas en Roma.

Palabras clave: Espacios de visibilidad; Difusión del arte; Público de arte

**Eduardo Fabbro**  
*Mestre em História Social – UnB.*  
*Professor de História Medieval – UPIS.*

***Europa:  
unidade possível?  
A crise do século III  
e as possibilidades da  
União Européia***

## **Introdução**

Em 25 de março de 2007, o Tratado de Roma completou 50 anos marcando meio século de existência da União Européia. Nas décadas que sucederam a assinatura do tratado, a União não só incorporou novos membros – hoje são 27 países, englobando boa parte do mediterrâneo setentrional, a costa Atlântica e Báltica – mas também estabeleceu leis comuns, padrões e medidas, regulou da qualidade da gasolina à duração dos cursos de línguas. Mesmo que ainda conte com uma legião de *euroceptiques*, os céticos quanto aos futuros da Europa, a unidade européia parece ter se tornado realidade.

Mas, apesar dos sucessos conquistados até aqui, os céticos parecem ter razões para a reticência. Se recuarmos no tempo, veremos uma série de tentativas frustradas de unificar a Europa. Não precisamos retroceder até o projeto carolíngio no séc. IX: tivemos no século passado a tentativa nazista de Hitler e, no anterior, Napoleão. Todos esses projetos, além de causar destruição e milhares de mortes, falharam absolutamente. Desde o final do império romano, a Europa vivencia projetos de reunificação que encontram resultados trágicos.

Dessa forma, é interessante tentar entender os destinos do império romano, a fim de compreender as possibilidades e os desafios da atual Europa unificada. Em algum momento da história romana, há um divisor de águas, uma ruptura que impossibilitou a continuidade do projeto europeu. Reconhecer essa ruptura é passo essencial para avaliar as possibilidades da Europa atual.

Neste artigo, defendemos que a ruptura da unidade européia se esboça no séc. III e na crise que veio a fundar o baixo império. Iniciaremos analisando a situação da Europa unida no séc. II, levantando os elementos da estabilidade e da paz dos primeiros anos do império. Em segundo momento, mostraremos os elementos da crise e o desenrolar do séc. III, dando ênfase às propostas e soluções levantadas no momento. Por fim, retornaremos a União Européia, a fim de inserir o processo atual em contexto histórico mais profundo.

O império romano que Alexandre Severo (†235) deixou, ao ser assassinado por suas próprias tropas na *Germânia*, era um império que, como instituição específica, caminhava para cumprir três séculos de existência. E, ao contrário do que pode indicar a pompa imperial e a estabilidade dos séculos precedentes, era instituição cuja estrutura recebeu modificações muito superficiais para conter as drásticas mudanças que a separavam da antiga estrutura republicana. O imperador, mesmo sendo titular de poder absoluto, era visto como o mais alto funcionário – ainda assim, *apenas* um funcionário – de uma *Res publica* que nunca havia parado de funcionar: não era um rei – pois somente os bárbaros seguiam reis – mas apenas um *princeps*, o primeiro entre os grandes, seus pares no senado. Tal ordem produziu estabilidade e marcou a idade de ouro do Império: com os Antoninos, Roma chegou ao ápice de seu poder e glória, da *pax romana* de Augusto e da tutela sobre os povos vizinhos.

Mas o zênite romano anuncia, no séc. III, um período de crises e modificações. O sistema imperial, que equilibrava o poder financeiro das grandes famílias do senado e o poder militar dos exércitos, entra em crise, em meio a uma vasta espiral de problemas: inflação, invasões estrangeiras, fome. A chamada “crise do séc. III” vem assumindo, na historiografia, caráter cada vez mais fundador. Enquanto a pesquisa lentamente abandona a ruptura drástica das invasões do séc. V como fundadora da Idade Média, o período que se inicia, a grosso modo, com o fim da dinastia dos *Severi*, e esboça sua conclusão com Constantino, tornou-se o marco inicial desse vasto período de transição que os historiados se habituaram a chamar de *Antigüidade Tardia*.

Tradicionalmente, a grande questão que permeia o período é o motivo que levou o Império, depois de longo período de estabilidade, a entrar em crise. Roger Collins afirma que o império romano “envelheceu” (COLLINS, 1999:1). Não é explicação nova: ou vemos o mesmo argumento já na pena de Cipriano, em 252 (Ciprianus Carthaginensis, *Liber ad Demetrianum*, III-IV). Mas como são perigosas, para a história, tais metáforas biológicas! Não nos deixemos enganar: as civilizações não seguem os mesmos ritmos dos homens, e a velhice de um povo não anuncia seu crepúsculo. Mas o modelo que vinha guiando o Império até então se tornou obsoleto e encontrou seu fim. Um novo modelo não tardou a substituí-lo.

Buscaremos aqui levantar algumas idéias sobre o processo que leva à formação do mundo novo que tentou superar os problemas do séc. III e forjou um novo império romano no séc. IV. Partindo de breve análise do período anterior à crise, analisaremos os problemas surgidos no séc. III e, por fim, as propostas de solução dadas até início do séc. IV, chegando por vezes até Diocleciano e Constan-

tino. Por fim, serão apresentadas algumas reflexões sobre o que podemos apreender do funcionamento do império romano, a partir das questões e soluções que ele enfrentou naquele momento.

### Os últimos dias do principado

A historiografia e sua inescapável tendência de ordenar, tende a separar o império romano em duas fases distintas – e não é surpreendente que a crise do séc. III esteja na fronteira da separação - tendo no reinado de Diocleciano o marco divisor. O império formado por Augusto no séc. I a.C. é chamado de *alto império* e dura até os *Severi* (até a morte de Alexandre Severo, em 235). Após o conturbado séc. III, fala-se de *baixo império*, a partir da ascensão de Diocleciano, em 284. Usualmente, se denomina de *principado* ao alto império, enquanto o imperador era designado pelo título de *princeps* (o primeiro, entre pares) e de *dominato* ao baixo império, quando tal título passa a ser *dominus* (senhor).

Durante o principado, o império romano é de fato civilização extraordinária. Sob o comando de um homem, um vasto império, dos confins da Grã-Bretanha às margens do deserto do Saara, das costas atlânticas à periferia da Mesopotâmia, vive um período de bastante tranqüilidade. As cidades, baluartes do império, florescem com os monumentos erguidos pelas elites locais em nome do império: elites que competem pela honra de serem os melhores representantes da *romanitas* (JONES, 1964:9).

Em suas fronteiras, o império Parta, no leste, vive seus dias finais – será definitivamente enterrado pelos Sassânidas, em 226 – não representando perigo para os romanos. No ocidente, as legiões mantêm os bárbaros sob controle do outro lado do Reno e do Danúbio, assim como para o norte da muralha de Adriano (Grã-Bretanha) e para o sul da África mediterrânica romana.

A estabilidade do principado se assenta sobre três fatores decisivos: o consenso sobre os mecanismos de transmissão do poder imperial, o patrocínio das elites locais e a gestão da fronteira. Esses três fatores garantem a concordância interna e a tranqüilidade externa que resultam na estabilidade do Império.

A tranqüilidade da transição imperial no período Antoniano vai ser mais resultado de um acaso natural do que da real estabilidade da estrutura. Os poderes do Império se dividirão, desde sua fundação, sobre o princípio que deveria reger a sucessão imperial. O senado, o maior poder tradicional do estado romano, mantém a crença na continuidade da república e na utilidade do cargo imperial. A classe senatorial verá o imperador, isso já foi dito, como o primeiro dos seus, comandando a mais importante

das magistraturas. Rejeitando qualquer influência dinástica, o senado espera da escolha imperial um candidato apto saído de suas fileiras. O princípio dinástico havia sempre cheirado a monarquia: e Roma havia há muito se livrado dos seus reis. Em contrapartida, o exército oferecia a sua lealdade não a um projeto de estado – a república – mas à própria pessoa imperial. É a sagrada pessoa imperial, o senhor dos exércitos, que fornece a vitória e propicia a prosperidade. E será a sua pessoa e sua descendência pessoal que as tropas apoiarão. Tal sentimento de filiação, que liga o imperador às tropas por laços emotivos, vai ser partilhado pela massa da população romana. O que vai manter o consenso entre esses dois modelos antagônicos, entre os antoninos, será a incapacidade dos imperadores em gerar herdeiros biológicos. Dessa forma, os herdeiros eram sempre escolhidos dentro da classe senatorial e adotados pela família imperial, agradando tanto ao senado quanto ao exército (JONES, 1964:4-5).

Um segundo elemento de estabilidade do império era o consciente e espontâneo patrocínio das elites. A expansão imperial romana, particularmente no Ocidente, foi realizada sob as bases de uma crescente simpatia das elites locais pelo projeto romano de civilização, expressa pela também crescente demanda por itens de prestígio romano para sustentar os mecanismos tradicionais de poder nas diversas regiões. Em outras palavras, o acesso ao poder romano – ou, de forma mais imediata, a itens de manufatura romana – tornou-se a viga mestra de sustentação do poder de elites locais que, com a conquista romana, permaneceram no poder em suas próprias regiões. Uma vez na órbita de influência de Roma – uma vez cooptado para a periferia do Império – o sistema político local passa a girar sobre a posse e redistribuição de itens de prestígio romano (*e.g.* mundo romano, até o séc. V). Uma vez conquistado e anexado, ao monopólio de acesso aos itens romanos, associa-se o monopólio de acesso a títulos de comando e honras imperiais (*e.g.* a Gália romana) (HALSALL, 2007:68-70).

Dessa forma, observamos durante o principado a viva participação das elites nas funções públicas e a enorme difusão da construção de obras arquitetônicas romanas pelas províncias. Os belos edifícios de Roma serão duplicados por todos os cantos e, ainda hoje, vemos espalhados por todo o antigo horizonte romano, as ruínas dessas magníficas obras. Mais do que uma necessidade de equipar a *romanitas* provinciana do aparato básico para vida social romana (como os banhos, anfiteatros etc.), as profícuas obras respondiam a uma vasta competição entre as elites de uma cidade e entre cidades. Mais do que imaginar que tal competição era resposta de uma elite que não mais poderia se afirmar por conquistas militares, como propõe Jones (JONES, 1964: 12), os vastos investimentos das elites locais na *romanitas* respondem mais à necessidade de afirmação das elites

locais através da própria idéia de império. O resultado é claro: a disponibilidade de funcionários a baixos custos e o custeamento de obras por todo o Império.

Finalmente, a paz interna era facilitada pelo controle grande das fronteiras. Herwig Wolfram colocou que existe uma diferença radical dentro da fronteira romana. O império romano possui apenas um estado vizinho e, dessa forma, uma única fronteira, no sentido estrito da palavra: o império persa. Somente os persas podem, no sentido de fato constitucional, ocupar e negociar terras ou tratados com o império romano. A fronteira com os bárbaros é diferente: as terras para além da fronteira reno-danubiana, assim como para a fronteira norte ou sul, são terras ocupadas pela variedade de povos que os romanos chamam de *barbari*, mas não podem ser ditas como se possuídas por estado algum. (WOLFRAM, 1997:60-1) Se a postura frente ao império persa foi sempre diplomática – seja em tratados, seja pela guerra –, a postura frente aos bárbaros só será chamada de diplomática se concedermos sentido bastante lato do termo.

O vocábulo melhor para definir a política romana frente a esses povos é *gestão de fronteira*. Os romanos influenciavam os povos à sua volta por vasto sistema de dádivas: uma malha de estados-tampão, comandados por elites locais, era administrada pelos governadores romanos, dividindo os bárbaros entre si, cooptando recursos (sobretudo humanos) para o Império e garantindo a segurança da fronteira (HEDEGER, 1987:126-9). O sistema romano de gestão de fronteira era vasto aparato de distribuição de bens e de cooptação de elites regionais – que muitas vezes culminava na conquista militar, como na Gália. É o colapso temporário de tal sistema que ficará evidente nas Guerras Marcomanas e durante o séc. III (GEARY, 1988:59-60). A lógica por trás do funcionamento do sistema é o mesmo que leva as elites regionais dentro do Império a competir por títulos romanos: os sofisticados bens mediterrânicos, embelezados ainda mais pelo brilho do império romano, são a mais formidável moeda de compra de poder e influência dentro das comunidades que ocupam as margens do Império. É através do estabelecimento de sistema de centro-periferia que o império vai gerir o mundo bárbaro a fim de estabilizar as fronteiras. (HEDEAGER, 1987:126-29)

### **A crise do séc. III**

A estabilidade do Império vai evaporar no segundo quartel do séc. III. Os elementos da crise são conhecidos: instabilidade política, crise econômica, invasões estrangeiras. Esses elementos vão ter origem na configuração do principado e tomar fôlego sobretudo com o fim dos *Severi*, em 235.

A instabilidade política se inicia com o fim do reinado de Marco Aurélio, em 180. Ao contrário de seus antecessores, Marco Aurélio produziu um filho biológico que teria condições de ocupar o trono com sua morte. Cômodo, filho do imperador, assume com apoio das tropas em 180, sob forte oposição do senado. Será morto em 192 após um reinado de duros ataques e choques com a classe senatorial. A dinastia antonina termina com ele.

Após breve período de disputas, Sétimo Severo, um líder militar, assume o Império com apoio do exército. Ele inicia uma dinastia que vai ter sobrevida curta e tumultuada nos primeiros anos do séc. III. Dos *Severi*, a dinastia inaugurada por Sétimo, apenas seu último representante (Alexandre Severo) terá um governo em equilíbrio com o senado. Tanto Sétimo Severo quanto seu filho Marco Aurélio Antonino – mas conhecido por seu apelido, Caracalla – ignoraram o senado e obtiveram forte oposição dos seus membros. Para compensar a falta de suporte da elite senatorial, os imperadores passaram a se valer cada vez mais do apoio das tropas.

Mesmo com forte apoio do exército, Caracalla vai encontrar seu fim nas mãos de um usurpador, Macriano, que mata o imperador e assume o trono. O curto reinado de Macriano tem valor simbólico importante. Ele foi o primeiro imperador romano que não vinha da tradição senatorial, marcando mais um passo na separação do senado da função imperial, que cada vez mais caminha para a carreira militar e o exército. Macriano será morto, por sua vez, por Elegabamo, suposto herdeiro de Caracalla, e o mesmo morto pela própria avó, em proveito de Alexandre Severo. Esse, um homem fraco e pouco capaz, governa por treze anos através de uma paz com o senado, em um momento de estabilidade. Surgida a primeira crise – um ataque persa – Alexandre Severo é morto por suas próprias tropas na *Germânia*: é interessantes ressaltar como, uma vez que o império se deparou com uma crise realmente grave, rapidamente o exército se livrou de imperador incompetente, mesmo que parte da dinastia reinante, e elevou um general para o comando: Maximino I. O incidente deixa em aberta a questão do quanto o exército realmente apostava na descendência como modo de legitimação imperial, levando alguns historiadores a relativizarem o apego do exército a linhagem dinástica (COLLINS, 1999:2).

A morte de Alexandre Severo (235) vai inaugurar um período de meio século de grande instabilidade política. Entre 235 e a subida ao poder de Diocleciano, em 284, 20 imperadores legítimos comandaram o Império, dos quais 17 encontraram mortes trágicas nas mãos de seus compatriotas. Em rápida análise dos numerosos ocupantes do cargo, agora um tanto fatídico, Avril Cameron levanta os principais nomes. Como maior reinado, temos Galieno, que governou por espan-

tosos 15 anos, entre 253 e 268. O imperador de maior sucesso foi certamente Aureliano (270-5). Dos três imperadores que não morreram nas mãos dos seus, temos dois grandes fracassos militares: Décio (249-251), morto em calamitosa campanha contra os godos, em 251, e Valeriano (253-260), capturado em campanha contra os persas e tornado troféu mórbido exposto na corte de Shapor I (Lactantius, *De mortibus persecutorum*, IV e V). Para além dos imperadores legítimos, temos que mencionar também os dois regimes separatistas da rainha Zenóbia, em Palmira, que reinou no Oriente Próximo até 274 e o *Imperium Galliarum* criado por Póstomo, reunindo a *Gallia*, *Britannia* a *Hispania* entre 258-274 (CAMERON, 1993:3-4).

Uma vez rompido o sistema anterior de transmissão do cargo imperial, o consenso entre o exército e o senado termina, dando início a um período onde as duas principais forças do império apostam suas fichas em diferentes candidatos. A balança penderá obviamente para o exército e, mesmo que o senado tenha esboçado reação após a morte de Alexandre Severo (235), seus tempos de influencia ativa na escolha dos imperadores tinha acabado. Em 282, Caro (imperador entre 282-83) nem mesmo comunica sua ascensão ao cargo imperial ao senado (REMONDON, 1967:29).

A trajetória do senado no séc. III vai ser de perda gradual, mas constante, de poder. Aurelius Victor nos afirma que foi Galieno (+268) que removeu os senadores de posições militares (*Liber de Caesaribus*, XXXIII, 34). A exclusão dos senadores de cargos militares parece ter sido, de fato, processo mais lento ao longo do séc. III, que respondia à necessidade crescente de melhor capacitar os comandantes dos exércitos (JONES, 1964:24-25), mas a sugestão de Aurelius Victor não deixa de demonstrar um padrão que vai tomar o séc. III. Cada vez menos o imperador vai se valer de senadores para ocupar os altos cargos. O número de províncias *proconsulares*, que necessariamente deveriam ser comandadas por senadores, foi sendo reduzida gradualmente: com Diocleciano serão apenas duas (*África* e *Ásia*, ambas reduzidas em tamanho) (*ibid.*:45).

O maior impacto que sofrerá o senado, no entanto, será a perda do centralismo político de Roma. A partir do séc. III, a cidade não será mais a residência imperial: os imperadores, já durante o séc. III, tenderão a ter várias capitais para receber seu governo itinerante. Não apenas o senado perde a proximidade do poder, como também perde a origem deste. Cada vez mais os imperadores serão oriundos dos cantos mais remotos do império. Muitos deles conhecerão Roma apenas por breves instantes (CAMERON, 1993:7-8).

Ainda assim, não podemos desprezar a importância de ter o senado do lado

do imperador. A classe senatorial representava as maiores fortunas do império e sua concordância era um dado importante para a estabilidade do regime. Mesmo que os imperadores imitando cada vez mais o poder político dos senadores, valendo-se para tal cada vez mais da classe equestre para cumprir os cargos administrativos e militares, esses serão sempre um elemento de estabilidade quando apóiam o regime; e dor de cabeça quando se opõem a ele. Durante o séc. III, não serão poucos os imperadores a morrer pelas mãos do senado. Se pouco poderiam fazer contra o exército, mantêm sempre em punhos a arma do assassinato.

O exército, por sua vez, se transformará na instituição dominante do Império. Em obra já bastante antiga, o saudoso Ferdinand Lot afirmava: (...) *a história do Império passa a ser [a partir de Sétimo Severo], e sê-lo-á para todo o sempre, apenas uma série ininterrupta de pronunciamentos militares* (LOT, 1927:23). Apesar do exagero, quando o imperador pára de se valer da sustentação do senado, mesmo existindo outros mecanismos de poder, cooptar a simpatia do exército torna-se a única forma garantida e comprovada de conquistar e manter o poder. A política que será levada a cabo a partir dos *Severi* busca sempre manter a lealdade das tropas. A ferramenta principal foi usualmente o aumento do soldo.

Somente no reinado de Caracalla, o soldo do exército foi corrigido em 50%. A prática, que havia sido inaugurada com Sétimo Severo, vai seguir como padrão pelo séc. III, resultando em graves problemas para a economia do Império. A economia imperial, reorganizada após o fim do fluxo constante de riqueza das conquistas nos últimos anos da República e no início do Império, se assentava sobre um orçamento bastante restrito, produzido por sistema de taxação bastante leve e pouco eficiente. Mesmo durante os antoninos, o orçamento cumpria os gastos de anos pacíficos, mas qualquer necessidade extraordinária de guerra colocava em crise o orçamento. Para as guerras Marcomanas (166-180), Marco Aurélio já teve que lançar mão da desvalorização da moeda (para 0,75) a fim de produzir numerário para pagar as tropas (JONES, 1964: 9-11).

A desvalorização da moeda será o instrumento central para viabilizar os necessários aumentos do soldo. Com Sétimo Severo a depreciação da moeda chega a 0,50 e, no ápice da crise monetária, chegará a 0,05 (com Galieno). Mesmo que, como defende Roger Collins, possam existir fatores mais profundos motivando a crise econômica – fatores esses que nem mesmo o próprio Collins se arriscou a propor (COLLINS, 1999:1) – a desvalorização consciente da moeda para alimentar aumentos do soldo parece ser uma das causas principais (JONES, 1964: 20; CAMERON, 1993: 5).

O resultado do processo é moeda fraca e inflação devoradora. As principais

vítimas serão aqueles que vivem de rendas fixas em moedas: funcionários do estado – os soldados não menos que esses – e o próprio Estado, que vivia de impostos fixados em moeda. A crise vai aumentar dramaticamente os custos de operação do Império, particularmente os custos de campanhas militares, e vai reduzir muito a capacidade de organização do Império.

Tradicionalmente, associava-se esse aumento de poder do exército à crescente indisciplina nas tropas (e.g. LOT, 1927: 23). Mais recentemente, a tendência tem sido ler as atitudes do exército sobre uma ótica diferente. *O problema era mais que os exércitos estavam mais impregnados de um esprit de corps profissional do que de uma devoção pelo Império.* (JONES, 1964:22). As modalidades de recrutamento, a vivência em conjunto, a mobilização em campo faziam do exército uma casta de guerreiros bastante diferenciada do mundo civil (GEARY, 1988:16). Durante o séc. III, observamos um processo de regionalização dos diversos exércitos, formando corpos militares regionais (no Reno, no Danúbio, no Oriente e na Britânia) que cada vez mais defendiam seus interesses particulares. Mas é interessante lembrar que, quando dois exércitos apoiavam rivais ao trono, o conflito sempre era evitado: o próprio exército julgava as possibilidades dos concorrentes e tratava de assassinar o menos capaz (COLLINS, 1999:25-6).

As dificuldades organizacionais do império nesse momento serão especialmente graves no que toca a relação com o império persa. A fraca dinastia parta será substituída em 226 por um novo império, agressivo e de forte discurso anti-romano: os Sassânidas, que formam um império mais efetivo e centralizado e serão ameaça maior para o império romano até sua derrota por Heráclio em 628 (CAMERON, 1993:4). O avanço persa sobre o império romano não só acarretará perdas significativas de territórios no leste; colocará na ordem do dia de quem quer que ocupe o cargo imperial promoção de retaliações à altura, a fim de restabelecer a *morale* das tropas. Já mencionamos a trágica derrota de Valeriano para Shapor I. Outros imperadores terão de vingá-lo: o apoio das tropas não se compra somente com dinheiro, deve também ser pago em glórias.

Se a situação no Oriente se agrava por fatores externos, a dinâmica nas fronteiras restantes é inversa. O mundo germânico, para além do Reno e do Danúbio, sofrera modificações intensas no período das guerras marcomanas (GEARY, 1988:61-2), saindo do conflito reorganizado. Surgiram novas confederações e novas formas de organização, em geral mais centralizadas do que anteriormente. Algumas confederações receberam nomes antigos – como os godos ou os vândalos, a leste deles; outras adotaram nomes novos – os “ferozes” (=francos) ou os “homens” (=alamanos). Nesses novos grupos, o traço dominante era a dependência

fundamental à dinâmica de centro e periferia estabelecida anteriormente pelos romanos. O próprio mecanismo de sustentação política das novas unidades era baseado, como vimos anteriormente, na apropriação e na redistribuição de bens de prestígio romanos. Uma vez que a política romana se volta para si mesma, nas lutas intestinas pelo poder, a fonte de itens de prestígio seca e aos germanos sobra a pilhagem como forma de obter os elementos essenciais para as elites.

Dessa forma, a paralisação do sistema de gestão de fronteira, produto da crise política no interior do Império, vai propiciar a ruína da fronteira em diversos pontos. Tão articulado era o esquema romano que, uma vez suspenso, vai motivar as invasões de forma dupla. Por um lado, o fim do gerenciamento das fronteiras propicia o fortalecimento de grupos anti-romanos e enfraquece os estados (ou grupos dentro dos estados) que providenciavam a primeira linha de defesa romana, ainda em território bárbaro. Por outro lado, o próprio sistema havia criado uma necessidade por itens de prestígio que não poderia ser suprida pacificamente se não pela gestão romana das fronteiras. Como se repetirá no séc. V, a suspensão da gestão da fronteira dispara as invasões no império (HALSALL, 2007:73-4).

Os bárbaros invadem o império por todos os lados. Os germanos rompem o *limes* no Reno; francos e alamanos pilham da *Gallia* até a *Hispania*, e no Danúbio, godos atacam as províncias danubianas e tomam definitivamente a *Dacia*. Em outros flancos, os *mauri*, bérberes do norte da África, atacam as ricas províncias africanas e os *isaurii* se agitam na Ásia Menor. Não devemos nos enganar com a imagem, que mesmo as fontes tendem a nos trazer, de ondas infinitas de invasores. Ainda assim, sobretudo os germanos, virão a ser ameaça cada vez mais grave com o passar dos anos (CAMERON, 1993:4-5).

As invasões deram uma coloração mais negra à crise, levando caos e destruição para várias partes do Império; outras, é fato, permaneceram intocadas. Além das depredações causadas pelos bárbaros, os romanos tiveram de lidar também com as depredações e saques realizados pelo próprio exército, agora presente por quase todas as partes e nem sempre sob controle. As perdas sofridas pelos soldados por conta da desvalorização da moeda serão muitas vezes compensadas por espoliações da população local (CAMERON, 1993: 5; JONES, 1964:32).

### **Tentativas de resposta para a crise**

Por muito tempo o comportamento do Império frente à crise foi visto como ‘anarquia’. Mais preocupados com suas próprias ambições, imperadores aventureiros subiriam ao poder para realizar seus desejos e seriam descartados por um

exército hedonista, preocupado somente com sua segurança. Atualmente, no entanto, o séc. III é visto como um momento de fortes ajustes. Ao contrario do que imaginávamos anteriormente, muitas das soluções para a crise foram esboçadas durante o período. Recentemente, Roger Collins chamou os imperadores efêmeros do séc. III de *problem-solving emperors* – ‘imperadores solucionadores de problemas’ (COLLINS, 1999:1).

Para além do preconceito que via no séc. III um período irremediável de crise, existe grande problema de fontes para tratar as soluções propostas nesse momento. As fontes sobre o império romano trazem irreparável dissimetria no que se refere aos séc. III e IV. Enquanto o séc. IV é dos períodos mais bem documentados da história romana, o séc. III carece drasticamente de documentação confiável. De forma que a maior parte dos ajustes na organização do Império, que conhecemos, surgem-nos no governo de Constantino ou, na melhor das hipóteses, sob Diocleciano. Mas, ao que parece, muito do que foi feito pelos dois grandes imperadores foi resultado de ajustes já realizados durante o séc. III mas que as fontes disponíveis não nos informam. Sem desprezar as contribuições de Diocleciano ou Constantino para remodelar o Império, devemos hoje reconhecer a importância dos predecessores de Diocleciano para o remanejamento do Império (COLLINS, 1999:1).

As respostas propostas pelo Império nesse momento são ótimo índice dos problemas enfrentados e da forma como o Império via a situação que se encontrava. Em linhas gerais, foram realizados ajustes na forma como a economia era gerida, da disposição administrativa do Império, nas formas de comando político e em disposições culturais. A intencionalidade dos sujeitos pode ser percebida em algumas dessas mudanças. Outras nos revelam uma sensibilidade fina quanto a questões mais profundas que, certamente, os contemporâneos não saberiam verbalizar. Outras ainda se provaram ineficientes ou produziram efeitos diversos. Começemos pelos ajustes econômicos.

A crise econômica do Império é, sobretudo, crise da moeda. É certo que, por de trás da crise da moeda, existe toda uma desaceleração da economia romana com a redução do fluxo de metais preciosos resultante do fim das conquistas. No entanto, apesar dos danos à produção resultante das invasões – que afetam algumas regiões (como a Gallia ou partes da Hispania), mas poupa uma parte considerável delas (como a África ocidental, a *Britannia* etc.), a estrutura produtiva do Império se mantém intacta. Mas a inflação, resultado da desvalorização da moeda, se beneficia em certo grau os produtores, aumenta os custos do Império que se financia essencialmente por impostos coletados em moedas.

No centro dos problemas está o desafio de manter o exército. Os soldos, que

vão ser aumentados ao desvario durante o período, são apenas um detalhe: os soldos pagos em moedas desvalorizadas não oneravam especialmente os cofres repletos de moedas desvalorizadas. A grande questão é como suprir o exército de produtos, particularmente comida, forragem e equipamentos: cada vez o imposto coletado compra menos produtos no mercado. A constante desvalorização da moeda levará à falência do sistema tradicional de sustento de tropas (CAMERON, 1993:5).

O sistema habitual de suprimento de tropas operava através de compras obrigatórias realizadas nas cidades. O Estado requisitava dos produtores determinadas quantidades de trigo, animais ou equipamento, pelos quais pagava taxa determinada. Inicialmente, a idéia era pagar o valor de fato do produto, não onerando desnecessariamente o contribuinte que, de fato, já era taxado pelo imposto. A tendência, no entanto, foi de o Império cada vez mais pagar valores arbitrários – e menores – pelas requisições que fazia. Durante o séc. III, o Império parou de pagar e tornou a requisição não só obrigatória como não remunerada. *O resultado final da inflação foi que o governo e seus funcionários abandonaram em grande medida a economia monetária* (JONES, 1964:30).

O sistema será ordenado e oficializado por Diocleciano. A *annona*, como vieram a ser chamadas as requisições em gênero, foi mais bem dividida e distribuída pelo Império. Valores foram estabelecidos para evitar explorações excessivas. Enquanto eram medida extraordinária, as requisições tendiam a sobrecarregar em demasia algumas províncias particularmente as militarizadas, que tinham exércitos acantonados para alimentar e deixar outras intocáveis. Uma vez que os transportes permaneciam precários, o desequilíbrio se manteve, mas foi aliviado pela regulamentação da cobrança.

Por muito tempo, a tendência foi ver na substituição da economia monetária por economia em espécie grave sinal de decadência no Império. No entanto, existem vários fatores a ser considerados. Em primeiro lugar, não há um desaparecimento da economia monetária, que continua ocupando parte importante nas transações e pagamentos do Estado e na vida cotidiana do Império. Em segundo lugar, devemos ter em mente o desconhecimento dos romanos dos mecanismos econômicos. A inflação era realidade que teria de ser contornada para o funcionamento do Império. Os romanos simplesmente não sabiam como fazê-lo.

Essa inabilidade romana de operar mecanismos econômicos pode ser exemplificada pela tentativa de Diocleciano de controlar os preços por decreto. Em 301, ainda enfrentando a grave inflação, o imperador produziu um *Édito de Preços* (*Edictum de Pretiis*) que estipulava os valores a serem cobrados pelos produtos,

e impondo penas altíssimas aos infratores. Os produtos simplesmente desapareceram do mercado e em pouco tempo a lei se tornou letra morta (Lactantius, *De mortibus persecutorum*, VII, 6,7). Quando tentavam regular a economia, os romanos navegavam em águas turvas. No fim, o que vai prevalecer é o celebrado senso prático romano: se a moeda é o problema, eles se virarão sem ela. O sistema, uma vez devidamente regulado, vai funcionar sem grandes problemas (CAMERON, 1993:6).

Outra questão complicada que o Império enfrenta durante o período é a administração de um território gigantesco. Não devemos esquecer que o Império vai ter sob sua tutela uma unidade política que nenhum estado moderno, apesar de toda a tecnologia militar e de comunicações, conseguiu governar (HALSALL, 2007:9). Nos tempos de crise, a presença do imperador se faz necessária para um governo efetivo: a capacidade imediata de governo existe apenas às voltas da pessoa imperial; a eficiência do governo decresce na medida em que se distancia do imperador. O quadro se agrava mais no séc. III, uma vez que qualquer funcionário delegado de poder significativo, torna-se usurpador em potencial. A divisão do Império em dois cargos imperiais, que no séc. III não era mais uma experiência nova, chocou sempre com os riscos de conflitos entre os dois imperadores e, mesmo que tenha sido tentado com algum sucesso no período (o governo conjunto de Valeriano e Galieno, 253-60, por exemplo) só vai se tornar solução prática com a tetrarquia de Diocleciano, a partir de 286. O sistema vai ser uma solução para a administração durante todo o séc. IV: vai estar, no entanto, extremamente dependente da figura dominante entre os dois imperadores, o que vai prevenir conflitos entre os dois dirigentes. Sem essa figura dominante, a tendência era que as tensões entre os dois imperadores caminhassem para a violência.

Uma vez que a solução da divisão do Império entre dois imperadores parecia pouco viável para o séc. III, a praticidade romana novamente elaborou solução imediata. No momento mais grave de invasões, o império produz dois regimes locais que, sem romperem com a tradição romana, administram localmente a crise e implementam soluções para os problemas locais. Entre 260 e 274 o império romano será dividido em três partes autônomas: a *Gallia*, a *Hispania* e a *Britannia* ficarão nas mãos do *Imperium Galliarum* fundado por Póstomo, o leste será comandado pela Palmira da Rainha Zenôbia, enquanto somente o miolo do Império (Itália e África) ficará sob comando do imperador legítimo. Essa “triarquia”, longe de tentar criar reinados distintos de Roma, buscava preservar a ‘glória romana’ e foi essencial para a reorganização do centro e a recuperação das fronteiras com Aureliano (273-4) (REMONDON, 1967:35). Uma vez que a gestão de fronteira foi restabeleci-

da, o mundo bárbaro voltou ao equilíbrio, instável e dinâmico, mas ainda assim um equilíbrio.

A questão de que princípio deve reger a sucessão imperial permanece aberta durante o séc. III. A fidelidade dinástica vai se afirmando como consenso, sobretudo entre as tropas, onde já era há muito tempo mais forte. É interessante notar, no entanto, a forte resistência a aceitar a idéia de que o império romano seria regido por uma dinastia de imperadores. O popular princípio dinástico se chocava com a imagem que os romanos produziam de si mesmos e da sociedade que haviam produzido. O modelo de povo romano (*populus romanus*) fora construído como contraste ao conceito (fabricado) de *gentes* bárbaras: os bárbaros tinham reis, os romanos tinham leis (GEARY, 2005:58). A tendência de ver o imperador como o mais alto magistrado não é simples nostalgia da elite senatorial, mas faz parte do modelo através do qual a civilização romana se enxergava. A tetrarquia de Diocleciano vai constituir a última tentativa de evitar a transformação da função imperial em um cargo familiar. A tetrarquia vai durar enquanto a figura de Diocleciano mantiver a ordem: a geração imediatamente posterior verá o projeto desmoronar no suporte dinástico das tropas a Constantino e Maxêncio.

A questão mais complicada por trás da crise no séc. III, no entanto, ia além dos problemas econômicos ou políticos imediatos. Nesse sentido, a crise é mais problema estrutural de longo alcance do que dificuldade cultural. Vimos que o império fora unido por uma atração de elites regionais por produtos romanos – e, por fim, pela própria *romanitas*, suas honras, funções, cargos etc., que não somente favorecera a conquista como também proporcionara ao Império uma vasta mão-de-obra local que, além de servir de funcionários para o império, levava a cabo construções, reparações e a própria difusão da cultura romana.

Em algum momento no final do séc. II, a *romanitas*, como mercadoria e símbolo de poder, perdeu sua força. Os produtos romanos que haviam sido tão valorizados nos primeiros anos do Império, agora eram produzidos nas províncias, de forma igual ou melhor. As construções, numerosíssimas nos séc. I e II, passam a ser mais raras. Ao contrário do que pensava a historiografia tradicional (e.g. JONES, 1964:12-3), o recuo das construções romanas nas províncias não é resultado de deterioração na economia do Império, ou um desgaste exagerado das elites nessa competição por *status*. Mais do que isso, as construções param de ser feitas porque perderam seu valor distintivo entre as aristocracias locais. A construção de um banho, ou de um Fórum romano dentro da cidade provinciana era um fato memorável nos primeiros anos do Império. Uma vez que todas as cidades se encontravam devidamente providas de estruturas para a vida civilizada à romana, a cons-

trução de mais um Fórum ou de um outro banho na cidade que já tinha ao menos três não trará ao construtor grande renome. Uma vez que as províncias foram saturadas de bens romanos, esses param de portar qualquer sinal distintivo para as elites. O resultado é o desencanto com a *romanitas* como projeto (HALSALL, 2007:72-73).

A crise do séc. III será, de certo modo, crise do sistema de relação entre o centro romano e a periferia, levando à reestruturação do sistema. A crise trará nova inserção das regiões em relação a Roma, enquanto essas relações são refeitas. Por esse prisma, as experiências de governo local de Palmira e do *Imperium Galliarum* são, não apenas soluções práticas a problemas imediatos, como também propostas novas de identidades culturais. Essas novas identidades vão surgindo por todo o Império e vão ser marca importante do baixo império. É o mesmo processo que verá nascerem em várias províncias – especialmente no oriente – novas línguas literárias como o síriaco ou o copta (CAMERON, 1993: 9-10).

A ruptura mais significativa que sofrerá o Império nesse momento é a reorientação do poder no sentido da periferia. O centro italiano vai tornando-se cada vez mais acessório frente a províncias que gozarão de grande vitalidade. A esse processo, Patrick Geary dá o nome de *barbarização*, não no sentido antigo, da infiltração de bárbaros que degenerariam o Império, mas no sentido de um valor crescente das partes não italianas do Império, anteriormente bárbaras, e que agora não só acumulam localmente um poder que era do centro, mas também fornecerão os futuros imperadores (GEARY, 1988:15).

Os contemporâneos do séc. III vão perceber, de certa forma, que o Império havia perdido algo de sua coerência. Mas, incapazes de compreender o processo em que estavam inseridos, vão buscar outras causas para a desagregação. E, durante o séc. III, o fator novo que saltará aos olhos dos romanos será o cristianismo. Longe de ser uma religião de pobres e escravos, o cristianismo havia crescido no séc. III para tornar-se instituição em todos os aspectos, menos no nome (BROWN, 1990:260). Os cristãos no séc. III contavam com estrutura bem organizada de captação (e redistribuição) de recursos e mecanismo de coesão e integração. Mesmo tratando-se de minoria no Império, era minoria que se apresentava como grupo único: ao contrário das associações pagãs que se dividiam em inumeráveis células locais, o cristianismo tendia para a unificação. Tal unidade dava ao cristianismo força desmedida, apesar de seus números limitados (BROWN, 1997:48).

Para os olhos dos pagãos, os cristãos sempre apresentaram ameaça à estabilidade do império. O monoteísmo radical dos cristãos se opunha à *pax deorum* - à habitual tolerância de todas as religiões que reinava dentro do Império – e lhe

permitia formar-se como vasta comunidade que partilhava, pela diversidade, um sistema único. Durante o séc. II, no entanto, a maioria dos imperadores permaneceu indiferente quanto aos cristãos (JONES, 1964:33).

Quando, a partir dos anos 250, o Império começa a se reestruturar, o cristianismo salta aos olhos como fator de desagregação para o Império. Os pagãos mais radicais expressam esse sentimento na idéia de que as perturbações do Império seriam fruto do ateísmo cristão. A traição cristã será evidenciada na recusa em participar dos ritos públicos em honra e em prol do sucesso do imperador. As primeiras perseguições começaram com Décio (250-1) e Valeriano (257-60), mas vão tomar forma sistemática com Diocleciano, a partir de 303.

Nesse quadro, a conversão de Constantino responde à mesma pergunta de forma diferente. Há algum tempo, os historiadores têm aproximado a política de Constantino e Diocleciano em vários aspectos. Com a religião não é diferente: da mesma forma que Diocleciano tentou se valer do fortalecimento do paganismo para integrar o Império, Constantino se valerá do cristianismo para obter os mesmos efeitos. A tentativa de Diocleciano vai falhar não só porque o cristianismo já era força a ser reconhecida no império, mas principalmente porque o paganismo romano carecia dos elementos de coerência que o Império de fato necessitava. O paganismo não tinha um corpo doutrinário único ou um código para todo o Império. A religião que Diocleciano tenta usar servia de suporte para o modelo anterior do Império, em que diversas regiões conservavam suas identidades através da busca incessante pela unidade romana. Tal religião era uma articulação de diversidade e unidade que fazia da crença local romana sem deixá-la menos local. (GEARY, 2005:86). As necessidades do baixo império eram outras. Mais do que um culto que pudesse aplacar os deuses, o Império carecia de uma doutrina que, no plano religioso, cumprisse o que a burocracia re-organizada do Império tentava fazer com a sociedade ou a economia: um controle mais estreito que direcionasse o Império novamente rumo ao centro (CAMERON, 1993:45). O imperador Juliano (361-63), quando tenta restaurar o paganismo no império, percebe essa necessidade e acaba por inventar uma 'Igreja pagã' que, de fato, não vai encontrar muito apoio, mesmo entre pagãos (CAMERON, 1993:95).

Uma outra solução que surge com Diocleciano para essa questão é a ampliação dos quadros burocráticos do Império. O imperador vai aumentar o número de províncias e de funcionários do estado por todo o Império (Lactantius, *De mortibus persecutorum*, VII, 4). A partir de então, a lealdade das elites provincianas passa a ser comprada com cargos públicos que darão acesso à fortuna. O peso dessa mudança para o Império é difícil de ser questionado. De voluntários entusi-

asmados, o império passa a ter que se valer de funcionários pagos para a administração local: funcionários que farão sempre o máximo possível para aproveitar-se localmente de qualquer oportunidade que o governo deixar escapar. As construções, os reparos e a manutenção da estrutura pública passam também ao encargo do estado. O resultado será aumento considerável do peso dos impostos no funcionamento da economia romana.

## **De volta para o futuro**

O séc. III é visto inevitavelmente como o início de uma das maiores questões da historiografia: por que caiu o império romano? O fato de o Império ter apresentado seu primeiro momento de dificuldades nesse período, faz dele um ponto de flexão na leitura da história romana: não é por menos que o período que seguirá a crise fosse habitualmente visto como a decadência que antecede o fim. Essa leitura de ruptura drástica e de decadência parece perder espaço gradualmente na literatura (CAMERON, 1993:3).

A crise no séc. III marca o fim de processo que se desenvolve ao longo dos séc. I e II dentro do quadro de conquistas do império romano. As dimensões que esse império vem atingir nesse momento são de fato monumentais. Basta lembrar que após o fim da unidade imperial no séc. V, nunca mais tal unificação será vista. O séc. III simplesmente evidencia a dificuldade de um estado e, sobretudo, um estado que possuía meios tão limitados de comunicação quanto o império romano, em garantir a dominação de região tão vasta e diferenciada.

Voltando à proposta inicial, o que isso nos diz sobre a União Européia? Podemos levantar dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, que a diversidade européia não foi fundada em momento de ruptura e fragmentação e, por consequência, não será apagada por unificação. Todo processo de impor uma unidade à Europa terminou em fracasso. Em segundo lugar, fica evidente que a unidade européia anterior à crise do séc. III fundava-se no compartilhamento de um ideal, de uma *romanitas* única que colocava todas as províncias sob única bandeira.

A proposta da nova Europa, que ocupa significativa parte do que foi a Europa romana e vai além, deve ser a união dentro de um ideal. Esse será o ponto central pelo qual o atual projeto será julgado pelo tempo. O sucesso da Europa dependerá da continuidade da idéia de Europa democrática e unificada. Hoje, esse projeto enfrente dois concorrentes diretos: a proposta de Europa dominada por uma das grandes potências do continente (a “Europa germanizada”) – que não por acaso é o grande temor dos países menores – e a “Europa geográfica” ou “sem

limites”, que busca estender os limites da união não importa a que custo. Esse é o projeto de Europa que contempla, por exemplo, a Turquia, que pouco partilha dessa *idéia* de Europa. A história nos conta como, de vez que a Europa, então romana, perdeu o apoio de uma *idéia* e caminhou para seu fim.

## Referências

### Fontes primárias

- (ANÔNIMO) *Scriptores Historiae Augustae*. Edição digital disponível em *Latin Library* [<http://www.thelatinlibrary.com/sha.html>] acessado em 10/09/2008.
- Aurelius Victor. *Liber de Caesaribus*. Edição digital disponível em *Latin Library* [<http://www.thelatinlibrary.com/victor.caes.html>] acessado em 10/09/2008.
- Ciprianus Carthaginensis. *Liber ad Demetrium*. Migne. Patrologia Latina. Volumen 004: Col.0543-0564B.
- Eutropius. *Breviarium historiae romanae ab urbe condita*. Edição digital disponível em *Latin Library* [<http://www.thelatinlibrary.com/eutropius.html>] acessado em 10/09/2008.
- Lactantius. *De mortibus persecutorum*. Edição digital disponível em *Latin Library* [<http://www.thelatinlibrary.com/lactantius.html>] acessado em 10/09/2008.

### Fontes secundárias

- BROWN, Peter. Antigüidade Tardia. In: VEYNE, P (org.) *Historia da vida privada*. Vol 1. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *L'essor du christianisme occidental*. Paris: Seuil, 1997.
- CAMERON, Avril. *The Later Roman Empire*. London: Fontana Press, 1993.
- COLLINS, Roger. *Early Medieval Europe*. NY: St. Martins's Press, 1999.
- GEARY, Patrick. *Before France and Germany*. New York: Oxford University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O mito das nações*. São Paulo: Conrad, 2005.
- HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West (376-568)*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- HEDEAGER, Lotte. Rome and northern Europe from AD 1-400. In: ROWLAND, M; LARSEN, M. & KRISTIANSEN, K. *Center and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- JONES, A.H.M. *The Later Roman Empire*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1964.
- LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, s/d (©1927)

REMONDON, Roger. *La Crisis del Imperio Romano*. Barcelona: Labor, 1967.  
WOLFRAM, Herwig. *The Roman Empire and Its Germanic Peoples*. Berkley and  
Los Angeles: University of California Press, 1997.

### **Resumo**

A União Européia completou recentemente 50 anos de existência. Desde o fim do império romano, por diversas vezes a unificação da Europa foi tentada sem sucesso. Esse artigo busca, através de uma análise da primeira grande crise do império romano, levantar elementos para pensar as possibilidades de sucesso da Europa unida, a partir das estruturas que assim a mantiveram sob o império romano. A Europa romana se unia sob a identidade comum de que partilhavam os provincianos, e os fazia querer ser parte de um mundo mais vasto, para além de suas regiões. É a falência desse sistema que levará, em última análise, o império romano ao seu fim.

Palavras-chave: União Européia; Integração política; Identidade regional

### **Abstract**

The European Union has recently completed 50 years. Since the end of the Roman Empire, many unsuccessful attempts to reunite Europe have been made. This paper aims to, through an analysis of the first great crisis of the Roman Empire, gather elements to a reflection on the possibilities of success of the newly united Europe, considering those structures that kept the Roman Empire united. The Roman Europe was united under a shared identity that made the provincials want to take part in a larger world, beyond their own borders. The disruption of this system will lead, ultimately, to demise of the Roman Empire.

Key words: European Union; Political integration; Regional identity

### **Resumen**

La Unión Europea completó recientemente 50 años de existencia. Desde el fin del imperio romano, por diversas veces la unión de Europa fue intentada sin éxito. El artículo intenta, a través de un análisis de la primera gran crisis del imperio romano, levantar elementos para pensar las posibilidades de éxito de una Europa unida, a

partir del examen de las estructuras que mantenían unida a Europa bajo el imperio romano. La Europa romana se unía bajo una identidad común que mantenían los provincianos, y los hacía querer ser parte de un mundo más vasto, más allá de sus regiones. Es la suspensión de ese sistema que llevará, en último análisis, el imperio romano a su fin.

Palabras clave: Unión Europea; Integración política; Identidad regional

## ***Hino Nacional Brasileiro: entre espaços de experiências e horizontes de expectativas***

“Se é a razão que faz o homem,  
é o sentimento que o conduz”.

*Rousseau*

No presente texto analisam-se usos e apropriações do Hino Nacional Brasileiro por atores e em circunstâncias distintas. Para tal, foi dividido em três seções. Na primeira, examinaram-se alguns aspectos relacionados às condições históricas de produção, por meio das quais o Hino Nacional Brasileiro foi *com-posto*, elaborado, transitando da criação da música, em 1831, à confecção da letra e à oficialização de ambos, em 1922. Na seqüência, foram destacadas situações nas quais a execução do Hino Nacional Brasileiro figurou de modo relevante para o contexto e, conseqüentemente, para os objetivos deste trabalho. Por fim, buscar-se-á compreender como ele foi usado nas situações diversas e, sobretudo, por que a apropriação que dele se fez foi alterada com o passar do tempo.

### **1. Uma introdução histórica**

Sabe-se que a música (a melodia) e a letra do Hino Nacional Brasileiro foram produzidas não apenas por pessoas diferentes, mas também em épocas e com intenções distintas. A música, de Francisco Manuel da Silva, do século XIX, apenas recebeu a letra, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada, no início do século XX, cuja oficialização ocorreu somente um dia antes das comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922.

O autor da música, Francisco Manuel da Silva, nasceu no Rio de Janeiro em 1795 e morreu em 1865; (...) *sua primeira atividade foi como cantor da Capela Imperial, na qual, pouco depois, se tornou instrumentista, tocando violoncelo*<sup>1</sup>. Foi autor de um número significativo de obras, entre elas, um hino para *celebrar a coroação de D. Pedro II, em 1841; outro para festejar o nascimento do primogênito dos impera-*

*dores*<sup>2</sup>, muitas obras sacras, canções, músicas de salão e trabalhos de cunho didático. Sua principal obra, a música do agora Hino Nacional, não foi elaborada com essa finalidade. Possivelmente, foi composta por conta da abdicação ao trono de D. Pedro I, ocorrida a 7 de Abril de 1831<sup>3</sup>. Daí ter sido intitulada “Hino ao grande e heróico Dia 7 de abril de 1831”. A música de Francisco Manuel da Silva recebeu letra de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Embora haja doze estrofes além do refrão (em negrito), vale a pena observá-la; sobretudo para situá-la em contexto específico: a abdicação de um português ao trono do Brasil e a relação entre brasileiros e lusos.

Os bronzes da tirania  
Já no Brasil não rouquejam;  
Os monstros que o escravizaram  
Já entre nós não vicejam

Da Pátria o grito  
Eis se desata  
Desde o Amazonas  
Até o Prata

Ferros e grilhões e forcas  
D’antemão se preparavam;  
Mil planos de proscricção  
As mãos dos monstros gizavam.

Amanheceu finalmente  
A liberdade no Brasil...  
Ah, não desça à sepultura  
O dia Sete de Abril.

Este dia portentoso  
Dos dias seja o primeiro;  
Chamemos Rio d’Abril  
O que é o Rio de Janeiro.  
Arranquem-se aos nossos filhos  
Nomes e idéias dos lusos...  
Monstros que sempre em traições  
Nos envolveram, confusos.

Ingratos à bizzarria,  
Invejosos do talento,  
Nossas virtudes, nosso ouro,  
Foi seu diário alimento.

Homens bárbaros, gerados  
De sangue judaico e mouro,  
Desenganai-vos: a Pátria  
Já não é vosso tesouro.

Neste solo não viceja  
O tronco da escravidão.  
A quarta parte do mundo  
A três dá melhor lição.

Avante, honrados patrícios  
Não há momento a perder;  
Se já tendes muito feito,  
Inda mais resta a fazer.  
Uma prudente regência,  
Um monarca brasileiro  
Nos prometem venturoso  
O porvir mais lisonjeiro.

E vós, donzelas brasílias  
Chegando de mães ao estado,  
Dai ao Brasil tão bons filhos  
Como vossas mães têm dado.

Novas gerações sustentem  
Do povo a soberania;  
Seja isso a divisa delas  
Como o foi d' Abril o Dia.

Essa letra, executada em conjunção com a música de Francisco M. da Silva em 1837, no Teatro Constitucional Fluminense, por ocasião do aniversário do futuro D. Pedro II – e que inspirou um jornalista de então chamá-la pejorativamente de

*a nossa Marselhesa*<sup>4</sup> – teve vida curta. Como se observa, ela tinha forte conotação anti-Dom Pedro I – considerando o dia de sua abdicação como o momento cujos grilhões são rebentados – e, sobretudo, antilusitana, buscando construir identificação nacional por meio de uma relação de alteridade.

De 1831 a 1840, o Brasil foi política e administrativamente governado por regentes, haja vista que, após a abdicação de D. Pedro I, seu legítimo herdeiro ao trono, Pedro de Alcântara não tinha idade suficiente para assumir o cargo de Imperador, o que deveria ocorrer apenas em 1843. Entretanto, em 1840, mediante arranjo político à *brasileira*, Pedro de Alcântara, com quinze anos incompletos, assume o posto vago e foi nomeado D. Pedro II. Em sua posse, o Hino de Francisco Manuel da Silva foi novamente executado, agora, porém, com outra letra e teor: de antilusitana à exaltação das supostas virtudes de D. Pedro II, filho do português *mal-dito* na primeira letra. Ademais, em vez de doze estrofes, a nova letra contou apenas com três, além do refrão, em itálico.

Quando vens faustoso dia  
Entre nós raiar feliz,  
Vemos só na liberdade  
A figura do Brasil...

Da Pátria o grito  
Eis se desata  
Desde o Amazonas  
*Até o Prata.*

Negar de Pedro as virtudes,  
Seu talento escurecer,  
É negar como é sublime  
Da bela aurora o romper.

Exultai brasílio povo  
Cheio de santa alegria,  
Vede de Pedro o exemplo  
Festejado neste dia.

A segunda letra não veio assinada. De acordo com o professor Odilon N. de Matos, possivelmente é do mesmo autor da primeira, Ovídio S. de Carvalho e Silva,

sobretudo pela reutilização do refrão da letra anterior. Embora tenha recebido letra, o Hino durante o Império foi mais executado do que cantado.

Em 1889, como se sabe, parte da então elite econômica, militar e intelectual promoveu golpe de Estado, proclamando novo regime político: o republicano. Tal regime mantinha-se, segundo José Murilo de Carvalho<sup>5</sup>, distante dos círculos populares. Precisava legitimar-se, romper a fronteira entre o restrito grupo dos republicanos e o povo: era preciso lançar mão de linguagens mais acessíveis e, ao mesmo tempo, sintetizadoras de um dado ideal. Os símbolos, entre eles os oficialmente nacionais, indicavam essa possibilidade. Por isso, em 22 de novembro de 1889, ou seja, apenas sete dias após a proclamação da República, foi aberto um concurso a fim de escolher a música que seria o Hino da República e, conseqüentemente, o Hino Nacional.

A letra já existia, escrita por José J. C. C. Medeiros e Albuquerque e encontrava-se *no Ministério do Interior à disposição dos compositores interessados em musicá-la. A situação, naquele final de 1889, era a seguinte (...): havia um 'Hino do Império' com música e sem letra (isto é, sem letra adequada) e havia um 'Hino da República' com letra e sem música*<sup>6</sup>.

Nessas circunstâncias o concurso foi realizado e a música de Leopoldo Miguez, a vencedora. Contudo, ela não foi adotada como Hino Nacional. O mais provável é que tanto o Marechal Deodoro da Fonseca quanto parte da imprensa de então preferiram o Hino antigo, ou seja, a composição de Francisco M. da Silva. Assim, no mesmo dia do resultado final do concurso, 20 de janeiro de 1890, por meio do decreto nº 171, a música de Francisco Manuel da Silva foi, oficialmente, instituída como Hino Nacional Brasileiro. E a letra de José J. C. C. Medeiros e Albuquerque, juntamente com a música de Leopoldo Miguez, vencedora do concurso, foram adotadas como Hino da Proclamação da República. Venceu o concurso, portanto, um autor já falecido com música que não participou: a tradição prevaleceu<sup>7</sup>. A antiga letra, a que exaltava D. Pedro II, por motivos evidentes, não poderia ser mantida.

Portanto, ainda faltava ao Hino, há pouco oficializado a letra, a roupagem adequada aos ideais republicanos. Mas isso levaria mais tempo que supostamente se presumia, sobretudo por desinteresse do legislativo.

*O concurso para escolha da letra fora aberto em 1908, por sugestão de Alberto Nepomuceno, então diretor do Instituto Nacional de Música. O governo da República nomeou uma comissão revisora, que representou sobre a necessidade não de rever, mas de substituir a letra do hino. A*

*representação foi enviada à Câmara dos Deputados, que a arquivou, pois a Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer afirmando que o Congresso tinha coisas mais importantes a tratar, para que ficasse a perder tempo com o hino nacional.*<sup>8</sup>

Em 1909, o escritor e representante do estado do Maranhão na Câmara, Coelho Neto, retoma a idéia de um concurso, que logo foi contida. No ano seguinte, o mesmo Coelho Neto apresentou projeto cuja proposta seria a de adotar os versos de Osório Duque Estrada como letra oficial do Hino Nacional Brasileiro. Porém, o projeto só foi aprovado definitivamente em 1921 e (...) *só a 6 de setembro de 1922, véspera do Centenário da Independência, o então Presidente da República, Epitácio Pessoa, pelo decreto nº 15671, oficializou a letra composta por Osório Duque Estrada em 1909*<sup>9</sup>. A partir de então, letra e música permaneceriam inseparáveis.

Osório Duque Estrada nasceu em Paty do Alferes, Rio de Janeiro, em 1870 e faleceu em 1927. Foi crítico, ensaísta, teatrólogo e professor de História Geral e do Brasil do Colégio D. Pedro II. Além disso, foi importante poeta parnasiano, membro da Academia Brasileira de Letras, cuja eleição ocorreu em 1916, ocupando a vaga do falecido Silvio Romero. Assim como Francisco Manuel da Silva, Osório D. Estrada produziu considerável número de obras artísticas. No entanto, ambos os autores são, hoje, conhecidos quase que exclusivamente pela contribuição deles ao Hino Nacional Brasileiro.

Música e letra foram, a partir de então, mantidas inalteradas e utilizadas por, rigorosamente, todos os regimes políticos e suas respectivas bases ideológicas. Na era Vargas, no período denominado populismo, pelos militares, nos governos de José Sarney, de Fernando Collor, de Itamar Franco, de Fernando Henrique Cardoso e no de Lula. Mas o Hino é executado somente de modo oficial. Os *usos* e as *apropriações* que dele se fizeram, e se fazem, são variados e exigem reinterpretção que o considere não apenas como instrumento que manipula a massa informe e supostamente “alienada”, impondo um poder de cima para baixo.

## **2. Algumas situações**

A partir de 1936, já com Getúlio Vargas presidente, o Hino Nacional passou, por meio da Lei nº 259, a ser obrigatório a todos os estabelecimentos de ensino primário, normal secundário e técnico-profissional, às associações desportivas e outras instituições com finalidades *educativas*. Isso era parte constitutiva de uma

política nacionalista a partir da qual se buscava, entre outras coisas, *integrar* o cidadão a um sentimento comum: o de pertencimento à Nação. Desde então, o Hino entrou no rol dos dispositivos legais e, no geral, socialmente tido por legítimo a ser usado pelo Estado. Sua execução fora das instituições de educação era acompanhada por um rito solene que sugeria sua sacralidade e, sobretudo, a superioridade do todo em relação à parte, do coletivo em relação ao individual, da nação em relação ao cidadão comum.

Os governos posteriores à deposição de Getúlio Vargas, historiograficamente denominados como populistas, também *usaram* o Hino em sentido similar. Após o Golpe de Estado de 1964, o Brasil passou a ser administrativa e politicamente dirigido por membros das Forças Armadas até o ano de 1985. Em 1971, o então presidente Médici decreta e sanciona a Lei nº 5.700, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais”, na qual, entre outras regulamentações, vincula o hasteamento da Bandeira à execução do Hino Nacional. Dessa forma, o Hino continuou a ser elemento usado pelo Estado, a fim de estabelecer o sentimento nacionalista.

Os exemplos acima devem servir para se ter em mente que os *usos* pelos quais passou o Hino Nacional Brasileiro quase sempre, pelo menos por intermédio das instituições estatais, serviu, de maneira ou de outra, para legitimar o governo ora em situação. O Estado lançou mão de estratégias que evocassem emoções, a fim de criar sentimento, atingindo, assim, o imaginário.

*Nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem. O princípio que leva o homem a agir é o “coração”, são as suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem “enérgica” dos símbolos e dos emblemas.<sup>10</sup>*

Contudo, o Hino foi também usado em circunstâncias nas quais havia sentimento de aversão ao governo, de oposição a determinada situação. Algumas situações são exemplares e contrapõem-se aos usos supramencionados. A primeira delas diz respeito às *Diretas Já*. 1984, São Paulo, Vale do Anhangabaú:

*(...) mais de um milhão de pessoas em silêncio, mãos entrelaçadas, braços para cima. Ao sinal do maestro Benito Juarez, da Orquestra Sinfônica de*

*Campinas, a multidão cantou o Hino Nacional. Do céu caía papel picado, papel amarelo, a cor das diretas, brilhando à luz dos holofotes (...) muita gente chorou<sup>11</sup>.*

A campanha pelas *Diretas* foi, sem dúvida, uma das maiores manifestações populares da história do Brasil. Reivindicava a possibilidade de eleições diretas para presidente, o que não ocorria desde Jânio Quadros, em 1961, mas poderia se concretizar com a aprovação da proposta de Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira. Em quase todas as capitais de estado do Brasil houve a organização de manifestações e comícios a favor da aprovação da Emenda e contrárias ao Regime Militar. Além disso, em número considerável de cidades interioranas, a campanha pelas *Diretas Já* mobilizou dezenas de milhares de pessoas. Tais manifestações não ficaram restritas a um setor social apenas, mas movimentou partidários de diferentes designações, sindicatos classistas, grande parte da imprensa, estudantes e número significativo de trabalhadores de setores e com funções variadas. Em praticamente todas essas manifestações populares estava presente a execução do Hino Nacional. E por vezes a imprensa captou a emoção popular quando ele era executado. A cantora Fafá de Belém ficou renomada e marcada como ícone das *Diretas Já* pela interpretação que dava ao Hino, pois cantava, segundo expressão da época, com a “alma da nação”.

Todavia, a Emenda do deputado Dante de Oliveira não foi aprovada. Não obstante, o candidato civil eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, tinha forte apoio popular. As eleições diretas ficariam para a próxima eleição presidencial. E foi exatamente no mandato dessa primeira eleição direta que ocorreria outra manifestação popular de grande escala. Agora, porém, não mais a favor de eleições diretas, nem contrária à destituição de militares em benefício de candidato civil, mas em função de uma deposição presidencial.

Envolto em inúmeras acusações, sobretudo de corrupção, o primeiro presidente eleito por voto direto no período pós-regime militar, Fernando A. Collor de Mello, sofreu um processo de impugnação até então inédito no Brasil, denominado *Impeachment* (impedimento). As constantes acusações noticiadas por meio da imprensa geraram certo mal estar disseminado em número razoável de jovens que saíram às ruas para exigir o *Impeachment* do presidente. Assim como na campanha pelas *Diretas Já*, o processo de manifestação popular para o *Impeachment* de Collor foi acompanhado, também, pela execução do Hino Nacional em várias regiões do País. É certo que as proporções entre as *Diretas* e as favoráveis ao *Impeachment* de Collor são muito distintas, mas, em ambas, o Hino Nacional era tocado com fins, em certo sentido, semelhantes.

Outra manifestação, de dimensões bem inferiores, ocorrida no dia primeiro de dezembro de 2006, em Brasília, mais precisamente na rodoviária do Plano Piloto, chamou a atenção. Um grupo de pessoas, grande parte em suas cadeiras de rodas, acompanhavam o discurso de uma manifestante, em potente carro de som, a qual exigia Acessibilidade Universal. O evento foi promovido pela FAPED – Fórum Permanente de Apoio e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal e Entorno. O que ocorreu foi manifestação por conta do Dia Internacional da Luta das Pessoas com Deficiência, 3 de dezembro<sup>12</sup>. E o local escolhido, a rodoviária do Plano Piloto, era justamente para demonstrar à população em geral o quanto as leis de acessibilidade não são cumpridas em um local público e de intenso trânsito de cadeirantes, cegos, surdos, mudos e deficientes mentais.

Dois fatos chamaram a atenção nesse evento. O primeiro foi que, após um longo discurso sobre a necessidade de se fazer cumprir as leis de Acessibilidade Universal aos portadores de necessidades especiais, o Hino Nacional foi executado como forma de protesto. O segundo fato refere-se à destinação do Hino Nacional. Sua execução, em forma de protesto, não foi apenas em relação ao governo, como mencionou a própria manifestante, mas, também, em relação às empresas privadas – entre elas as de transporte público presentes na rodoviária do Plano Piloto – que se desobrigam em cumprir as leis de acessibilidade e ao preconceito social disseminado em relação a eles. Ou seja, o Hino, nesse caso, não foi usado como instrumento que manipula a massa informe, nem como forma de protesto ao governo vigente apenas. Mas foi evocado em circunstância na qual parte da sociedade sente-se excluída, tanto pelo governo quanto pela própria sociedade. E foi executado, sobretudo, para lembrar a ambos que essa parcela “esquecida” também tem *direito* de fazer parte do todo. O Hino Nacional parece ter sido o mensageiro do recado.

Enfim, esses casos, nos quais o Hino Nacional esteve presente, devem servir para se levantar o seguinte questionamento: trata-se do mesmo Hino Nacional? Em todos esses eventos, ele permaneceu o mesmo? A resposta mais simples, óbvia e, talvez, a menos apropriada, para alguém preocupado em pensar historicamente, seria sim, afinal a letra, a música e sua execução permaneceram ilesas desde a segunda década do século XX aos dias de hoje. Além disso, a argumentação poderia ser reforçada a contento, visto que o Hino, embora executado em situações diferentes, foi, em certo sentido, respeitado. No entanto, a resposta não parece ser tão simples. De modo aparentemente paradoxal pode-se afirmar que se trata do mesmo Hino Nacional Brasileiro, apesar de não ser o mesmo Hino Nacional Brasileiro.

### 3. Usos e apropriações do Hino Nacional Brasileiro

A fim de criar um quadro teórico capaz de dar suporte à história da leitura, o historiador Roger Chartier buscou apoio em campos cognitivos distintos:

*(...) geralmente separados pelas tradições acadêmicas: de um lado, o estudo crítico dos textos, literários ou não, canônicos ou esquecidos, decifrados nos seus agenciamentos e estratégias; de outro lado, a história dos livros e, para além, de todos os objetos que contém a comunicação do escrito; por fim, a análise das práticas que, diversamente, se apreendem dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferenciadas<sup>13</sup>.*

Em suma, a história da leitura de Roger Chartier transita entre (...) *três pólos: o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende<sup>14</sup>*. É evidente que aqui não se está tratando da história da leitura propriamente. Mas é possível adequar os procedimentos teóricos do renomado historiador francês no intuito de se (re)pensar o Hino Nacional Brasileiro. Para tal, deve-se:

- tomar o Hino em si – letra e música – correlativamente ao texto da história da leitura de Roger Chartier;
- compreender a sua execução como a materialidade do Hino e, portanto, correlativamente ao objeto que comunica o texto, o meio;
- e, por fim, a recepção, que um leitor ou ouvinte tem, seja de um texto impresso, seja de um Hino.

Dessas três partes, pode-se dizer que o Hino em si, letra e música, permaneceu o mesmo. A sua execução sofreu pequenas variações, tanto em situações oficiais, quanto em situações extra-oficiais<sup>15</sup>. A recepção, por seu turno, admitiu e admite usos e apropriações muito diferentes. A partir dessa concepção teórica tem-se, então, a diluição do sentido paradoxal da idéia aqui defendida: o Hino Nacional é, simultaneamente, o mesmo – em sua letra e música –, sofrendo, em alguns casos, pequenas alterações – quando de sua execução – e, por fim, não é o mesmo – sobretudo quando se trata de seu *uso* e sua *recepção*: *é o mesmo Hino Nacional Brasileiro, embora não seja o mesmo Hino Nacional Brasileiro*.

A partir disso, compreende-se que os usos distintos do Hino possibilitaram recepções díspares entre si. Em linhas gerais, os governos utilizaram-no como instrumento legitimador ou auto-legitimador até o início da década de oitenta, sobretudo em situações oficiais ou em atividades relacionadas à educação formal: de Getúlio Vargas aos governos militares, ele *serviu* a propósitos bem delimitados.

No entanto, na campanha pelas *Diretas Já* o Hino Nacional Brasileiro foi usado como elemento integrador de um sentimento comum, de nacionalismo, evocado a fim não de validar, mas de se contrapor a um governo sem legitimidade, pois este não advinha de suposta “vontade nacional”. Com efeito, havia também um conflito de interpretações a respeito do que poderia ou não ser considerado legítimo. De qualquer modo, nessa situação, o Hino Nacional não representava mais um governo, mas a “soberania nacional”, a qual deveria, como foi o caso, sobrepor-se a um regime em dissonância com ela. Desse modo, ele passou de instrumento legitimador a dispositivo que deslegitima o governo.

Algo parecido ocorreu no processo de *Impeachment* do então presidente Collor de Mello. Contudo, não se usou o Hino para contrapor-se à “vontade nacional” legítima – por isso soberana –, a regime político sem legitimidade. A ênfase recaiu, sobretudo, aos aspectos éticos e morais. A corrupção passou a ser o centro a se atacar, e o Hino representava, a quem o utilizava, um elemento em benefício da ética e, por conseguinte, a favor do Brasil como um todo.

Diferentemente dos casos anteriores, a manifestação que exigia Acessibilidade Universal em Brasília não buscava reafirmação da legitimidade governamental (como fizeram os governos de Getúlio em diante); não desejava um novo regime político com sufrágio universal e voto direto para presidente (como nas *Diretas Já*); tampouco a deposição do presidente por ser imoral ou abster-se de postura ética (como no processo de *Impeachment*). Mas exigia o cumprimento de medidas as quais já haviam sido legalizadas e que o executivo, entretanto, não as fazia cumprir e o setor privado – no caso, as empresas de transporte público –, desobrigavam-se em aplicá-las. Porém mais que isso, uma forte crítica era dirigida à sociedade de forma geral que, imbuída de preconceitos, discriminava os portadores de necessidades especiais. A execução do Hino Nacional Brasileiro veio ao final do longo discurso da manifestante. A mensagem assumia, assim, duplo destino: exigia do Estado o cumprimento do ordenamento jurídico pertinente e da sociedade a reconsideração da maneira pela qual ela se relaciona com as pessoas portadoras de necessidades especiais. Nesse caso, não temos mais uma situação com o envolvimento de dois pólos, sociedade versus governo; mas três: governo e sociedade versus a minoria de indivíduos que requerem integração ao todo<sup>16</sup>.

Em todas essas situações houve usos e apropriações do Hino de maneiras distintas. Uma questão, por conseguinte, impõe-se: o que ocasionou usos e apropriações distintas a respeito do mesmo referencial? O que mudou para que o mesmo artefato tivesse usos e apropriações tão díspares?

Tal questão torna-se relevante, pois faz menção direta a uma das matérias-primas do trabalho do historiador: a mudança no tempo. Evidentemente, poderia ser listada uma série de explicações: alterações políticas, econômicas, sociais, culturais, legais, entre outras. Indubitavelmente, todas com certo grau de importância dependendo da natureza do evento e da abordagem a seu respeito. Possivelmente, ainda, com combinações entre elas. Contudo, todos esses domínios separadamente parecem dar conta de maneira muito restrita do porquê da mudança e dos diferentes usos e apropriações do Hino Nacional Brasileiro em determinados momentos (presentes) diferentes.

Duas categorias formais, cunhadas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, ligadas à temporalidade mostram-se úteis e podem auxiliar de forma eficaz a compreensão das diferentes apropriações. São elas: *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Antes de se tentar aplicá-las ao objeto deste texto será necessário expor sucintamente o significado de cada uma.

*A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (...) a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois.<sup>17</sup>*

O espaço de experiência, portanto, é categoria que reúne sinais, signos, valores, gestos, símbolos do passado que, por razões variadas, “permanecem” no presente, mesmo que de forma re-significada, e cuja presença é tanto consciente quanto inconscientemente “mantida” e reelaborada de acordo com as circunstâncias, embora não livremente.

*Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (...) Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência.<sup>18</sup>*

O horizonte de expectativa, portanto, é a formulação de um possível futuro – desejável ou não. Mas se deve atentar para o fato de que espaço de experiência e horizonte de expectativa não são categorias opostas. Tampouco que o horizonte de expectativa é reflexo do espaço de experiência. Diferente disso, elas são complementares, se retro-alimentam. O espaço de experiência influi nas possíveis formulações de futuro e o horizonte de expectativa influencia as interpretações a respeito do passado. Há, assim, uma relação de circularidade entre elas. Cada presente – seja aquele do século XIX, no qual a música e a primeira letra foram compostas, seja no começo do século XX no Brasil de Getúlio Vargas, seja aquele da rodoviária do Plano Piloto de Brasília, de 2006 – está circunscrito pelo espaço de experiência e pelo horizonte de expectativa de modo cíclico e inseparável. A desejabilidade de um futuro depende do arcabouço pretérito, manifesto ou latente, por um lado, ao passo que a construção dos eventos pretéritos depende dos anseios de um futuro pensado no presente, por outro: cada indivíduo, grupo ou sociedade no tempo estabelece suas relações singulares no cruzamento contínuo e complexo entre passado e futuro.



Dessa forma, a questão acima mencionada – o que faz com que haja usos e apropriações distintas a respeito do mesmo referencial, ou seja, a respeito do

“mesmo” Hino – pode ser circunscrita na relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Novas expectativas exigem reinterpretações do passado e, da mesma forma, novas experiências acumuladas alteram as expectativas em relação a um futuro possível que, por sua vez, modifica as ações empreendidas no presente. Assim sendo, o presente passa a ser uma imbricação de temporalidades: passado – presente – futuro se imiscuem. Assim como se pode afirmar na história da leitura que novos leitores produzem novos textos<sup>19</sup>, pode-se afirmar que novas experiências e expectativas produzem novas apropriações do mesmo artefato. O Hino Nacional Brasileiro passou a ser re-significado, pois as situações nas quais foi usado assim exigiam. O seu uso de tal ou qual forma foi possibilitado por que novas experiências foram incluídas e novas expectativas aventadas.

Enfim, as mudanças estão ligadas às relações entre passado – presente – futuro. E, com o passar do tempo, essa relação altera o *mundo dado a ler*, as interpretações, os valores, as idéias, mesmo que o objeto dessas representações mantenha-se “materialmente” o mesmo. Assim, embora o Estado tenha oficializado o Hino Nacional Brasileiro, tornando-o obrigatório em solenidades públicas e até em instituições de ensino e, possivelmente, deseje que o seu *uso* seja em *um* sentido, em *uma* direção, as apropriações que dele se fazem não podem ser controladas. Com o Hino e sua obrigatoriedade, o Governo cria cidadão hipotético que deve servir a objetivo definido. Contudo, como lembrou Roger Chartier: *as práticas de apropriação sempre criam usos e representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas*<sup>20</sup>.

## Notas

<sup>1</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. O Hino Nacional Brasileiro. In: *Notícia Bibliográfica e Histórica* – PUC – Campinas/ São Paulo. Ano XVI, nº14 – abril/ junho, 1984, p. 96.

<sup>2</sup> Idem. p. 96.

<sup>3</sup> Quanto à data precisa da composição da música de Francisco Manuel da Silva que, posteriormente, viria a se consolidar como Hino Nacional Brasileiro, há certa divergência. Em linhas gerais, têm-se duas posições: a primeira afirma que a composição é de 1822 e teve como princípio norteador a independência político-administrativa do Brasil, do mesmo ano; a segunda afirma que a composição é de 1831, e que teve como fato propulsor a abdicção de D. Pedro I ao trono. Apesar de se despender atenção reduzida a esse aspecto neste texto, pela pesquisa até aqui empreendida e pelos indícios bibliográficos, será tomada como data da elaboração da música o ano de 1831, e, conseqüentemente, se terá em conta a abdicção de D. Pedro I como fato que a motivou.

<sup>4</sup> Trata-se de Justiniano José da Rocha. Em: MATOS, Odilon Nogueira de. Op. Cit. p. 98.

<sup>5</sup> CARVALHO, José M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>6</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. Op. Cit. p. 101.

<sup>7</sup> Vale lembrar que dos três símbolos nacionais oficializados – a bandeira, o brasão e o Hino Nacional – apenas a música de Francisco Manuel da Silva não sofreu alterações – os outros dois foram adaptados ao governo republicano recém proclamado.

<sup>8</sup> Idem. p. 102 a 103.

<sup>9</sup> Idem. p. 103.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_17abr1984.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm). Acessado em 03/01/2007.

<sup>12</sup> Como dia 3 seria um domingo, a manifestação foi antecipada para o dia 1º de dezembro, sexta-feira.

<sup>13</sup> CHARTIER, Roger. “Textos, impressão, leituras”. Em: HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. – São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211 a 238.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> As variações oficiais referem-se às Leis que prescreviam a maneira que o Hino deveria ser executado (número de batidas por minuto, canto uníssono, tonalidade, etc.), que são as de número 5.454/1942, de 31 de julho de 1942 e 5.700/1971, de 1 de setembro 1971.

<sup>16</sup> Por outro lado, não se pode afirmar que houve uma inversão total de valores no uso do Hino Nacional Brasileiro. Ele foi usado contra um dado governo ou uma impostura em relação ao descumprimento de normas constitucionalmente instituídas ou tidas como eticamente corretas, mas não contra o Estado, ou seja, não contra um tipo de organização política.

<sup>17</sup> KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”; em: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006. pp. 310 e 311.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> McKENZIE apud CHARTIER, Roger. “O Mundo como Representação”. Em: *Estudos Avançados*, 11 (5), 1991. p. 179.

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. “Textos, impressão, leituras”. Em: HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. – São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.

## Referências

BACZKO, Bronislaw. Imaginário social. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5, 1985. p. 296 a 332.

- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]. Out. 1998, vol.13, no.38. Disponível <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 26/05/2005.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. – São Paulo, Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, 11 (5), 1991. p. 173 a 191.
- \_\_\_\_\_. Textos, impressão, leituras. Em: HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. – São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211 a 238. [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_17abr1984.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm). Acessado em 03/01/2007.
- KOSELLECK, Reinhart. 'Espaço de experiência e 'horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006. p. 305-327.
- MATOS, Odilon Nogueira de. O Hino Nacional Brasileiro. In: *Notícia Bibliográfica e Histórica – PUC – CAMPINAS/ São Paulo*. Ano XVI, nº14 – abril/junho, 1984.
- MELLO, Ricardo Marques de. As marcas da estrutura no acontecimento: o Hino Nacional Brasileiro. III Encontro Científico do Curso de Letras - *O desafio das letras*. Rolândia – PR; CD ROM; 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História - Representações*. São Paulo: Contexto, 1995, p. 9-28.

## Resumo

No presente texto, analisam-se usos e apropriações do Hino Nacional Brasileiro em momentos específicos da história do Brasil. Na primeira parte fez-se uma introdução histórica da criação e oficialização do Hino. Em seguida, apresentou-se algumas circunstâncias nas quais ele foi executado. E na última foi efetuada análise de suas recepções valendo-se das proposições teóricas acerca da história da leitura de Roger Chartier e das categorias espaço de

experiência e horizonte de expectativa criadas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck.

Palavras-chave: Hino Nacional Brasileiro; História da leitura; Espaço de experiência; Horizonte de expectativa

### **Abstract**

This text examines appropriations and uses the Brazilian National Anthem at specific moments in the history of Brazil. The first section offers an overview of historical developments leading to the formalization of the Anthem. The second section conveys an overview of some circumstances in which it was performed. The last section offers an analysis of its hearing based on theoretical propositions about the history of reading made by Roger Chartier and the categories of space experience and horizon of expectation formulated by the German historian Reinhart Koselleck.

Key words: Brazilian National Anthem; History of reading; Area of experience; Horizon of expectation

### **Resumen**

Este artículo examina los usos y apropiaciones del Himno Nacional Brasileño en algunos momentos en la historia de Brasil. En la primera parte se hace un recuento general del desarrollo histórico y de la formalización del Himno. En la segunda se consideran algunas circunstancias en que fue ejecutado. En la última parte se hace un análisis del Himno sobre la base de las propuestas teóricas sobre la historia de la lectura de Roger Chartier y las categorías de espacio de experiencia y horizonte de expectativas creadas por el historiador alemán Reinhart Koselleck.

Palabras clave: Himno Nacional del Brasil; Historia de la lectura, espacio de experiencia y horizonte de expectativa



# OPINIÃO



**Wilson Andrade de Freitas**

*Bacharel em Turismo pela UPIS/DF.  
Coordenador da Gerência de Turismo de  
Eventos do Instituto Brasileiro de Turismo -  
EMBRATUR, Brasília.*

**Magali Regina Michels Przybycien**

*Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental,  
Universidade Católica de Brasília.  
Professora de Turismo da UPIS/DF.*

**Cecília Vieira Martins de Paula**

*Especialista em Planejamento, Gestão e  
Marketing do Turismo pela Universidade do Vale  
do Itajaí - UNIVALI/SC.  
Professora de Turismo da UPIS.*

***Desmistificando a  
imagem do Brasil no  
exterior a partir das  
ações de divulgação  
realizadas pela  
Embratur***

**Introdução**

O turismo é caracterizado por ser atividade multifacetada que se interrelaciona com os mais diversos segmentos econômicos. É reconhecidamente capaz de gerar empregos e benefícios tanto para a cidade quanto para sua população, quando aplicado de forma sustentável, ou seja, otimizando a utilização dos recursos naturais existentes, de forma a não levá-los ao desgaste ou até mesmo à extinção.

Nos últimos anos, o turismo vem se destacando como dos setores econômicos mais significativos no que tange ao desenvolvimento, crescimento e fortalecimento da economia dos países. Esse quadro revela, em função do alto potencial para a criação de novos empregos e aumento da renda, a capacidade que a atividade turística tem de alavancar não só economicamente, mas também socialmente uma nação. Mas para que isso ocorra, faz-se necessária a realização de investimentos no turismo, especialmente em aspectos como infra-estrutura básica (saneamento, energia elétrica, coleta de lixo, rodovias, segurança, informação, sinalização); infra-estrutura-turística (meios de hospedagem, agências de viagens, transportadoras turísticas, guias de turismo) e marketing turístico, no intuito de atrair maior número de visitantes ao País.

*O marketing de Turismo pode ser definido como um processo administrativo através do qual as empresas e outras organizações de turismo identificam seus clientes (turistas), reais e potenciais, e com eles se comunicam para conhecerem e influenciarem suas necessidades, desejos e motivações nos planos local, regional, nacional e internacional em que atuam, com o objetivo de formular e adaptar seus produtos para alcançar a satisfação ótima da demanda (BENI, 2001, p.207).*

Pelo fato de o turismo ser um bem de consumo abstrato, intangível, a experiência vivenciada pelo turista não pode, ao contrário dos bens tangíveis, ser avaliada de acordo com seu tamanho, forma, cor. Desse modo, o produto a ser vendido é apresentando aos consumidores potenciais por meio de descrições, imagens e promessas de satisfação.

O órgão responsável pela divulgação e comercialização do turismo brasileiro no exterior é a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, cuja atividade principal é a implementação dos programas de marketing que visam promover a imagem do Brasil no exterior por meio da apresentação de seus produtos e destinos turísticos. Dentre as estratégias utilizadas, cabe destacar o esforço realizado em prol da promoção comercial do País utilizando-se das feiras de turismo internacionais.

O Brasil é noticiado e notado em outros países por conta do futebol, das modalidades internacionais, da falta de segurança, das doenças, da pobreza e, mais especificamente no turismo, por conta da exploração sexual – imagem fortemente veiculada em outras épocas, mesmo que não intencionalmente. Esses e outros aspectos nem sempre positivos, só refletem parte da realidade brasileira, mas são suficientes para formar uma imagem no pensamento das pessoas. Os aspectos negativos assumem tamanha proporção que passam a se tornar a referência do País para aqueles que ainda não o conhecem. Diante de tanto apelo negativo, como convencer um turista a visitá-lo? Como expressar o Brasil através de uma marca, um símbolo de forma positiva?

Não havia até algum tempo imagem ou marca que pudesse representar o Brasil na sua totalidade. Devido, portanto, à importância do conceito para o desenvolvimento de um país e verificando-se os benefícios que a entrada de turistas estrangeiros promove, a EMBRATUR, por meio da elaboração do “Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil”, pode constatar as características que representam este país na opinião dos turistas estrangeiros. Como resultado prático desse intenso estudo, foi apresentada a “Marca Brasil”, que através das suas curvas, movimentos e cores propõe a identificação da imagem do turismo brasileiro no mundo inteiro, como também a representação dos principais produtos brasileiros de exportação.

Uma das formas de divulgação brasileira no exterior se faz por meio das feiras e eventos internacionais, em que a concepção e a estruturação dos estandes utilizados constituem-se na maior e mais importante plataforma de atração de curiosos e visitantes interessados em conhecer as belezas do Brasil. Os estandes brasileiros assumem papel de “vitrine”, no qual os destinos, produtos e serviços são expostos de forma a despertar o interesse de compra nos consumidores, à primeira vista. A criação desse ambiente aconchegante e que transpareça a alma de um país é de extrema importância para se consolidar cenário favorável, de forma a despertar ou ampliar o interesse e a efetiva visita de estrangeiros.

Portanto, a implementação de um novo *layout* dos estandes da EMBRATUR utilizados para fins de comercialização do turismo brasileiro no exterior incluindo a nova “Marca Brasil” suscitou a presente pesquisa, cujo objetivo é avaliar os resultados obtidos. Inicialmente foram descritos os principais programas criados para a divulgação do Brasil, como o Plano Aquarela e o Projeto Cara Brasileira da EMBRATUR; em seguida foi relatado o processo de construção da Marca Brasil e sua aplicação nos estandes da EMBRATUR em feiras e eventos internacionais, por meio de entrevistas a pessoas que participaram do processo de criação e/ou implantação da nova marca, verificando se ela contribui de forma positiva.

## 1. O mercado turístico e o Brasil

Com a utilização prática de todas as ferramentas apontadas, de acordo com Relatório Plano Aquarela 2007-2010, pode-se, analisar a evolução do turismo no mundo, identificando as principais variações e influências dos acontecimentos no comportamento do mercado turístico.

**Tabela 1: Tendências do turismo mundial – Entrada de turistas (Milhões)**

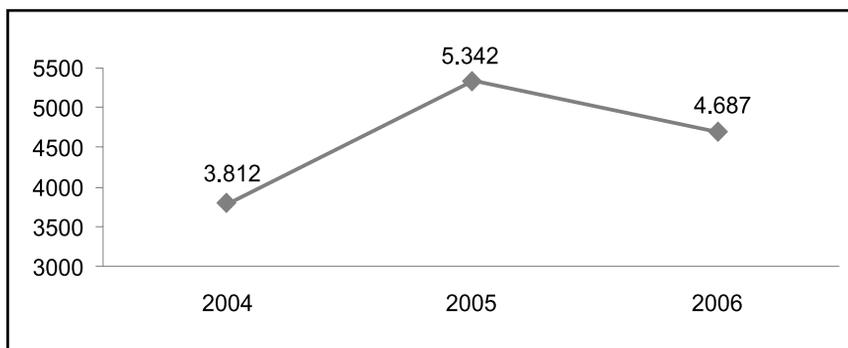
	2003	2004	2005	2006	2010 (previsão)	2020 (previsão)
<b>Mundo</b>	694,0	764,0	806,0	842	1.006,0	1.561,0
<b>Américas</b>	112,4	125,7	133,5	136,2	190,0	282,0
<b>América do Sul</b>	9,3	16,2	18,2	19,5	26,9	42,8

Fonte: Relatório Plano Aquarela – 2007/2010.

As variações entre os anos de 2003 a 2006 mostram o aumento de aproximadamente 150 milhões de pessoas realizando viagens internacionais. Focando essa evolução nos resultados obtidos pelo Brasil em relação ao turismo no mundo, pode-se observar crescimento acentuado até o ano de 2005, seguido de pequena retração no volume de turistas no ano de 2006. A retração, de acordo com o Relatório Plano Aquarela 2007-2010, pode ser atribuída a dois fatores: a crise na aviação civil brasileira e o baixo crescimento do turismo mundial.

Em receitas, pode-se verificar o mesmo crescimento, seguido de pequeno decréscimo, conforme estimativa preliminar, baseada nos dados calculados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), sobre o gasto médio diário, pelo número de dias de permanência e pelo número de turistas.

**Figura 1 - Receita gerada pelo turismo (Bilhões US\$)**

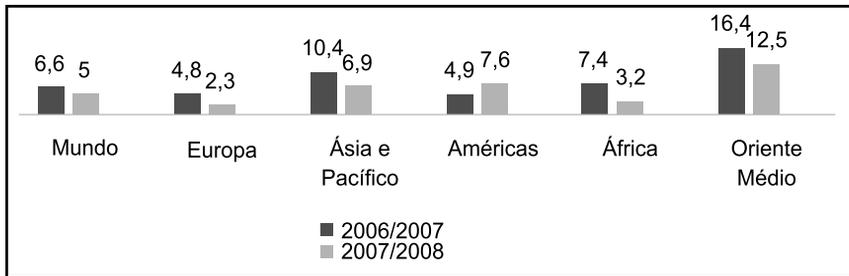


Fonte: Relatório Plano Aquarela – 2007/2010.

Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), para 2007 e seguintes, o crescimento do turismo já apresentou dados otimistas, principalmente em se tratando de mercados emergentes, devido ao fenômeno da descontração do fluxo turístico internacional, cuja evolução pode ser ratificada analisando os principais destinos receptores dos últimos 50 anos.

De acordo com o gráfico abaixo, pertinente à chegada de turistas internacionais, a América do Sul obteve crescimento de 7,6% considerando o ano de 2007 até o mês de abril de 2008, dado bastante positivo em relação aos 4,9% no mesmo período dos anos 2006/2007. Esses valores posicionam a América do Sul como a terceira região com maior desenvolvimento turístico no mundo contemporâneo, perdendo posições apenas para os mercados emergentes do Oriente Médio e para a região do Pacífico asiático.

**Figura 2 - Chegadas de turistas internacionais (%)**



Fonte: Barômetro junho/08, Organização Mundial do Turismo.

O Brasil se destaca entre os vinte mercados estrangeiros com maior desenvolvimento em 2007, apresentando crescimento de 15% e aumento relativo do tempo de permanência do turista. Posiciona-se, com base nos dados de crescimento turístico, atrás de destinos como França e China e, na América do Sul sendo ultrapassado apenas pelo desenvolvimento ocorrido na Venezuela<sup>1</sup>.

Como pode-se observar estes valores apenas confirmam o potencial de contribuição que o setor turístico pode representar no crescimento econômico do Brasil. Como também, o quanto é importante terem-se estruturados os produtos turísticos no país por meio de um plano, que proponha um turismo profissional e sério, em um quadro econômico mundial, no qual o país possa ser visto e exposto de forma a ressaltar suas melhores características e potencialidades, trazendo benefícios e empregos a toda sua população.

Por intermédio da utilização desse Plano de Turismo e uma realização eficiente da promoção internacional do Brasil é possível definir e atuar em mercados emissores estratégicos. A EMBRATUR possui, para tanto, os EBTs – Escritórios Brasileiros de Turismo, responsáveis pela promoção do Brasil nos destinos considerados como principais mercados emissores, estando, portanto, situados em países geograficamente estratégicos. Considera-se, atualmente, como principais destinos emissores, os seguintes países separados por regiões:

1. América do Sul: Argentina (principal destino emissor)
2. América do Norte: Estados Unidos
3. Europa: Alemanha, Espanha, França e Itália
4. Ásia: Japão
5. Novos mercados: Rússia, Holanda, Países Árabes, Escandinávia e Dinamarca.

## 2. Construção da imagem e fixação da marca

Os serviços turísticos, por serem considerados intangíveis, têm na construção da imagem de seus produtos um fator de fundamental importância para a escolha da destinação de viagem. Segundo Cooper (2001) para se escolher um destino, dois níveis de imagem são observados pelos consumidores: a orgânica, transmitida através de propagandas feitas pelos meios de comunicação como televisão, rádio, revista, jornal, internet além de livros e até mesmo pessoas, e a induzida, formada pela promoção feita por organizações do meio turístico. Os autores ainda complementam que, a imagem induzida é controlável ao passo que é mais difícil influenciar a orgânica. Da mesma forma, a fonte da informação constitui em grande influência sobre a percepção que consumidor tem do valor de um produto ou serviço.

Para a elaboração de imagem, no que diz respeito à atividade turística, de acordo com Kotler (1994), deve-se seguir algumas etapas. Na primeira, a imagem deve ser avaliada por meio da percepção dos moradores locais e do público alvo; na segunda, a imagem deve seguir alguns critérios como, ser válida, ter credibilidade, ser simples, atraente e diferenciada. E na terceira, a imagem deve ser implantada em três instrumentos: símbolos visuais e *slogans*; frases e posicionamento; eventos e feitos.

Sendo assim, a marca como símbolo, exerce o papel de incorporar as principais características dos produtos e serviços, onde a mesma está mais relacionada a aspectos psicológicos. Segundo Rocha e Christensen (1999), a marca nada mais é que um *nome, termo, sinal, símbolo ou desenho, ou uma combinação dos mesmos que identifique os bens e serviços oferecidos por um vendedor ou grupo de vendedores e os diferencie dos demais concorrentes.*

A importância da marca será maior em alguns casos, a exemplo de quando a qualidade só pode ser constatada após a compra, quando a marca influenciará muito. Porém quando o consumidor já sabe da qualidade do produto e de seus benefícios antes da compra, a marca, no caso, não será fator determinante e nem irá influenciar tanto.

Para se ter sucesso com determinada marca, é necessário que ela possa se tornar conhecida e estar associada a excelente nível de satisfação, pois ela é capaz de levar o consumidor às compras baseado apenas em sua fidelidade à marca, a despeito de todos os outros fatores que poderiam levá-lo a comprar o mesmo produto de outro fornecedor.

No turismo, a marca também é considerada fator determinante, pois pode abranger um simples pacote ou até mesmo, em nível mais amplo, definir a “cara” de toda uma localidade. Para um país como o Brasil, a criação de marca, opera de forma

a identificar o país e suas principais características por meio de símbolo, para que as pessoas associem a marca ao país e às suas potencialidades. Sendo assim, em âmbito internacional a marca exerce papel ainda mais importante, pois é forma de se destacar e de chamar a atenção do público estrangeiro.

### **3. Instituto brasileiro de turismo – EMBRATUR**

A EMBRATUR foi criada em 18 de novembro de 1966, com a denominação Empresa Brasileira de Turismo, sediada no Rio de Janeiro. Em 28 de março de 1991, foi transformada em autarquia especial vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, adotando a denominação de EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. Sua sede foi transferida para Brasília em 19 de novembro de 1992, onde permanece. Por meio da Medida Provisória 103, de 1º de janeiro de 2003, posteriormente transformada na Lei 10.683, de 28 de maio do mesmo ano, ela passou a ser vinculada ao recém criado, Ministério do Turismo.

A EMBRATUR tem a função principal de cuidar exclusivamente da promoção e divulgação do Brasil no exterior. Para isso, conta com escritórios na Alemanha, Espanha, França, Portugal, Itália, Reino Unido, Japão e Estados Unidos cujo objetivo é o de representar o Brasil, realizando ações que ajudam a promover e divulgar o País, contribuindo para a consolidação de imagem positiva no exterior. Uma das ações mais expressivas é a participação em feiras internacionais que contribuem para a promoção da diversidade cultural do País, por meio de manifestações folclóricas, expressões artísticas e amostras da culinária regional. Nessas feiras ficam expostas as imagens das belezas naturais, culturais e regionais do Brasil nos estandes da EMBRATUR.

#### **3.1 Projeto cara brasileira**

Em 2002 foram publicados os resultados da pesquisa “Cara Brasileira – A Brasilidade dos Negócios”, um caminho para o “*Made in Brazil*”, realizada pelo SEBRAE. O projeto “Cara Brasileira” tinha prioritariamente como objetivo, definir um perfil da “brasilidade”, que se caracteriza pelo conjunto de traços peculiares do estilo cultural, estético e comunicativo dos brasileiros, capaz de diferenciá-los e destacá-los.

Para este projeto foram realizadas pesquisas em junho de 2001 até fevereiro de 2002, cujo objetivo era identificar traços e características brasileiras que pudessem fazer com que as empresas tivessem um modo único e diferenciado de produção, tornando seus produtos mais competitivos dentro do mercado internacional. O principal mérito da pesquisa foi a coleta de fragmentos úteis, que identificassem esta brasilidade para

que, a partir daí, fosse construída uma imagem realista, que representasse o Brasil em seus diversos aspectos (povo, cultura, elementos da natureza), na qual seriam valorizadas essas qualidades como forma de atrair a atenção para o país, no exterior.

Uma equipe de pesquisadores analisou, de forma preliminar, o tema “Cara Brasileira” e suas dimensões; em seguida, elaborou uma lista de possíveis especialistas entre os mais competentes e reconhecidos do País, para participar dessa pesquisa. Foi aplicado questionário aos especialistas selecionados com o objetivo de identificar: o modo pelo qual a especificidade brasileira se manifesta, buscando os estereótipos e os preconceitos; os aspectos mais confiáveis; as manifestações culturais mais características da brasilidade; os aspectos atribuídos a uma brasilidade “unitária” que possa se sobrepor às diversidades existentes; os principais obstáculos que podem impedir a valorização das especificidades brasileiras; os elementos específicos ligados à tradição e os ligados às mudanças na cultura brasileira; os aspectos que podem ser mais valorizados no marketing do “*Made in Brazil*”, seja para o contexto nacional ou internacional.

Na etapa seguinte, foi aplicado questionário com perguntas abertas sobre os assuntos e elementos, capazes de evidenciar as diferenças e as singularidades do Brasil buscando identificar como características principais:

**Tabela 2 - Singularidades do Brasil**

<b>CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO BRASIL</b>
• Imagem unitária do País e elementos ligados às especificidades geográficas.
• Brasilidade em relação às tradições culturais.
• Aspectos do patrimônio ambiental, da fauna e da flora do Brasil que podem ser valorizados na promoção da imagem do País.
• Aspectos da vida material do Brasil que tem possibilidade de serem valorizados.
• Valorização das tradições, rituais, festas e manifestações populares.
• Características das pessoas e dos grupos sociais do Brasil.
• Contribuição das obras da literatura, música, artes plásticas, arquitetura e urbanística para a promoção da imagem do Brasil.
• Valorização das ciências naturais, da medicina e da pesquisa científica brasileira; a valorização das especificidades da cultura brasileira para o sucesso dos produtos e dos serviços das empresas brasileiras.
• Pontos fortes e pontos fracos da cultura brasileira.
• Consciência, nos brasileiros, das especificidades da própria cultura e das possibilidades de valorizá-la.
• Principais obstáculos (econômicos, sociais ou culturais) que podem impedir ou dificultar a valorização econômica das especificidades brasileiras.

As respostas obtidas foram reordenadas por temas e, como resultado do processo, podem-se destacar os seguintes fatores que caracterizam o povo brasileiro, suas especificidades e qualidades:

a) **A identidade cultural:** o Brasil pode ser considerado um país coberto pela mistura de raças e culturas, mantendo ainda alguns de seus traços primitivos, porém com acesso a padrões de modernidade existentes nos países mais desenvolvidos, o que faz com que o Brasil tenha características únicas que o diferencie dos demais países.

b) **Solidariedade:** destaca-se a capacidade que o brasileiro tem de ser solidário, de receber e acolher bem as pessoas, inclusive os turistas estrangeiros. Característica que também diferencia os brasileiros de outros povos.

c) **Adaptabilidade e abertura ao novo:** demonstra a capacidade que os brasileiros têm de se adaptar ao novo e às mudanças, com capacidade de enfrentar as dificuldades olhando o lado positivo das coisas, cujo famoso “jeitinho brasileiro” é o meio encontrado para harmonizar contrastes.

d) **Imagem unitária:** a “Cara do Brasil” foi definida por ser uma fusão cultural, na qual as festas populares e religiosas, a música, o futebol, os aspectos naturais, ou seja, o sol, a natureza exuberante, o “país tropical orgânico” (ecologia, espaços abertos, florestas, Pantanal, campos, frutas e hortaliças), as madeiras, as pedras preciosas e semi-preciosas criam imagem unificada do Brasil.

e) **Características do povo brasileiro:** algumas características se destacam e auxiliam ainda mais na criação dessa imagem unitária, tais como a hospitalidade e sociabilidade, abundância e generosidade, bom humor, alegria e otimismo, espontaneidade, criatividade e abertura à inovação.

f) **Características que identificam a especificidade brasileira:** manifestações coletivas da cultura e expressões como o pluralismo cultural, o barroco, o modernismo, a música (bossa nova e samba), o carnaval, o futebol, as telenovelas e a capoeira auxiliam a identificar a singularidade brasileira e sua brasilidade.

g) **Pontos fortes e fracos do Brasil:** como pontos fortes têm-se a miscigenação racial e cultural, os elementos culturais provenientes de tradições e experiências de vida autenticamente populares; a alegria e otimismo com ênfase nos relacionamentos pessoais, hospitalidade, cordialidade e criatividade do povo brasileiro. Como pontos fracos destaca-se imagem do Brasil pautada pela baixa auto-estima, a falta de confiança nas autoridades e no governo, a idéia de malandragem como necessidade de tirar vantagem de tudo, a escassa divulgação do trabalho cultural brasileiro, a ignorância em alguns aspectos, a desonestidade e a falta de compromisso.

A intenção desse projeto era buscar incentivar que as características positivas e marcantes, acima citadas, fossem valorizadas e que pudessem ser utilizadas tanto no turismo, como em produtos de exportação.

### 3.2 Plano Aquarela

O “Plano Aquarela” é instrumento técnico elaborado com o objetivo de tornar-se referência e estabelecer diretrizes para as ações futuras de planejamento turístico, a partir de dois enfoques metodológicos, o Plano de Desenvolvimento Turístico e o Plano de Marketing Turístico.

Por meio do Plano de Desenvolvimento Turístico, devem ser primeiramente, inventariados todo o conjunto de atrativos naturais e culturais criados e conservados pelo povo brasileiro ao longo da história; também a situação de sua infraestrutura geral, ou seja, aqueles aspectos que podem influenciar positiva ou negativamente a circulação e a atenção dos visitantes como por exemplo, abastecimento de energia elétrica, saneamento básico, estradas e rodovias, meios de transporte, informação, segurança.

Posteriormente, deve ser realizado inventário focado nos equipamentos próprios do setor turístico (hotéis, pousadas, restaurantes, agências de viagens, empresas de aluguel de veículos, serviços de guias, entre outros), como também deve ser realizada análise que identifique as características gerais e de capacitação dos prestadores de serviços turísticos, ou seja, a qualificação e a formação de profissionais da área.

Somente após identificação e estruturação para uso e aproveitamento de todos os recursos acima citados é que eles podem ser convertidos na idéia de produto; de acordo com o Plano Aquarela 2003/2006, *um produto turístico é uma proposta de viagem fora do lugar de residência habitual, estruturada através dos recursos, à qual se incorporam serviços turísticos: transporte, alojamento, guias de viagem, serviços de alimentação etc.*

A partir da identificação do produto, já que sem este, não há turistas, é realizado o Plano de Marketing Turístico, que transforma o produto em oferta, acelerando o processo de comercialização.

O “Plano Aquarela” apresenta três fases distintas: o diagnóstico, a formulação da estratégia de marketing e o plano operacional. Na primeira fase, busca desenvolver ferramentas para a geração de informações, fundamental na ordenação, sistematização e análise dos dados pré-existentes para a formação de novos dados.

Foi realizada uma análise da oferta turística do Brasil no exterior através da avaliação dos produtos turísticos do País, seu potencial em relação ao mercado

internacional e seu valor real no mercado mundial. Foi possível, dessa maneira, definir a grade de produtos turísticos brasileiros, levando em consideração quantidade e variedade de sua oferta distribuída em cinco grandes segmentos – ecoturismo; sol e praia; cultural; esporte; negócios e eventos.

Na segunda fase, foram feitas pesquisas com turistas estrangeiros no Brasil e com o *trade* internacional, com objetivo de perceber a utilização de cada produto pelos turistas, analisando a quantidade de oferta, bem como o aproveitamento dos produtos oferecidos.

A partir das pesquisas desenvolvidas com os turistas, *trade* internacional e o setor turístico ressaltados pelo diagnóstico, chegou-se à definição de cinco conceitos que identificam o Brasil:

- Natureza (praia e mar, beleza natural, floresta, patrimônios da humanidade).
- Cultura viva (festas, alegria, música, patrimônios da humanidade).
- Povo (alegria, atendimento, hospitalidade).
- Clima (sol o ano inteiro).
- Modernidade.

Com base nesses resultados buscou-se desenvolver estratégia de promoção baseada na criação de mensagem global para todos os mercados, cujas estratégias de marketing se fundamentam em três elementos:

a) O decálogo, que é o conjunto dos argumentos e dos valores que levam o turista potencial a decidir pelo Brasil como destino de sua viagem.

b) A mensagem permanente, representada pelo *slogan* que sintetiza todos os argumentos e valores.

c) A marca turística como elemento de identidade e reconhecimento do Brasil nos mercados mundiais.

De maneira estratégica, a determinação de segmentos, dos produtos e valores facilita a divulgação do Brasil, por mostrar de forma agrupada a sua grande diversidade. Porém, somente a segmentação e a estruturação dos dados não são suficientes para uma boa divulgação. Sendo assim e considerando os três elementos utilizados na estratégia de marketing e, ainda, mediante a necessidade de marca que identifique o Brasil, foi elaborada a “Marca Brasil” como fator essencial para a inserção do País no mercado turístico mundial.

### 3.2.1 Marca Brasil

Ao longo de sua história, o Brasil nunca havia adotado marca específica para sua promoção; algo que representasse de forma única tudo aquilo que se deseja ex-

pressar e transmitir. O que havia sido apresentado até então, era apenas a palavra Brasil associada às cores da bandeira e aos diferentes símbolos que remetiam a único aspecto como por exemplo, o patrimônio natural, elemento inclusive, muito enfatizado.

A criação da “Marca Brasil” considerou, na época, a necessidade de que representasse o País para si próprio e para o mundo. Nas pesquisas de opinião, realizadas com os turistas, com a *trade* e com base na opinião interna, foram solicitadas três sugestões de cores que identificassem a terra brasileira. Como resultado, verificou-se que o Brasil é considerado multicolorido, onde o verde representa as florestas; o amarelo o sol, a luz e as praias; o azul do céu e das águas; o vermelho e o laranja representam as festas populares; e o branco está associado às manifestações religiosas e à paz.

A partir da definição das cores, foi lançado um concurso de desenho gráfico, coordenado pela Associação de Designer Gráfico do Brasil (ADG). Foi requisitada a confecção de um símbolo que sintetizasse a mistura de cores, com características próprias do Brasil, associada à idéia de modernidade. Para tal, foi estabelecida como referência para a formulação da marca, a capa do livro “Burle Marx” de Marta Monteiro, que conta a história da vida e arte do artista Roberto Burle Marx.

Por decisão unânime, foi selecionada a proposta que tenta unificar tudo o que o Brasil representa: o colorido alegre; a natureza e o caráter de seu povo, representado pelas curvas e sinuosidades da marca; a luminosidade de país com brilho próprio e exuberância; e mestiço, devido ao encontro de culturas e raças; moderno e competente. Surgiu então a “Marca Brasil”.

**Figura 3 - A “Marca Brasil”**



Fonte: Relatório Plano Aquarela – 2003/2006.

Apresentada a Marca representativa em âmbito nacional como internacional, iniciou-se nova etapa de promoção. Após definição e escolha do conceito promocional e da imagem gráfica a ser utilizada, teve início a campanha “Vire Fã” do Brasil, na qual estrangeiros posam frente aos pontos e produtos turísticos de maior relevância mostrando as nossas maiores belezas naturais e culturais, utilizando em seus rostos as formas e cores que remetem ao segmento retratado ao fundo.

Uma série de itens, como publicações, folhetos, pôsteres, mapas, brindes, vídeos dentre outros, também fazem parte das ações promocionais brasileiras; elas podem ser gerais ou específicas dirigidas tanto ao público consumidor, aos próprios turistas, como aos profissionais de turismo, de acordo com a ação composta.

As maiores e mais significativas mudanças estão, contudo, relacionadas às práticas de turismo, onde a compilação dos dados obtidos oferece subsídios para orientação das políticas e ações para a formação sólida de imagem forte para inserção no contexto mercadológico profissional e competitivo, trazendo benefícios à nação.

### **3.2.2 Estratégia de promoção: eventos**

Dentre os diversos tipos de eventos, as feiras vêm obtendo destaque pela grande capacidade de geração de negócios e resultados.

*Feiras são eventos de caráter comercial e de grande porte que reúnem fornecedores, fabricantes, vendedores, compradores ou clientes, consumidores ou usuários, (...) para estabelecer contatos comerciais, apresentação ou exposição de produtos, bens, serviços (...) e tem como principal objetivo proporcionar contatos com os canais de comercialização (ZANELLA, 2003 p. 24).*

A vantagem das feiras, com relação a outros eventos, segundo Giacaglia (2003), está na possibilidade de expor produtos/serviços a grande público segmentado em curto período de tempo, sem que haja a necessidade de grandes investimentos de divulgação.

As feiras de turismo, assim como as demais feiras e exposições, são formuladas com objetivo principal de ofertar algo capaz de proporcionar a sua venda. Particularmente, as feiras de turismo caracterizam-se como um meio de comunica-

ção, demonstração e comercialização de atrativos turísticos a um público específico que pode ser composto por profissionais e usuários.

*As ofertas e salões de turismo são manifestações comerciais ocasionais e periódicas, de curta duração, que organizações institucionais turísticas, empresas que oferecem produtos e serviços turísticos e empresas comercializadoras (...) expõem seus recursos e ofertas e estabelecem algumas relações informativas, promocionais e comerciais com os profissionais ou com os particulares ou o público em geral (MONTEJANO, 2001, p. 320 e 321).*

Com o tempo, as feiras foram aprimoradas expandiram-se e à exposição de informações foram agregados eventos paralelos como atos culturais, conferências, *workshops*, mesas-redondas, todos inseridos para contribuir no processo de comercialização dos produtos e serviços expostos. Isso fez com que as feiras alcançassem, nos dias de hoje, posição de destaque como acontecimentos importantes na localidade.

Para o ano de 2008, o Brasil elaborou calendário eficiente, com a participação em eventos internacionais na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e no Oriente Médio. Participou de 34 eventos internacionais, no período de janeiro a maio, com a média de sete eventos mensais; ainda para o segundo semestre, de julho a dezembro, foi prevista a participação em 24 eventos internacionais.<sup>2</sup>

Considerado de relevante eficiência para apresentação de um produto em feiras, o estande é o instrumento ideal de trabalho do expositor, caracterizado como o local ou compartimento para exibição inclusive, de serviços. Do ponto de vista mercadológico, ele pode ser classificado com posto de vendas ou local físico para que tal atividade ocorra. Suas características devem auxiliar a promover os aspectos mais marcantes de um produto, trazendo consigo, sempre que possível a densidade cultural do povo.

Seu projeto varia de acordo com os objetivos do evento em que está inserido. Portanto, no caso dos eventos e feiras de turismo, onde se pretende divulgar a imagem, considerando aquilo que se tem de melhor, o maior desafio é fazer com que o “estilo brasileiro de ser” – que acrescenta calor humano nas relações, na hospitalidade, na riqueza da natureza, nas festas e manifestações populares – possam transparecer na vitrine que é o principal papel de um estande.

Segundo Matias (2002, p.13) “para atender a este novo tipo de atividade emergente, espaços foram sendo adaptados e construídos e tornaram-se as bases que desenvolveram o Turismo de Eventos”.

Os estandes da EMBRATUR atuam de forma a trazer um pouco do Brasil, para que outros países possam se interessar e conhecer tudo aquilo que se tem a oferecer, no que tange a serviços e produtos turísticos. È por meio dos estandes, que os serviços intangíveis, podem ser previamente experimentados por seus potenciais compradores.

Pode-se inferir que o sucesso obtido com a participação em feiras internacionais, teve como complemento o desenvolvimento paralelo da recepção de eventos internacionais no Brasil, estratégia adotada pelo Ministério do Turismo e de responsabilidade da EMBRATUR.

De acordo com o *ranking* publicado em abril de 2008, pela *International Congress & Convention Association (ICCA)*, referente ao ano de 2007, o Brasil encontra-se no oitavo lugar dentre os países sede de eventos internacionais de acontecimento regular e constituídos de, no mínimo, três destinos diferentes. O Brasil, sediando 209 eventos internacionais coloca-se à frente de países como Canadá, China e Suíça que promovem, respectivamente, o total de 197, 195 e 175 eventos. Dessa maneira, nosso país localiza-se atualmente como o primeiro destino internacional de eventos da América Latina e o segundo das Américas.

#### **4. A pesquisa**

Os assuntos abordados para avaliar a evolução do *layout* utilizado nos estandes da EMBRATUR, foram obtidos por meio de fotos, relatórios de viagem e principalmente informações obtidas diretamente com os funcionários, durante a aplicação de um relatório de pesquisa em forma de questionário qualitativo.

Com a divulgação da nova imagem do Brasil, se almeja afastar grande parte do que foi intensamente mostrado e fixado como imagem de turismo sexual, falta de segurança e de profissionalismo. É o que se espera alcançar com as ações (definição de *layout*, estandes, posicionamento, programas de marketing, dentre outros) da EMBRATUR, por meio da conceituação e posterior implantação dos projetos “Cara Brasileira” e “Plano Aquarela” juntamente com a criação da Marca Brasil.

O papel dos estandes é transparecer de forma física a imagem proposta pelos planos anteriormente descritos. Assim, foram analisadas as opiniões dos profissionais de turismo que participaram da implementação dos dois modelos de gestão.

#### **4.1 Modelo de *layout* anterior**

Para Yvelise Bleyer, Coordenadora do Departamento de Turismo de Negócios da EMBRATUR, o modelo de *layout* antigo, proveniente do projeto “Cara Brasileira”, tinha o objetivo de mostrar a grande miscigenação do povo brasileiro e fazer com que os turistas fossem capazes de enxergar a variedade de culturas, raças e belezas existentes no Brasil. Os estandes antigos eram mais clássicos, mais pesados, com cores fortes e bagunçados; davam a impressão de muita mistura, sem estilo algum. Eram também ultrapassados, com linhas retas e formas acentuadamente quadradas, dificilmente adaptáveis para os mais diferentes espaços de divulgação, deixando a desejar no que tange à funcionalidade e ao estilo.

Diogo Dal Farra Ribeiro, ex-coordenador do Departamento de Eventos Promocionais da EMBRATUR, afirma que se pretende aplicar no projeto “Cara Brasileira” a diversidade e a pluralidade do povo brasileiro. Sua definição nos estandes era posta por meio de painéis que estampavam os rostos, retratando justamente a intenção de mostrar tal diversidade. “Na época, era o que se tinha de mais chamativo em termos de apelo visual”; porém a identificação visual do Brasil era carregada em demasia e de difícil visualização devido à variedade de cores e imagens utilizadas. Sendo assim, esse modelo de divulgação ficava muito mal interpretado e não apresentava bons resultados, pois muitas pessoas identificaram o visual como algo semelhante a “procuram-se pessoas desaparecidas”, comenta Ribeiro.

Para Waldineia Waldmann Brasil, Técnica em Propaganda e Marketing da EMBRATUR, nas participações do Brasil em feiras anteriores ao Plano Aquarela, os estandes tinham formato com dimensões retas, peças grandes e pesadas, o que, de certo modo, dificultava a montagem e o posicionamento, como também a adequação de suas dimensões, tanto nas feiras de pequeno como de grande porte, além de dificultar a otimização dos espaços.

#### **4.2 Modelo de *layout* atual**

Com a criação da Marca Brasil, o modelo novo de gestão, segundo Ivelise Bleyer, traduz a idéia de organização, clareza, limpeza e amplitude, podendo ser constatado através do crescimento da participação da EMBRATUR em eventos internacionais. Transparece, ainda, a imagem que o governo deseja apresentar atualmente, relacionada à eficiência e modernidade, como também com menos gastos, caracterizada pela amplitude e modernidade das peças de montagem.

O novo modelo comparado ao projeto “Cara Brasileira”, na opinião de Ribeiro, tornou-se, sem dúvidas, mais interessante às questões mercadológicas e de fixação da imagem, pois anteriormente as técnicas de promoção não trabalhavam com base em objetivo unificado, como é o caso da Marca Brasil.

Os estandes estão mais chamativos e aconchegantes, nos quais o colorido e as curvas transmitem o movimento e a alegria do povo brasileiro, juntamente com a cor branca em destaque e a fonte sóbria no texto “Brasil”, que transmitem idéia de profissionalismo e modernidade. As áreas destinadas a cada participante são facilmente identificadas e reconhecidas, pois toda ação de marketing está direcionada para a divulgação, como painéis, *outdoors* e fotos da Marca Brasil que se destacam em meio aos outros estandes, devido ao tamanho e colocação sobre o fundo branco.

As considerações de Waldmann Brasil definem que nos novos estandes foram aplicados contornos, curvas e flexibilidade tornando as peças, as mesas e os balcões mais leves e sinuosos, facilitando os esforços de trabalho e o posicionamento em recintos reservados grandes ou pequenos. Para Waldmann, essa é a principal idéia do novo *layout*, no qual, além de possibilitar a associação com características típicas do povo brasileiro, também se tornou mais fácil de trabalhar.

Na nova formatação, os estandes foram divididos por produtos e áreas de acordo com o Plano Aquarela, o que auxiliou na identificação das preferências por parte dos participantes das feiras.

É importante ressaltar que a modificação na imagem do Brasil é processo em constante aperfeiçoamento; acredita-se que ainda não foi concluído da forma desejada pelo Governo. A Marca Brasil tornou-se mecanismo de promoção, diferenciado: possui um povo hospitaleiro e com alegria admirável, além de incrível diversidade cultural, natural, histórica e geográfica.

As opiniões positivas e sugestões e a adesão cada vez maior dos co-expositores, responsáveis por levar os produtos brasileiros às feiras internacionais, aumentam a funcionalidade do trabalho.

### **Considerações finais**

Os eventos e promoções realizados pela EMBRATUR ajudam a alcançar os objetivos com o “Plano Aquarela” e a “Marca Brasil”: aumentar o nível de conhecimento e de desejo pelo Destino Brasil (EMBRATUR, *Press Release*, 15/09/2005). O trabalho da EMBRATUR acompanha o contínuo processo de transformação, pois os destinos e atrativos turísticos não são estagnados.

A participação do Brasil em feiras internacionais de turismo é das mais importantes e eficazes formas de divulgação, por levar características e produtos brasileiros a ambientes em que os consumidores anseiam por conhecer e descobrir novos serviços, produtos e destinos.

Por isso mesmo, deve-se ter o cuidado de levar o cenários que retratem o país da melhor maneira possível e que o possibilite estar em igualdade para concorrer no mercado competitivo da atividade turística. Verifica-se a necessidade de profissionais capacitados, engajados e atentos aos acontecimentos, uma vez que se trata de atividade dinâmica e em constante mudança. Por meio também de programas e planos de marketing será possível dar continuidade ao processo de desenvolvimento turístico.

As etapas de planejamentos, que levaram o Brasil ao patamar de seriedade no qual se encontra, evidenciam o trabalho árduo de pesquisas para identificar e definir o país para os estrangeiros e para os próprios brasileiros, inserindo “o jeito brasileiro de ser”, tanto nos produtos oferecidos como na forma pela quais são vendidos.

A fisionomia do Brasil está em constante aperfeiçoamento; acredita-se que ainda não atingiu a forma desejada. Além disso, é de extrema importância afastar o conteúdo pejorativo que persiste. É possível desfazer ou substituí-lo, na medida em que se reforçam os aspectos das belezas naturais e culturais, da gastronomia variada, do folclore, da hospitalidade e do carisma, que retratam as características próprias do território e do povo brasileiros.

Os projetos implantados mostram que, somente por meio de intenso profissionalismo e respeito, será possível ter, reconhecidamente, turismo de sucesso e que se traduza em bons resultados.

O maior desafio ainda é, contudo, fazer com que o próprio brasileiro tenha consciência dos seus valores, do seu *habitat*, da importância da sua cultura e passe a divulgá-los como características próprias. A mistura de raças, a história, a música, as manifestações culturais, as belezas do Brasil moderno, que incorpora os valores tradicionais, facilitaram o marketing do “*Made in Brazil*”, em universo de sedução, de sincretismo e multicolorido, traduzido que se destaca diante de outras e se apresenta como apelo na escolha de um destino, que pode ser qualquer um, desde que seja dentro do Brasil.

## Notas

<sup>1</sup> Fonte: Barômetro janeiro/2008, Organização Mundial do Turismo.

<sup>2</sup> Fonte: EMBRATUR, Calendário de Feiras Internacionais de Turismo 2008.

## Referências Bibliográficas

- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 6. ed. atualizada. São Paulo: SENAC – SP, 2001.
- COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD Rebecca. *Turismo, Princípios e Prática*. Trad. Roberto Catalelo Costa. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- GIACAGLIA, Maria Cecília. *Organização de Eventos – teoria e prática*. São Paulo: Thomson, 2003.
- KOTLER, Philip. *Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. São Paulo: Atlas, 1994.
- MATIAS, Marlene. *Organização de Eventos: procedimentos e técnicas*. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2002.
- MONTEJANO, Jordi Montaner. *Estrutura do mercado turístico*. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2001.
- ROCHA, Ângela da; CHRISTENSEN, Carl. *Marketing: teoria e prática no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ZANELLA, Luiz Carlos. *Manual de Organização de Eventos: planejamento e operacionalização*. São Paulo: Atlas, 2003.

## Documentos eletrônicos

- EMBRATUR/DF: *Calendário de Feiras Internacionais de Turismo – 2008*. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em 25 de agosto de 2008, 17h35.
- INTERNATIONAL CONGRESS & CONVENTION ASSOCIATION: *Ranking 2007*. Disponível em: <http://www.iccaworld.com/npps/story.cfm?ID=1577>. Acesso em 08 de setembro de 2008, 21h50.
- MINISTÉRIO DO TURISMO/DF: *Plano Aquarela – 2003/2006*. Disponível em: <<http://www.brasilnetwork.tur.br/>>. Acesso em 20 de setembro de 2007, 17:50.
- MINISTÉRIO DO TURISMO/DF: *Plano Aquarela – 2007/2010*. Disponível em: <<http://www.brasilnetwork.tur.br/>>. Acesso em 22 de setembro de 2007, 14:40.
- ORGANIZAÇÃO MUNCIAL DO TURIMO/ES: *Barômetro – Janeiro/2008*. Disponível em: < [http://unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO\\_Barom08\\_1\\_sp.pdf](http://unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO_Barom08_1_sp.pdf)>. Acesso em 01 de setembro de 2008, 15h00.
- ORGANIZAÇÃO MUNCIAL DO TURIMO/ES: *Barômetro – Junho/2008*. Disponível em: < [http://unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO\\_Barom08\\_2\\_en\\_Excerpt.pdf](http://unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO_Barom08_2_en_Excerpt.pdf)>. Acesso em 01 de setembro de 2008, 20h15.

## **Resumo**

A imagem que se criou do Brasil no exterior esteve, por algum tempo, associada a aspectos pejorativos que não contemplavam a dimensão das potencialidades turísticas do país. Para combater a imagem negativa, os órgãos oficiais de turismo têm procurado mostrar ao mundo o que o Brasil tem de melhor, como as riquezas naturais; a diversidade cultural expressada por meio de festas, danças típicas, culinária, arquitetura; e o seu povo alegre, festeiro e acolhedor. Essa nova imagem está sendo exposta em outros países, aos turistas reais ou potenciais, por meio de material publicitário, participação em feiras e eventos de turismo. O processo de construção e evolução da promoção brasileira é analisado neste trabalho, a partir das estratégias de marketing utilizadas atualmente e de entrevistas com profissionais da área.

Palavras-chave: Imagem; Promoção; Marca; Turismo; Evento

## **Abstract**

The image of Brazil abroad has been traditionally associated to some depreciative aspects, which did not contemplate the country's huge touristic potential. To change this negative image, official tourism boards have been attempting to present to the world Brazilian best characteristics, such as the richness of its nature and its cultural diversity, expressed through typical parties and dances, gastronomy, architecture and its vibrant, cheerful and hospitable people. This new image has been taken to actual and potential tourists abroad by means of specific promotional material and Brazil's participation at tourism related events and fairs. The process of forging a new image and the evolution of the "Brazilian promotion way" are analyzed in this paper, on the basis of the marketing strategies presently pursued and interviews with professionals of the area.

Key words: Image; Promotion; Mark; Tourism; Event

## **Resumen**

El imagen que se ha creado del Brasil en el exterior estuvo, por algún tiempo, asociada a aspectos despreciativos que no caracterizaban la dimensión de la potencialidad turística del país. Para combatir ese imagen negativo, los organismos

oficiales del turismo están procurando enseñar al mundo el que hay de mejor en Brasil, como las riquezas naturales, la diversidad cultural expresada en sus fiestas, danzas típicas, culinaria, arquitectura y su población alegre e acogedora. Se está exponiendo esa nueva imagen para otros países, a los turistas reales o potenciales, por intermedio de material publicitario, de participaciones en ferias e eventos de turismo. El proceso de construcción y evolución de la promoción brasileña es analizado en ese trabajo, a partir de las estrategias de marketing utilizadas actualmente y de entrevistas con profesionales del área.

Palabras clave: Imagen; Promoción; Marca; Turismo; Evento.



**Vinicius Lino Rodrigues de Jesus**

*Bacharel em Turismo pela Universidade de São Paulo. Especialista em Turismo Cultural pela Universidade de Barcelona. Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Curso de Turismo da UPIS.*

## ***A revitalização de centros históricos a partir da implementação de equipamentos culturais e de lazer<sup>1</sup>***

### **Introdução**

No plano internacional, as iniciativas de revitalização de áreas centrais de núcleos urbanos contêm inúmeros exemplos, e têm-se traduzido pela busca de duplo objetivo – de um lado, enriquecer o patrimônio histórico e cultural restaurando obras arquitetônicas de real significado; de outro, atribuindo a essas obras novas funções que permitam sua perenidade enquanto equipamentos utilitários.

Segundo Leonardo Benévolo (*apud* Rivol, p.332), a cultura da conservação dos centros históricos se desenvolveu inicialmente na Itália, a partir dos anos 60. Ainda durante o período de entre guerras o movimento modernista começou a ver a conservação das partes mais antigas da cidade como atitude que vai além da simples conservação dos monumentos, e passou a ver o meio ambiente como um todo, ou seja, iniciou a valorizar as construções e as pessoas que habitam os centros históricos. Porém, foi nos anos 60 que se desenvolveu na Itália um método científico de análise e intervenção nos centros históricos, baseado em metodologia que busca a conservação integral, em que se incluem os bens materiais e os habitantes locais. Os bens materiais deveriam ser protegidos e restaurados e as diferentes tipologias poderiam determinar utilizações modernas e as operações de adaptação admissíveis, enquanto a implicação do setor público era relevante. Esse método foi aplicado em Bolonha (Plano Regulador do Centro Histórico de 1969) e em diversas cidades da região do Pó (Brescia, em 1973, Modena, em 1975 e Ferrara, em 1977) com grande êxito.

O exemplo das cidades italianas e o surgimento em toda a Europa da problemática relacionada à conservação dos centros históricos, permitiram o desenvolvimento de uma consciência coletiva sobre a necessidade de conservar o patrimônio histórico. Isso acabou produzindo em quase todos os países europeus o desenvolvimento de legislações favoráveis à conservação de monumentos e de áreas urbanas específicas.

Já nas décadas de 1980 e 1990, discutiu-se a manutenção ou a destruição das formas morfológicas e arquitetônicas dos centros históricos. Em alguns casos, o tecido urbano tradicional foi totalmente substituído por um tecido urbano moderno e, em outros, se procurou preservar a todo preço o tecido original. Porém, aos poucos, criou-se uma cultura de preservação dos centros históricos, através de políticas mais flexíveis, optando-se por uma posição intermediária em que se conserva ou altera o tecido urbano de acordo com as necessidades de cada momento e, se procura maior diálogo com os atores envolvidos.

Outra característica desse período foi a tendência de associação de projetos de revitalização de áreas históricas com o desenvolvimento de atividades de culturais e de lazer. Em tal sentido, a reabilitação de edificações históricas para usos culturais, passou a ser um dos principais eixos de uma política pública de revitalização urbana em espaços degradados; e responde a uma demanda cultural e artística das sociedades contemporâneas. O centro histórico, como fragmento da cidade e espaço de representação cultural, confere valor simbólico ao espaço urbano, de forma que se converte em área representativa e de identificação da cidade.

## **1. O patrimônio e sua preservação**

O patrimônio é a herança histórica, artística, científica e técnica dos diversos povos, culturas e civilizações. Pode-se dizer que são valores que perduram, permitindo ao homem estabelecer ligação entre o passado, o presente e o futuro.

Uma das primeiras definições do conjunto de bens patrimoniais foi dada na convenção sobre o patrimônio mundial, cultural e natural, aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO) realizada em 1972 (IPHAN, 1995:178). O patrimônio pode ser classificado em dois grandes grupos: cultural e natural.

O patrimônio cultural abrange:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- os lugares: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluem sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Por patrimônio natural entende-se:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

A Declaração do México (IPHAN, 1995:214-315), resultado da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada em 1985, pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS definiu que:

- O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expresam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.
- Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora.
- A preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem, portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural.

Já o arquiteto e pesquisador Carlos Lemos (1987:8-10), divide o conjunto histórico em três grupos, de acordo com as definições do professor francês Hugues de Varine Bohan, um dos precursores dos estudos sobre patrimônio:

- Patrimônio natural: são elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais: os rios, as cachoeiras, os peixes, a flora e a fauna.

- Patrimônio material: é formado pelos bens culturais, constituídos por objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer, como, uma igreja, um edifício, as cidades, uma escultura ou pintura, desenhos ou livros, um artefato indígena.
- Patrimônio imaterial: diz respeito ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer, do qual fazem parte os mitos, as crenças, os canções populares, as práticas de trabalho ou rituais religiosos.

Todos esses conceitos foram assimilados pela Constituição federal de 1988, no artigo 216, que define:

*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

*I – as formas de expressão;*

*II – os modos de criar, fazer e viver;*

*III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*

*IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*

*V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*

Ao se trabalhar com o patrimônio cultural, também é importante compreender que ele possui valores diferentes para cada pessoa ou comunidade, por isso ao desenvolver políticas públicas ou ao utilizar o patrimônio como recurso é necessário que se compreendam os diferentes valores. Ballart (2002:65-66), classifica-os em três categorias distintas:

- a) Um valor de uso: refere-se ao valor de uso no sentido de pura utilidade, ou seja, o patrimônio como objeto que serve para fazer alguma coisa, que satisfaz uma necessidade material, de conhecimento ou de desejo. É a dimensão utilitária do objeto histórico.
- b) Um valor formal: este valor refere-se ao fato de que determinados objetos são valorizados pela atração que despertam nos sentidos, pelo prazer que proporcionam sua forma ou outras qualidades sensíveis, e pelo mérito que representam.
- c) Um valor simbólico-significativo: por valor simbólico entende-se o sentido que os objetos do passado têm, enquanto veículos de alguma forma

de relação entre a pessoa ou o grupo que os produziram ou utilizaram com a pessoa ou grupo que o utilizam atualmente. Neste sentido os objetos atuam como presenças substitutivas e são um nexu entre pessoas separadas pelo tempo, através do testemunho de idéias, fatos ou situações do passado.

Betina Adams (2002:22), aponta que a valorização do patrimônio histórico iniciou-se no século XVI com a renascença italiana, tendo como base a preocupação com as escavações romanas e com a instalação de uma comissão, em Roma, que tinha como objetivo a preservação dos monumentos antigos. Porém, somente a partir da metade do século XIX, com a consolidação da revolução industrial é que se verificou um maior esforço pela manutenção e preservação dos bens patrimoniais.

Nesse período, o intenso crescimento econômico, que inicialmente ocorreu nas cidades européias e posteriormente também nas cidades americanas, gerou uma série de transformações no espaço urbano das cidades. Diversos fatores contribuíram para essa mudança, destacando-se o crescimento populacional ocorrido principalmente pela migração de pessoas do campo para a cidade, que provocou a expansão e o crescimento horizontal e vertical das cidades; a pressão imobiliária e o aumento do valor da terra que causaram a substituição das construções; e a criação de novos centros urbanos com o deslocamento de algumas atividades para novas áreas da cidade.

A partir de então, ampliou-se a consciência da importância dos monumentos históricos e foram criadas a nível nacional as primeiras iniciativas, através de legislação e da criação de órgão específicos, que tinham por objetivo a regulamentação e a criação de políticas para a herança histórica. Dessa forma, aos poucos, começo a inserir-se o conceito de preservação no planejamento urbano.

A França foi o primeiro país a, realmente preocupar-se, com a questão da conservação dos monumentos históricos. No ano de 1830, foi criada a Inspetoria Geral dos Monumentos Históricos e, em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos; porém esses dois órgãos eram desprovidos de meio legal eficaz para assegurar suas decisões e de verbas; portanto valiam-se muito mais do prestígio e da influência pessoal de seus integrantes. Somente no ano de 1887 e depois com a reformulação, em 1913, é que se criam leis que instituem a classificação do bem histórico e impede que ele seja destruído, mesmo que parcialmente, sem o consentimento do ministério de Belas Artes.

A origem da legislação brasileira está ligada às iniciativas dos governos estaduais de Minas Gerais, precedido da Bahia e de Pernambuco que, na década de 20, organizaram comissões e criaram leis de defesa do patrimônio histórico e artís-

tico. Em 1933, surgiu a primeira lei federal sobre a matéria: o decreto que erigiu a cidade de Ouro Preto em monumento nacional e teve grande significado, por haver assinalado a decisão dos poderes públicos nacionais de iniciarem uma política nova, em relação ao patrimônio. Assim, em 1934 iniciou-se a organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais do País, aprovando um novo regulamento para o Museu Histórico Nacional. Já em 1936, o então ministro da educação, Gustavo Capanema, convocou o escritor Mário de Andrade, então diretor do departamento de cultura do município de São Paulo, incumbindo-o de elaborar anteprojeto da organização almejada. Mário de Andrade apresentou o trabalho que, não obstante visasse diretamente a reorganização do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, serviu de base à elaboração do projeto que se converteu na lei de proteção ao patrimônio de arte e história do País, o Decreto-Lei n° 25 promulgado no dia 30 de novembro de 1937.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi transformado pela Lei n° 8.029, de 12 de abril de 1990 no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, cuja denominação foi alterada para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pela Medida Provisória n° 752, de 6 de dezembro de 1994.

Além de atuar na fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do País, o IPHAN é o órgão responsável pelo tombamento de bens culturais. Como instrumento legal é utilizado pelo poder público, e tem como objetivo o reconhecimento pela sociedade do valor cultural do bem a ser tombado, estabelecendo limites aos direitos individuais e impedindo que os bens venham a ser destruídos ou descaracterizados. O IPHAN trabalha com universo diversificado de bens culturais, classificados segundo sua natureza nos quatro livros do Tombo:

- Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
- Livro do Tombo Histórico
- Livro do Tombo das Belas Artes
- Livro do Tombo das Artes Aplicadas

Todavia, o desenvolvimento real da colaboração internacional para a proteção do patrimônio cultural aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento das Nações Unidas e especialmente da UNESCO. Uma série de organizações foram criadas com esse objetivo (JUKILEHTO, 2002:18), como o Conselho Internacional de Museus – ICOM, organização não-governamental; o Centro Internacional para o Estudo, Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural – ICCROM, organização intergovernamental, lidando tanto com o patrimônio móvel quanto com o construído; e o Conselho Internacional de Monu-

mentos e sítios – ICOMOS, outra organização não-governamental que estabelece laços entre profissionais do setor. Além disso, as várias regiões do mundo criaram suas próprias organizações, mais especificamente orientadas para os problemas dos seus países.

Além dessas organizações, a partir de 1931 inaugurou-se a confecção de documentos, no âmbito internacional, conhecidos como Cartas Patrimoniais, ditando princípios a serem adotados na prática da conservação e restauração: 1931, em Atenas; 1964, em Veneza e 1994 em Nara, entre outras. Além das Cartas, houve declarações (1972 em Estocolmo, 1975 em Amsterdã etc.) e recomendações (1964 em Paris, 1976 em Nairóbi etc.) a nível internacional, postulando critérios e procedimentos a serem adotados em relação às questões patrimoniais.

A Carta de Atenas incorporou recomendações para a preservação dos monumentos, fazendo menção ao caráter das cidades e à relação dos monumentos com o seu ambiente, introduzindo pela primeira vez esse conceito em documento oficial de restauração. Na Carta de Atenas também foi introduzido o conceito de anastilose, que significa a restauração de monumento(s) ou construções em que se reagrupam as partes arruinadas utilizando-se, se necessário, novos materiais. Além de marcar o fim da prática da restauração estilística, a Carta de Atenas é também o primeiro documento de política de preservação reconhecido oficialmente pelas várias nações envolvidas com a questão patrimonial.

Os princípios recomendados pela Carta de Atenas são aprofundados pela Carta de Veneza, que reconhece valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana. Nesse documento são apontadas diretrizes para a conservação e restauração de monumentos históricos.

Em função disso, as normas de proteção se estenderam a todo o entorno do monumento, isto é, ao contexto urbano formado tanto por edificações monumentais, quanto pelas mais simplificadas que tivessem, com o tempo, adquirido significado cultural, tornando-se assim o espaço inseparável do monumento. Desse modo, a escala de noção do patrimônio arquitetônico transformou-se, passando também a ter importância as áreas de entorno pela integração da obra ao conjunto. Como consequência, a legislação de proteção dos bens culturais passou pela delimitação do espaço envoltório do bem protegido.

A preservação se faz necessária para que se mantenha viva a nossa memória, passando para o futuro os indicadores de nossa formação cultural, evitando que os bens culturais sejam destruídos, demolidos ou mutilados. Para tanto, a preservação pode ser feita (PARÁ, 2002:13):

- Pela salvaguarda preventiva, consequência de opinião pública cada vez mais informada;
- Pela intervenção direta, reduzindo as causas da degradação e da destruição;
- Pelo inventário dos bens culturais por meio da identificação e do registro;
- Pela definição e controle de áreas de preservação de entorno do bem cultural;
- Pelo tombamento, que é instrumento legal utilizado pelo poder público para a preservação.

## 2. A revitalização dos centros históricos

Segundo Brito (1988:7), o conceito de centro histórico é:

*(...) o conjunto urbanístico original de formação do município, podendo estar compreendido espacialmente em sua totalidade, como é o caso das localidades que sofreram estagnação econômica, ou em sua parcialidade, como é o caso de localidades que tiveram uma dinamização econômica expressiva e, em decorrência, sofreram processos de expansão e renovação urbanas com ou sem a permanência de suas características originais.*

Dessa forma, os centros históricos constituem-se o conjunto das estruturas físicas e humanas nele contido, ou sejam, as edificações e agregados, o tecido viário, a paisagem, a população local residente e suas manifestações e representações socioculturais etc. Também são entidades ambientais urbanas apropriadas de significados histórico, cultural e ambiental. No caso histórico, por sua temporalidade; do cultural, por seu sentido simbólico e afetivo; e do ambiental, enquanto ecossistema urbano que referencia a dinâmica evolutiva do ambiente físico, isto é, o processo de ocupação do território pela transformação do meio ambiente natural em meio ambiente construído.

Os centros históricos possuem importante significado para a população, onde a pluralidade cultural e o patrimônio cultural constituem-se matéria-prima a ser preservada e valorizada. Entretanto, o que se tem verificado, em maior ou menor grau, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, é a degradação dos centros históricos. Diversos aspectos contribuem para a degradação, entre os quais (BRITO, 1988:9):

1- Sobre os motivos gerais de sua degradação:

- crescimento desordenado da cidade;
- precário planejamento do desenvolvimento territorial; e
- a inadequada mudança de usos e funções.

2- Sobre os efeitos dessa degradação:

- a desconexão urbana viária e funcional ou remodelação do tecido antigo para atender às novas demandas;
- arruinamento do parque habitacional ou sua substituição por edifícios de nova construção, com frequência, com alto índice edificável;
- a marginalização social ou a substituição da população local por novos extratos sociais, segundo as atividades que se instalam; e
- a falta de vitalidade econômica ou a manutenção da economia urbana mediante a instalação de atividades alheias à estrutura físico-social existente, proporcionando sua renovação urbana.

A renovação urbana de centros históricos busca a intervenção em determinadas áreas que se encontram em decadência econômica e social, e procura entre outros fatores a:

- Humanização dos espaços coletivos produzidos;
- Valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes;
- Incremento dos usos de lazer;
- Incentivo à instalação de habitações de interesse social;
- Preocupação com aspectos ecológicos e
- Participação da comunidade na concepção e implantação.

Existem diversas formas de renovação urbana, e embora se utilize bastante o termo de revitalização, principalmente nos documentos oficiais, muitas vezes os conceitos são utilizados de forma errônea ou alteram o seu significado com o passar dos anos. Betina Adams (2002:147), em seu livro sobre preservação urbana apresenta alguns destes conceitos:

- a) Reabilitação Urbana: é a estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade pelas intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, melhorando a qualidade de vida das populações residentes. Isso exige o aprimoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estrutura, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.
- b) Reconstrução: é o restabelecimento, com o máximo de exatidão, do esta-

do anterior conhecido, distinguindo-se pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos (não confundir nem com recriação, nem com reconstituição hipotética).

- c) Reedificação: é a nova construção de monumentos, geralmente após catástrofes recentes, que provocaram destruição de ação rápida, tais como guerras, incêndios, terremotos etc. Trata-se de ações excepcionais e geralmente ocorrem para atender forte vontade popular. São realizadas com auxílio da pesquisa científica e das fontes documentais, podendo ou não acontecer na forma exata do elemento que desapareceu. No primeiro caso, trata-se de cópias.
- d) Reintegração: É o assentamento de pequenas partes parcialmente perdidas, reconstruindo as lacunas de pouca identidade com técnica claramente distinguível ao olhar ou com zonas neutras aplicadas em nível diferente do das partes originais ou deixando à vista o suporte original (particularmente nos pontos de enlace com as partes antigas).
- e) Réplica: é a duplicação de um artefato objetivando a substituição do original para salvaguardá-lo do desgaste pelo uso irregular ou excessivo.
- f) Requalificação urbana: aplica-se, sobretudo a locais funcionais diferentes da “habitação”. São operações destinadas a dar atividade adaptada a esse local no contexto atual.
- g) Restauração: é o restabelecimento da substância de um bem do estado anterior conhecido.
- h) Revitalização urbana: engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte em decadência da cidade. Aplica-se a todas as zonas da cidade com identidade e características marcadas – ou sem elas.

A conservação da cidade como um todo e a revitalização das áreas urbanas chamadas de centros históricos, núcleos históricos, centros urbanos etc. ocorrem a partir da década de 1970 e se intensificaram a partir dos anos 80. O debate sobre os centros históricos, que é reflexão sobre a história, se faz a partir da tomada de consciência das funções simbólicas dos espaços urbanos. Para Blanco & Gamez (1997:45), o centro histórico, mais que qualquer outro fragmento urbano, é o espaço simbólico, entendido como extensão ideal que permite expressar e receber categorizações afetivas, originadas por elementos significativos ou monumentais contidos nela. Além de contribuir com o processo de identificação, provoca sentimentos de enraizamento e é lugar de memória coletiva.

Uma das estratégias adotadas por urbanistas é a conservação urbana integrada (CI), desde os anos de 1970, a partir da experiência de reabilitação do centro histórico de Bolonha, na Itália. Nesse período, os princípios da CI foram bastante utilizados nas cidades italianas e espanholas, principalmente pelos governos de esquerda, que procuravam criar uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular.

Os princípios da CI foram sistematizados na Declaração de Amsterdã em 1975 (IPHAN, 1995:229-241), e em linhas gerais apresentavam as seguintes diretrizes:

- O patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino.
- O patrimônio arquitetônico é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentem interesse histórico ou cultural. Nesse sentido, extrapola as edificações e conjuntos exemplares e monumentais para abarcar qualquer parte da cidade, inclusive a moderna.
- O patrimônio é riqueza social; portanto, sua manutenção deve ser da responsabilidade coletiva.
- A conservação do patrimônio deve ser considerada como o objetivo principal da planificação urbana e territorial.
- As municipalidades são as principais instituições responsáveis pela conservação; portanto, devem trabalhar de forma cooperada.
- A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas.
- A conservação integrada deve ser calcada em medidas legislativas e administrativas eficazes.
- A conservação integrada deve ser apoiada por sistemas de fundos públicos que apoiem as iniciativas das administrações locais.
- A conservação do patrimônio construído deve ser assunto dos programas de educação, especialmente dos jovens.
- Deve ser estimulada a participação de organizações privadas nas tarefas da conservação integrada.
- Dever ser encorajada a construção de novas obras arquitetônicas de alta qualidade, pois elas serão o patrimônio de hoje para o futuro.

Segundo Lapa & Zancheti (2002:31) as primeiras aplicações da CI foram realizadas nas antigas áreas residenciais das periferias dos centros históricos e tinham por objetivo a recuperação da estrutura física, econômica e social da região

com a manutenção da população residente. Essa política procurava criar novos espaços públicos, áreas verdes e de recreação e a conversão de grandes edificações em equipamentos sociais de uso coletivo.

No segundo momento, a partir dos anos 80, a CI abandonou seu cunho social e passou a atuar como forma de revitalização ou reabilitação de áreas centrais degradadas ou obsoletas. Nesse momento, a política da CI visava a recuperação econômica e do valor imobiliário dos estoques de construções, especialmente daqueles tombados, localizados nas áreas centrais. Desta forma, a CI foi utilizada como estratégia, por parte do poder municipal, de agregar valor à economia urbana e atrair investimentos privados.

Os resultados obtidos com as políticas de CI adotadas nas diversas cidades européias variaram muito. Rivol (2000:332-333) apresenta em sua tese de doutorado um quadro comparativo com as principais mudanças ocorridas em algumas cidades européias que adotaram políticas de recuperação de seus centros históricos.

**Quadro 01 – Políticas de revitalização de centros históricos na Europa**

<b>Cidade (País)</b>	<b>Período</b>	<b>Mudanças Morfológicas</b>	<b>Mudanças Funcionais</b>	<b>Mudanças Sociais</b>
Milão (Itália)	Inicia-se na década de 1970	Renovação com a permanência dos edifícios monumentais sem um contexto histórico ambiental	Adapta-se o centro às novas funções do centro urbano da grande área metropolitana	As classes alta e média não abandonam o centro, porém o processo de reabilitação promoveu o aumento dos preços dos imóveis
Nápoles (Itália)	Inicia-se na década de 1970	Adota-se uma política de não intervenção devido às grandes dimensões e ao importantíssimo patrimônio existente no centro histórico	Mantém a centralidade, mas com a característica marcadamente de marginalidade econômica e social	Mais da metade da população que ali residia (Aproximadamente 400 mil pessoas) permanecem na região. Os habitantes são compostos principalmente de famílias tradicionais de baixa renda e de maior idade ou de imigrantes das mais diversas origens

<b>Cidade (País)</b>	<b>Período</b>	<b>Mudanças Morfológicas</b>	<b>Mudanças Funcionais</b>	<b>Mudanças Sociais</b>
Gênova (Itália)	Inicia-se na década de 1990	Restauração dos edifícios históricos, manutenção do espaço público e reabilitação dos edifícios residenciais	Atração de universidades, museus e atividades relacionadas à atividade cultural	
Toulouse (França)	Inicia-se na década de 1980	Reabilitação de habitações antigas, inicialmente a cargo da iniciativa privada (sobretudo particulares e alguns agentes do mercado imobiliário) e posteriormente também por parte do poder público	Aumenta as atividades terciárias no centro e o número de residências destinados à classes de maior poder aquisitivo	A reabilitação das habitações contribuiu para a aceleração do processo de gentrificação, do bairro, uma vez que as habitações e residências de função social praticamente desapareceram
Londres – Docklands (Grã-Bretanha)	Inicia-se na década de 1980	Renovação do antigo bairro portuário formado por velhos armazéns abandonados e moradias de baixa qualidade	Construções de residências de luxo, instalação de novas empresas (principalmente do mercado editorial) e construção de novas zonas comerciais	Acelerado processo de centrificação com a expulsão de quase toda a população residente, de aproximadamente 50 mil pessoas
Berlin – Kreuzberg (Alemanha)	Finais da década de 1970 e início da década de 1980	Reabilitação e demolição em pequena escala. Implantação de jardins nos pátios interiores e reabilitação das fachadas. Construção de novos equipamentos e renovação do espaço público	Estabilização da indústria local com a conservação e a modernização da indústria artesanal e antigas fábricas e a restauração do comércio	Manutenção da população tradicional, com a participação ativa dos habitantes nos projetos de reabilitação e com a criação de programas de formação para a população jovem

Outra estratégia adotada foram as políticas de revitalização de áreas centrais de cidades norte-americanas realizadas em parceria pelo poder público e o setor privado, que tiveram como foco a recuperação da economia urbana, como as experiências emblemáticas do *Baltimor Inner Harbor*, em Baltimore e do *Quincy Market* e do *Boston Waterfront*, ambos em Boston.

Segundo essa estratégia José (2004:25), era realizada por profissionais especializados em combinar fundos públicos e privados em empreendimentos de larga escala, que associavam remoção da população pobre residente, com a inserção de novas atividades econômicas. Assim, tais iniciativas introduziram novo modelo de revitalização de antigas áreas centrais, através da diversificação de atividades como recreação, cultura, compras, habitação para faixas diversificadas de renda, além de reciclagem de antigas estruturas arquitetônicas para novos usos.

Referidas intervenções permitiram tanto a valorização simbólica de regiões que estavam sendo desprestigiadas pelas classes de maior poder aquisitivo, quanto para a atração de milhares de turistas interessados no consumo da cidade. Por outro lado, embora a maior parte dos recursos investidos nas ações serem do governo federal, os agentes privados direcionavam o programa a ser implantado, resultando em vantagens baseadas na recuperação de valores imobiliários.

É importante salientar que tanto uma estratégia quanto a outra, embora não fosse o objetivo inicial da CI, acabaram resultando, em maior ou menor intensidade, num processo de “gentrificação”, termo definido por Lapa & Zancheti (2002:31): *Como o resultado da revitalização de áreas históricas, deterioradas e obsoletas, no qual as áreas passam por um processo de valorização das propriedades imobiliárias, atraindo usuários que pagam rendas mais alta.*

O processo pode ocorrer tanto como resultado de uma política de revitalização que privilegie determinados grupos sociais, em detrimento dos interesses da população local, como pode ser consequência de processo natural. Para Jacques & Vaz (2003:132-133) o sistema se intensifica principalmente dentro do atual processo de globalização da economia, numa situação em que as cidades passam a ser consideradas mercadorias, onde:

*A competição no interior de uma rede mundial é acirrada, as municipalidades se empenham para melhor vender a imagem de marca de sua cidade, muitas vezes em detrimento das necessidades da própria população local ao privilegiar o turismo, e neste sentido, favorecer a gentrificação de áreas a serem revitalizadas, principalmente aquelas áreas centrais e ditas históricas.*

### **3. A implantação de equipamentos culturais e áreas de lazer como fatores indutores da revitalização de centros históricos**

Desde o ponto de vista econômico, o patrimônio deu origem ao surgimento de um novo setor. Sua capacidade de geração de empregos, de criação de empresas de serviços culturais, de conservação e de interpretação, além do surgimento de um comércio especializado, mudou a imagem do patrimônio, que passa a ser considerado não somente pelo seu valor intrínseco, mas também como fator de desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, o patrimônio cultural, começa a ser visto através das perspectivas dos benefícios tangíveis e intangíveis que é capaz de gerar.

Simultaneamente, a transformação do patrimônio em recurso, verifica-se nas sociedades contemporâneas maior disponibilidade de tempo para o lazer, superior nível educativo, busca por realidades diferentes da sua, demanda por autenticidade e intensa dedicação do tempo livre para o consumo da cultura.

Nesse processo, a demanda crescente por novas formas de entretenimento vinculadas à cultura tem influenciado decisivamente nas decisões de intervenção pertinentes ao setor. A transformação do patrimônio em recurso, principalmente a turístico, tem oferecido nova dimensão e está influenciando de maneira fundamental as próprias políticas culturais.

Os projetos de revitalização de centros históricos se têm pautado por propostas de implementação de usos mistos, visando proporcionar ambiente social e cultural diversificado. As políticas públicas de revitalização de tais centros exigem investimentos em diversos setores de forma integrada, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sócio-econômico desejado. Dentre as linhas de atuação, destacam-se:

- Melhoria/ implantação de infra-estrutura urbana (Saneamento, telecomunicações, gás natural etc.).
- Melhoria/ implantação do sistema viário (pavimentação e reurbanização de ruas, calçadas etc.).
- Criação de espaços livres e áreas verdes.
- Reabilitação de moradias e do comércio.
- Restauração de elementos do patrimônio histórico artístico.
- Implantação de equipamentos sociais (escolas, hospitais etc.) e culturais (bibliotecas, museus etc.).

Conforme apresentado anteriormente, a tendência de revitalizar núcleos históricos generalizou-se a partir da década de 1970, inicialmente nos países europeus

e posteriormente em âmbito internacional. Quanto a isso, reabilitação de edificações históricas para usos culturais passou a ser dos principais eixos da política pública de revitalização urbana em espaços degradados e responde a uma demanda cultural e artística das sociedades contemporâneas.

O centro histórico, como fragmento da cidade e espaço de representação cultural confere valor simbólico ao conjunto do espaço urbano, de forma que se converte em espaço representativo e de identificação da cidade. Assim, tem-se verificado a associação de projetos de revitalização de áreas históricas com o desenvolvimento de atividades de culturais e de lazer.

As políticas de revitalização de zonas ou fragmentos urbanos como fator de desenvolvimento social, cultural e econômico, através da criação de espaços de uso cultural, permitem, além da atração de maior número de visitantes, importante aporte de capital e diversificação de usos da região afetada.

Um aspecto que se deve ter em conta é a estreita relação que toda política cultural possui com a dimensão econômica que ela comporta. Atualmente, é evidente a influência do setor cultural no processo econômico de um país. Embora existam poucos estudos sobre o setor no Brasil, uma pesquisa encomendada, em 1998, pelo Ministério da Cultura à Fundação João Pinheiro, sob o título “Diagnósticos dos Investimentos na Cultural no Brasil”, apresenta visão panorâmica do setor no País. Segundo a pesquisa, em 1997, a produção cultural brasileira movimentou cerca de 6,5 bilhões de reais, o que correspondeu a aproximadamente 1% do PIB brasileiro e ainda apontava que para cada milhão de reais gastos em cultura, o País gera 160 postos de trabalhos diretos e indiretos.

O aproveitamento de edificações antigas, tais como fábricas, armazéns, escolas, conventos, hospitais etc., para fins culturais tem gerado importante desenvolvimento econômico e social. A conversão das edificações em equipamentos culturais, tais como, museus, centros culturais, bibliotecas etc. aumenta a oferta de produtos culturais, cria novos postos de trabalho, promove o turismo cultural, além de estimular a implantação de uma série de atividades relacionadas como galerias de artes, livrarias e restaurantes, assim como diversas outras atividades de lazer.

Todavia a análise da influência que a reabilitação de uma edificação e sua conversão em equipamento cultural pode exercer sobre o entorno é muito complexa; depende de uma série de fatores, como a situação social do bairro, o êxito de programação cultural, o perfil do público visitante, a integração com a população local etc. De qualquer forma, o impacto urbano produzido pela implantação desse equipamento varia em cada caso; porém sempre será, salvo exceções, impacto

menor que uma reabilitação integral da região (moradia, sistema viário, espaço público etc.).

Além do aspecto econômico, as políticas públicas de revitalização também têm o ângulo social que deve ser levado em conta, principalmente pela possibilidade de que as melhorias geradas pelos investimentos e pela diversificação dos usos das regiões onde são aplicadas as políticas, inevitavelmente valorizarão o estoque imobiliário local e haverá grande pressão para a substituição da população local por classe social distinta, gerando o processo de gentrificação.

Quanto a isso, Lorente (1997:13) aponta que do ponto de vista dos sociólogos, um projeto de revitalização urbana não é êxito somente quando gera imagem de modernidade e maior nível de atividades econômicas a um bairro, mas sim quando consegue substituir uma comunidade problemática e marginalizada por tecido social misto e socialmente integrado. Porém o êxito do projeto de revitalização urbana, baseado no investimento no setor cultural, também se dá em função de sua capacidade de estimular a cultura artística local. Segundo o autor:

*Esta renovação não consiste somente na reabilitação física de paisagem urbana, planejada pelos arquitetos, nem na geração de novos postos de trabalho e na criação de lojas, bares e restaurantes, estudadas pelos economistas, nem no aumento da coesão e integração social, diminuição da violência e respeito a diversidade cultural, analisada por sociólogos, mas também no aumento do nível cultural e da qualidade de vida da região, e no surgimento de uma nova camada artística local.*

Outra preocupação apontada por Jacques & Vaz (2003:133-134) é: quando as políticas urbanas passam a colaborar com as culturais, com a finalidade de revitalizar a cidade através da cultura, tem-se verificado nos dias de hoje o que os autores chamam de “gentrificação cultural”, entendido como o processo de enobrecimento, ou aburguesamento das atividades culturais urbanas pela criação de equipamentos midiáticos elitistas.

*Acreditamos que a revitalização efetiva só se realiza quando ocorre uma apropriação popular e participativa do espaço público urbano, o que evidentemente não pode ser completamente planejado, predeterminado, mas pode ser estimulado, incentivado. A maior questão não está na requalificação em si do espaço físico-material, mas no tipo de uso que se faz dele e no tipo de freqüentador que o desfruta; pois o uso*

*público desse espaço urbano é um forte indicador do grau de sucesso (ou insucesso) do curso da revitalização. A cultura possui um papel fundamental nesses processos, mas, no nosso entendimento, somente na medida da amplitude deste conceito de cultura, incorporando também cultura popular e local, criada pela própria população, que passa assim a ser um ator participante e determinante no resultado da marcha dessa revitalização.*

## **Conclusão**

Neste artigo, procuramos evidenciar como a preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural através da valorização dos equipamentos culturais e de lazer teve influência nas políticas públicas de revitalização dos centros históricos. A adoção dos conceitos relacionados ao tema sofre evolução e amadurecimento no plano mundial, com o passar dos anos, expresso principalmente pelas cartas patrimoniais apresentadas no decorrer do século passado. Esse avanço juntamente com a criação de órgãos nacionais e internacionais voltados à conservação, preservação e valorização dos bens culturais da humanidade, despertaram nos poderes públicos locais a necessidade de adotar medidas para evitar a perda do patrimônio cultural existente nos centros históricos de cidades com importante patrimônio cultural.

Ao mesmo tempo em que se criaram leis buscando salvaguardar a pluralidade cultural e o patrimônio cultural dos centros históricos de importante significado para a população, a legislação foi uma das responsáveis pelo esvaziamento e conseqüente degradação em muitas regiões. Isso se deu principalmente pelo desinteresse do setor privado em geral e em especial do setor imobiliário, de investir na região, uma vez que os custos eram bem mais altos e o retorno financeiro menor. Mas, se por um lado as reformulações do código de planejamento urbano e do zoneamento impuseram restrições para a intervenção nos centros históricos, outras regiões dos municípios foram contempladas com legislação mais branda e atrativa para o investimento.

Entretanto, as mudanças econômicas, sociais e políticas dos últimos anos, com o setor de serviços passando a ser o principal setor da atividade econômica – bem como o aumento do tempo livre proporcionado pelas mudanças nas legislações trabalhistas – permitiram que diversas cidades revertessem a situação inicial de abandono sofrido pelos seus centros históricos. A adoção de políticas públicas de revitalização atraiu o crescente setor de serviços relacionado às empresas finan-

ceiras, de consultoria, tecnologia da informação, desenho, gastronomia, moda, turismo, lazer, cultura etc.

Alguns exemplos das transformações ocorreram no bairro Raval, em Barcelona, e do bairro do Pelourinho, em Salvador. Em Barcelona, buscou-se renovar a região pela atração de empresas do setor de desenho, gastronomia, moda, turismo e cultura, bem como através da criação de novos equipamentos culturais públicos e áreas de lazer. Já no Pelourinho, a renovação se deu por meio da atração de empresas voltadas à gastronomia, turismo e cultura, e pela renovação dos espaços públicos. Outros exemplos são os centros das cidades de São Paulo e Buenos Aires que entre 1970 até os dias de hoje têm adotado inúmeras intervenções, embora isoladas, para promover a revitalização de suas áreas centrais. Buscaram atuar de forma integrada nos diversos problemas que afetam as áreas urbanas; em especial, a questão da melhoria do espaço público, a consolidação residencial, a acessibilidade, a segurança pessoal e patrimonial, a promoção das atividades econômicas, a criação de equipamentos comunitários, a geração de emprego e renda e a preservação, conservação e valorização tanto do patrimônio edificado, como dos costumes e tradições da população local.

Nessas experiências, o fortalecimento e o desenvolvimento do setor cultural e do lazer, estão colocados em primeiro plano; porém ainda é cedo para determinar se os novos modelos de políticas públicas adotadas terão o resultado positivo esperado. A solução dos problemas que referidas metrópoles apresentam são de médio e longo prazo, além de exigir a percepção por parte da população local da importância e do valor que o centro histórico tem para a cidade como um todo, o que não é conseguido em um curto espaço de tempo. Todavia, espera-se com o novo modelo construir uma ponte entre o passado e o futuro, criando vínculo dinâmico entre o mais antigo de uma cidade e sua vitalidade de cidade futura.

## Referências

ADAMS, Betina. *Preservação urbana: gestão e resgate de uma história*. Florianópolis - SC: Ed. da UFSC, 2002.

BALLART, Josep. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel Patrimonio, 2002.

BLANCO, Eduardo; GAMÉZ, Curra. "El centro de Arte Sofía y su entorno urbano: Ilustración, Casticismo y Modernidad". In: LORENTE, Jesus Pedro (org.). *Espacios de arte contemporáneo generadores de revitalización urbana*. Zaragoza – Espanha: Ed. Universidad de Zaragoza, 1997.

- BRITO, Marcelo. *Subsídios para intervenção em núcleos históricos: Olinda – Caso brasileiro*. Barcelona - Espanha; III Congreso Iberoamericano de Urbanismo – La Ciudad Hispano-Lusa-Americana, 1988.
- IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Brasília - DF: IPHAN, 1995.
- JACQUES, P.B; VAZ, L.F. “A cultura na revitalização urbana: espetáculo ou participação?”. In: *Espaços & Debates*. Vol. 23, n.43-44, jan/dez 2003.
- JUKILEHTO, Jukka. “Conceitos e idéias sobre conservação.”. In: ZANCHETI, Silvio (org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife - PE: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- JOSÉ, Beatriz Kara. *A instrumentalização da cultura em intervenções urbanas na área central de São Paulo: 1975 – 2000*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo - SP, FAU-USP, 2004.
- LAPA, Tomás; ZANCHETI, Silvio. “Conservação integrada urbana e territorial.”. In: ZANCHETI, Silvio (org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife - PE: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- LORENTE, Jesus Pedro. “Focos ‘artísticos’ de revitalización urbana, espacios para el sincretismo”. In: LORENTE, Jesus Pedro (org.). *Espacios de arte contemporáneo generadores de revitalización urbana*. Zaragoza – Espanha: Ed. Universidad de Zaragoza, 1997
- MOISÉS, José Álvaro. *Pesquisa Economia da Cultura: Resumo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- PARÁ. *Tombamento: Lei Estadual nº5.269*. Belém - PA: Secretária Executiva de Cultura – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, 2002.
- RIVOL, Sergi Martínez. *El retorn al centre de la ciutat. La reestructuració del Raval entre la renovació i la gentrificació*. Tese (Doutorado em Pensamento Geográfico e Organização do Território). Barcelona - Espanha, DGH-UB, 2000.

## Resumo

Este artigo busca traçar um paralelo entre as políticas públicas de revitalização de centros históricos adotadas em diversas cidades do mundo e a implementação de equipamentos culturais e de lazer nestas áreas. Para tanto, inicialmente é apresentado alguns conceitos básicos sobre o patrimônio histórico e a importância de sua preservação, seguido pelos modelos de revitalização adotados em diversas cidades e finalmente é apontando como a implementação de equipamentos culturais e de lazer podem ser indutores deste processo.

Palavras-chave: Patrimônio histórico; Centros históricos; Revitalização; Equipamentos culturais

### **Abstract**

The text establishes a parallel between the policies for restoration of historic sites in different cities across the world and the implementation of cultural and leisure assets in those areas. Initially, some basic concepts concerning historic patronage and its importance and preservation are introduced; then, the main models of restoration adopted in diverse cities are portrayed; finally, the author discusses how the implementation of such cultural and leisure equipments can induce that process.

Key words: Historic patronage; Historic sites; Revitalization; Cultural assets

### **Resumen**

El texto establece un paralelo entre las políticas de revitalización de centros históricos desarrolladas internacionalmente y la implementación de equipaje cultural y de láser en estas áreas. Para tanto, son a presentados conceptos básicos sobre patrimonio histórico y la importancia de su preservación, siguiéndose los modelos de revitalización adoptados en diversas ciudades; finalmente, se discute como la implementación de equipaje cultural y de láser suelen ser inductores de este proceso.

Palabras clave: Patrimonio Histórico; Centros Históricos; Revitalización; Equipamientos Culturales



# INFORMAÇÃO



**Silvia Regina Starling Assad de Ávila**  
*Administradora, mestranda em agronegócios*  
*PROPAGA-UnB.*

**Mario Lucio de Ávila**  
*Zootecnista, doutorando em desenvolvimento*  
*sustentável CDS-UnB.*  
*Chefe do Departamento de Zootecnia da UPIS.*

## ***Expansão canavieira no Cerrado e as implicações na produção de alimentos: o caso Rubiataba - Goiás***

### **Introdução**

Grande parte do debate sobre o meio rural brasileiro atual está envolto na polêmica da expansão dos biocombustíveis e na produção de alimentos. Se, por um lado, o governo brasileiro apóia e estimula a produção de etanol, por outro lado, a crise no abastecimento mundial de alimentos já encerra ações de organismos internacionais na busca por soluções para a crise.

A ênfase na produção de alimentos e a produção de biocombustíveis são incompatíveis ou pode haver arranjo capaz de articular tais atividades de maneira conciliada? Para responder a essa inquietação, é preciso compreender a dinâmica dos acontecimentos, buscando entender como essa relação ocorre e como a agricultura familiar se insere no debate.

Para contribuir ao debate, este estudo busca através da análise da evolução da produção de cana e dos principais itens alimentares no município de Rubiataba, estado de Goiás, discutir a questão posta. Para tanto, foram utilizados dados da produção agrícola municipal do período 1996/2006, além de dados obtidos por meio da pesquisa de campo.

A partir da conjuntura favorável, composta por incentivos governamentais, demandas crescentes no mercado interno por álcool combustível, preços favoráveis no mercado de açúcar, áreas nobres para a produção com terras férteis, água abundante e preços acessíveis, associado a uma legislação ambiental menos rígida, a produção de cana em Rubiataba cresce e traz consigo questionamentos quanto às implicações sobre as produções alimentares e a agricultura familiar no município, além de outras questões relevantes que merecem aprofundamentos.

A motivação do presente estudo, portanto, é compreender as implicações do aumento das áreas plantadas com cana sobre a produção de alimentos, princi-

palmente arroz, milho, leite, carne, mandioca e feijão e, por sua vez, as relações que se estabelecem direta ou indiretamente com a agricultura familiar.

O estudo se justifica pela evidente expansão da produção canavieira na região e por outro lado, pela importância da agricultura familiar como provedora de alimentos, empregos, ocupação, manutenção da paisagem, preservação ambiental e construção da identidade local.

Ainda pairam dúvidas sobre para quais áreas de fato está ocorrendo essa expansão: pastos, produção de alimentos, outras?

O segundo questionamento é se tal expansão influencia a produção de alimentos básicos (milho, arroz, feijão, mandioca, leite) e em caso afirmativo, de que forma ocorre essa influência? Direta ou indiretamente? Por fim, questiona-se qual a correlação desse fato com a agricultura familiar?

Para responder a essas questões, a metodologia exploratória adotada foi definida por Gil (1993, p.43), como aquela que: *tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores e envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso*. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Quanto aos procedimentos adotados, pode-se classificá-lo como estudo de caso que segundo Yin (1989, p. 23, *apud* BRESSAN, 2000), *é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real*. Gil (1991), acrescenta que *esse delineamento se fundamenta na idéia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa*. Para a coleta, utilizou-se a análise de dados secundários, provenientes de materiais informativos disponíveis, tais como jornais, revistas especializadas, periódicos, dissertações, teses, publicações e dados retirados de IBGE - PAM (2007).

A técnica de pesquisa enquadra-se como sendo de métodos mistos. Creswell (2007, p. 32) admite que: *com a percepção da legitimidade da pesquisa qualitativa e quantitativa nas ciências humanas e sociais, a pesquisa de métodos mistos empregando coleta de dados associada as duas formas de dados estão se expandindo* (p.212). Essa técnica, explicam Tashakori e Teddlie (2003), citados por Creswell (2007, p.213) são aplicadas para expandir o entendimento de um método para outro, para convergir ou confirmar resultados de diferentes fontes de dados.

## A agricultura familiar e a produção de alimentos no Brasil

*Olha tudo o que nós plantamos pro nosso gasto! Não compramos quase nada! Frango, nós criamos; queijo, nós fazemos aqui. Esses produtos pra comida, muito pouco nós compramos. Açúcar, esse mascavo, se faz aqui. Se olha de poupar o quanto mais dá. Batata, aipim... E, sabe, esses alimentos, dá pros filhos, também. Ela [a esposa] leva para as filhas, leva galinha já pronta, limpa. Temos vaca pra tirar leite, fazemos nosso queijo. Galinha, peru, pato, eu tenho. E esses bichinhos ali, criados a milho: não tem nada de ração. A carne de uma galinha dessas, fazer um brodo, fica bom! (fala de um agricultor familiar, extraída de Grisa, 2007).*

A agricultura familiar representa a imensa maioria dos produtos rurais, no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos dos quais 50% estão no semi-árido da região nordeste do País. A categoria detém segundo afirmam Adib e Miranda (2007, p. 36) 20% das terras e responde por 30% da produção total. Alguns produtos básicos como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção.

A diferenciação de agricultores familiares no Brasil está associada a diversos fatores e pode estar associado aos biomas e paisagens agrárias diferentes umas das outras, ao acesso ao mercado e inserção socioeconômicas dos produtores, além da formação dos grupos sociais ao longo da história, as heranças culturais variadas e a experiência profissional e de vida particular.

Sob qualquer foco estudado, a agricultura familiar nos coloca frente a processo com amplas raízes históricas. Wanderley (1999), por exemplo, descreve o campesinato no Brasil recuperando a história da agricultura brasileira, a dominação econômica, social e política onde *a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido* (p.36). Fernandes (1999) apresenta uma leitura sobre a ação desenvolvida pelos camponeses ao lutarem pelo acesso à terra e ainda resistirem contra a expropriação, destacando o latifúndio, como causa dessa luta. O princípio da luta camponesa para Fernandes (1999), começa há 500 anos com a chegada do colonizador português, da exploração, do cativo e da luta dos índios e escravos contra todo o sistema forçado. Holanda (1995) elucida a questão de que, diante da expectativa frustrada dos portugueses em buscar a riqueza rápida, passam a explorar a terra, com caráter aventureiro, audácia, imprevidência e irresponsabilidade.

Além disso, pode-se perceber que a agricultura no Brasil foi conduzida à concentração de terra, concretizando a idéia da *supremacia da função exportado-*

*ra da agricultura sobre a produção de alimentos, a valorização das atividades rurais pela capacidade de gerar lucros e a depreciação de outras funções, como a de alimentar a população, dizem Altafin e Rocha (2005).*

## **Multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura**

Mesmo relegada e preterida, é importante entender que a agricultura familiar deve ser percebida não apenas como produtora de bens agrícolas, mas também como responsável pela preservação do meio ambiente, segurança alimentar entre outros aspectos. Por isso, definir “multifuncionalidade” tornou-se ponto tão importante na busca constante entre a integração da agricultura com “famílias rurais”, já que a agricultura familiar se destaca como potencialmente capaz de desempenhar funções econômicas e produtivas, além de sustentar o tecido social rural.

Maluf (2002) afirma que, *a noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícola*, principalmente por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a produção de bens privados. Acrescenta que além de ser multifuncional no interior da família, se torna a responsável pela conservação de recursos naturais – água, solos, biodiversidade e outros como a qualidade dos alimentos. Além de oferecer novos bens mercantis como o agroturismo e a prestação de serviços especializados a terceiros (MALUF, 2002, p. 312).

Já abordagem da pluriatividade (SCHNEIDER, 2003) constitui elemento importante para o entendimento das transformações verificadas no espaço rural (onde a divisão do trabalho pode ser realizada entre os membros da família), sobretudo através da combinação de atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade. A pluriatividade surge como forma de viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar, podendo contribuir com aspectos positivos (já que auxilia a fixação do homem no campo) e ainda adapta essa “agricultura” a novos contextos sociais.

Ao se perceber a pluriatividade como característica da agricultura familiar – fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países – pode-se defini-la como fenômeno através do qual:

*(...) membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.*

Pode-se ainda afirmar:

*(...) que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, podendo ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares (SCHNEIDER 2003, p. 112).*

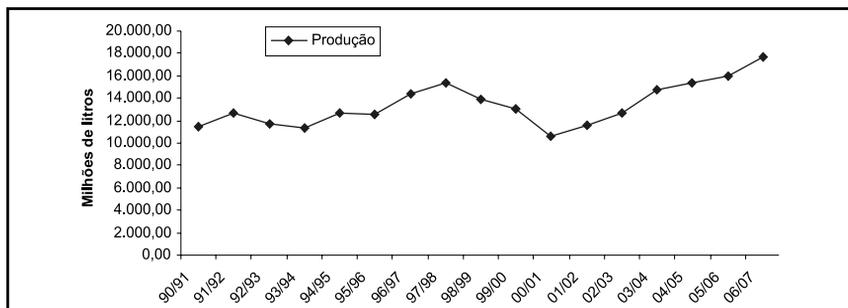
## Cenário atual e projeções do etanol no Brasil

O Brasil é pioneiro no uso de álcool combustível. A comercialização do etanol passou por diversas fases devido à participação do governo no setor sucroalcooleiro. Primeiramente, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, principal órgão responsável pelo setor. Em 1970, preocupado com a geração de energia no País, o governo cria o Proálcool (Programa Nacional do Alcool) substituindo parte do consumo de gasolina por etanol, tornando-se pioneiro no uso em larga escala desse combustível automotivo. O programa teve seu fim na década de 80, juntamente com a grande crise de governança e confiabilidade do setor sucroalcooleiro, gerada pelo desabastecimento do vasto mercado nacional. Não obstante, desde então, o País acumulou larga experiência no setor. É líder na produção mundial de etanol a partir da cana-de-açúcar e nas atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ela associadas (COSTA, 2008).

Atualmente, a preocupação mundial com o desenvolvimento das fontes renováveis de energia, que é tema cada vez mais freqüente na agenda global, valoriza a experiência brasileira com esse biocombustível renovável e pouco poluente.

A evolução da produção brasileira de etanol está abaixo representada:

**Gráfico 01: Produção brasileira de etanol**



Fonte: MAPA, 2007.

Tanto o álcool anidro (mistura para gasolina) quanto o hidratado (frota movida exclusivamente a álcool) são combustíveis de reduzida poluição. A criação dos carros *flex fuel* deve ser destacada como de suma importância para a explosão do consumo de álcool anidro. Os carros *flex fuel*, movidos a álcool ou a gasolina, já representam 87,7% das vendas de veículos leves no Brasil. Os números das vendas nacionais de veículos *flex*, evoluíram de 48,2 mil unidades em 2003 para 376,6 mil, em 2004, passando para 1,2 milhões em 2005 e 2 milhões, em 2006. Em 2007, foram vendidos 3,85 milhões de veículos (de um total de 20 milhões de automóveis em circulação no País), e há projeção de cerca de 12 milhões de veículos *flex* rodando no mercado brasileiro até 2012 (ROMERO, 2007).

Para acompanhar a expansão, dados da UNICA (2007) revelam o crescimento da produção brasileira de álcool de 11,5 bilhões de litros, em 90/91, para 15.93 bilhões, em 2006, chegando, em 2007, a 17,7 bilhões de litros produzidos (MAPA, 2007).

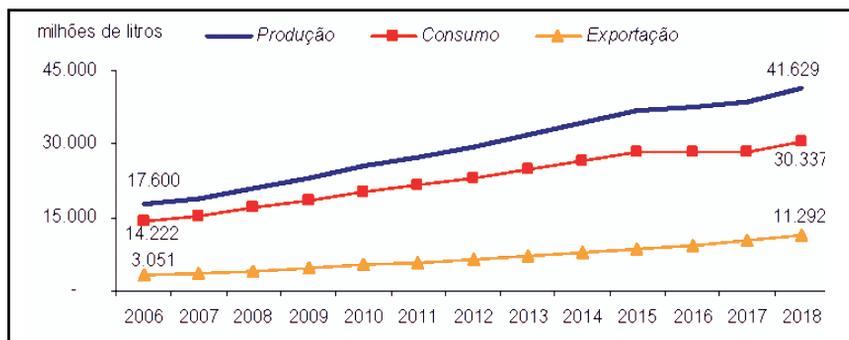
No mercado externo o País vende cerca de 3,5 bilhões de litros do produto, sendo os principais compradores do álcool brasileiro Estados Unidos, Japão, Índia e Suécia. O consumo interno brasileiro do etanol está avaliado em pouco mais que 14,0 bilhões de litros.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atualizou as projeções do agronegócio para os próximos dez anos. É trabalho sobre o qual não se tem muita experiência no Brasil. Seus resultados são inéditos e muito úteis para discutir acerca do futuro da agricultura brasileira. A base de dados utilizada em geral é da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, mas foram utilizadas outras fontes complementares como o IBGE, FGV, MAPA e USDA (GASQUES & BASTOS 2008).

Presente até na sucessão presidencial dos Estados Unidos, o etanol brasileiro ganhou *status* de celebridade em 2007 e deve integrar, nos próximos anos, a seleta lista de produtos líderes em exportação no País, juntamente com a carne e a soja. O álcool combustível liderará a expansão dos principais produtos agrícolas no Brasil até o fim dos próximos dez anos, de acordo com o estudo Projeções do Agronegócio Mundial e do Brasil 2006/2007, até 2017/2018. O estudo, da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do Ministério da Agricultura, projetou o desempenho de 16 produtos agrícolas em 12 safras - a passada, a atual e as 10 próximas. O documento prevê que sejam produzidos 41,63 bilhões de litros de etanol em 2017/2018, mais que duplicando os 18,89 bilhões de litros da safra 2006/2007. As projeções do etanol, referentes à produção, consumo e exportação refletem grande dinamismo do produto, devido especialmente ao crescimento do consumo interno e as exportações. O consumo interno para 2018 está projetado em 30,3 bilhões de litros e, as exportações, em 11,3 bilhões.

A expectativa de produção nacional de etanol no próximo decênio está abaixo representada.

**Gráfico 02: Projeções: Produção, consumo e exportação brasileira de etanol**



Fonte: MAPA, 2008.

O álcool deve ser uma das *commodities* com maior expansão nas exportações entre 2006/2007 e 2017/2018. As vendas externas de etanol, no período, devem disparar 222,9%, de 3,49 bilhões de litros para 11,19 bi/l. *Para as projeções de exportação do etanol dois fatores foram decisivos: a pressão dos biocombustíveis e os preços favoráveis no horizonte estudado*, informaram Gasques e Bastos (2008).

As informações demonstram que o crescimento do setor sucroalcooleiro é inevitável e, portanto, deve ser estudado para que suas conseqüências não sirvam para perpetuar ainda mais a situação de desigualdade do País. Esse é, portanto o trabalho desenvolvido na segunda parte do texto a seguir: para contribuir no esforço de demonstrar as evidências que as hipóteses estabelecidas permitiram construir.

## Resultados

No Brasil, a área plantada com cana de açúcar nos últimos dez anos, ultrapassou os 6 milhões de hectares com rendimento médio de 70 toneladas por hectare (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico - IBGE, 2007). Como se pode observar nas tabelas 1 e 2 (anexos), o aumento de produção na agroindústria canavieira está intimamente relacionado à incorporação de novas áreas: para que a produção de cana-de-açúcar crescesse 35% entre as safras de 1996/2006, a área

plantada teve de crescer 24% e a produtividade, medida em toneladas por hectare, 11,69%. A expansão da monocultura da cana reconfigura o espaço geográfico e pressiona modos de vida tradicionais e as atividades da agricultura familiar.

Em Goiás, a área plantada de cana-de-açúcar aumentou nos últimos dez anos, de 117.990 mil hectares para 237.547 mil hectares, equivalendo a mais de 100% de aumento; representa cerca de 5% das terras agricultáveis no Estado. Em contrapartida, a área plantada em grãos teria sofrido redução de 4% (FAEG, 2007).

Rosa (2007), destaca que esses números são preocupantes, uma vez que *quando se iniciou o processo de discussão sobre a vinda da cana-de-açúcar para Goiás, as áreas destinadas seriam aquelas de pastagens degradadas, embora hoje as usinas se instalem em terras próprias para produção de alimentos, sendo em sua grande maioria arrendadas, áreas próprias adquiridas, além daqueles produtores que produzem para atender ao novo mercado.*

A autora afirma que se a expansão continuar da forma como está, o Estado poderá ser muito prejudicado, já que a maioria das terras estarão arrendadas para a cultura da cana-de-açúcar e os produtores de grãos serão expulsos para áreas pouco propícias a essas culturas. Complementa Rosa: *o Estado que ainda hoje apresenta diversidade de culturas pode vir a desenvolver a monocultura da cana.*

No Vale do São Patrício, particularmente na micro região de Ceres, Vinicius (2007), afirma que o cultivo de lavouras para a produção de etanol representa ameaça à biodiversidade do cerrado brasileiro. As usinas instaladas na região captam água do Rio das Almas e outros pequenos rios e córregos, além de derrubarem grande parte da vegetação, quando restante, para preparar as áreas de produção.

Embora seja notória a movimentação econômica em função da atividade sucroalcooleira, contraditoriamente, não se percebe um desenvolvimento expansionista ou progressivo na mesma proporção do avanço da atividade canavieira. Apenas o que se observa é a manutenção da economia de subsistência e o progressivo aumento do êxodo no sentido rural/urbano. Avila e Avila (2007) demonstraram como se comporta a cidade de Rubiataba no quesito sustentabilidade e apontam o maior crescimento dentre as três principais cidades produtoras da região, do índice de pressão antrópica<sup>1</sup> entre 1996 e 2000. Rubiataba é apontada pelos autores também como a cidade com maior presença de agricultores familiares entre os três municípios estudados.

A região do Vale do São Patrício, uma das importantes do estado de Goiás, teve sua ocupação e desenvolvimento impulsionados pela criação da CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1941, que levou para lá, colonos de vários estados brasileiros e também de outros países. O desenvolvimento da região foi consolidado graças aos esforços do administrador da Colônia e sua equipe, que

colaborou com o Engenheiro Bernardo Sayão, um sonhador e realizador e também responsável pela construção da BR 153, a via de comunicação mais importante para a nação, pois fez a ligação norte-sul do Brasil.

A cidade de Rubiataba, localizada no centro-norte de Goiás, forma juntamente com os municípios de Goianésia, Itapaci, Carmo do Rio Verde e Itapuranga, o novo oásis verde do Cerrado goiano. Nessas cidades estão concentradas seis usinas de processamento de açúcar e álcool, que respondem por 22% (CONAB, 2008) da área plantada de cana de Goiás. A produção de cana aumenta de maneira significativa desde a desregulamentação do setor sucro-alcooleiro ocorrida em 2002 e as perspectivas de novos empreendimentos e expansão de novas áreas plantadas se consolidam com as políticas do governo em fomentar a produção de etanol.

A agropecuária da cidade é composta tipicamente por pequenos e médios agricultores, em sua quase totalidade, oriundos, em grande parte, de Minas Gerais por ocasião da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) no governo de Getúlio Vargas, em 1941. Como bons mineiros, os goianos de Rubiataba produzem leite, milho, carne, arroz, mandioca, feijão, frutas e outrora café, que inclusive, é a origem ao nome da cidade<sup>2</sup>. A cidade conta com uma usina sucroalcooleira, instalada há mais de 20 anos e dezenas de empresas moveleiras que, por anos, cunharam a designação de capital moveleira do estado para a cidade.

Apesar de pequena, quando comparada a outras usinas do estado e, principalmente às da região Sudeste, a expansão da produção canavieira de Rubiataba e entorno é evidente; principalmente após a aquisição da respectiva usina por um grupo tradicional no setor, oriundo do nordeste do Brasil.

A discussão que se segue, busca correlacionar a expansão da cana de açúcar, a agricultura familiar e a produção de alimentos em Rubiataba – GO.

É evidente que a cana está se expandindo na cidade estudada, no estado de Goiás e no centro oeste do Brasil.

Nota-se no referido município que o cultivo da cana destinado à produção de álcool apresenta taxas crescentes. A cidade que, na safra de 1996/97, tinha área com 2.135 hectares de cana (e produção de 160 mil toneladas) conforme a tabela 04 em anexo, saltou em 2006/07 para área de 3.500 hectares e produção para 262 mil toneladas. Esses números geram certa expectativa quanto ao futuro da agricultura familiar e a sustentabilidade agrícola de seus atores, na medida em que tal avanço ocorre tanto nas grandes fazendas quanto no arrendamento das pequenas propriedades que possuem topografias compatíveis com a agricultura canavieira.

No mesmo período, é possível verificar a redução de outros cultivos e a reconfiguração do espaço rural. As estimativas de produção agrícola para a cidade

estudada, na safra de 1996 a 2006, apontam à redução dos cultivos de arroz, milho, feijão e mandioca, que estão sendo substituídos por cana-de-açúcar. Observar tabela 04 e 05 (anexo).

O arroz, produto tradicional dos agricultores de Rubiataba, já foi subsidiado pelo governo do estado (incentivo através de lavouras comunitárias e fornecimento de kits repassados às associações). Atualmente, os incentivos vêm diminuindo com o governo direcionando seus esforços para a cultura da cana. Sabe-se que, apoiado em números do IBGE (2007), a produção de 3.6 mil toneladas da safra 96/97 sofreu decréscimo em 06/07 para 270 toneladas, ou seja, 92.5% de queda na produção. Apoiado nesses mesmos números, é possível visualizar que na mesma serie temporal, a área de 2000 hectares plantados caiu para 150 hectares.

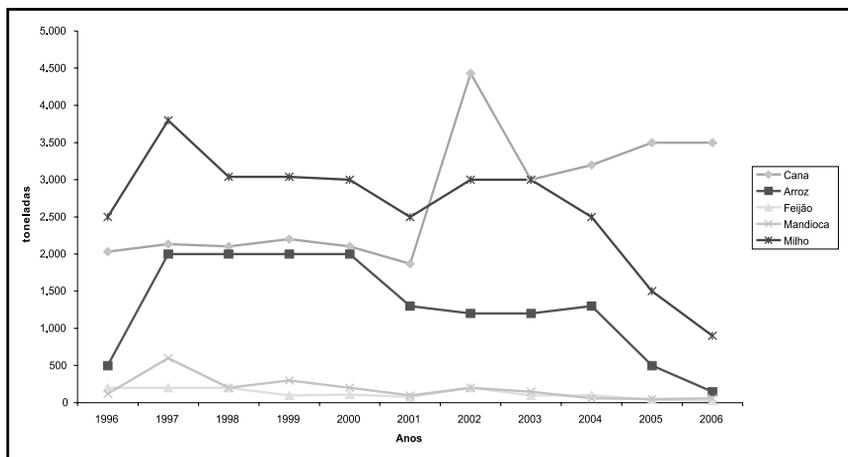
Costa (2007, p. 08) assinala que também o cultivo do milho para ser colhido verde e/ou fazer silo, cultivo de milho para grão, a produção de hortaliças (para ser vendida nas feiras dos produtores de quarta e domingo) e a criação de gado de leite, podem ser constatadas como as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares na cidade de Rubiataba.

O milho, cultivado em áreas nobres também para a cultura da cana, sofreu exorbitante decréscimo em dez anos (período de estudo). De 12.160 toneladas na safra 96/97, caiu para apenas 2.790 toneladas em 06/07 (uma redução da ordem de 77%). Sua área plantada de 3800 hectares caiu para 900, no mesmo período.

O feijão e a mandioca, embora não sejam de grande expressão para a agricultura familiar na cidade escolhida para o estudo, também sofreram redução, tanto em hectares plantados, como nas toneladas produzidas. O primeiro caiu de 80 para 18 toneladas em 10 anos e o segundo, de 8.000 para 960 toneladas. As áreas plantadas respectivamente, também sofreram com o decréscimo: 170 hectares no primeiro caso e 540 hectares no segundo.

Outros dados importantes são gerados pela produção de leite e gado de corte na cidade. Apesar de a produção leiteira praticamente não se haver alterado nos últimos dez anos (de 11.285 litros/dia, a evolução se deu para 11.595 litros/dia em 2006) o rebanho efetivo aumentou, evidenciando que a manutenção dos níveis de produção se fez graças ao aumento do número de animais. Isso ocorreu, mesmo que tenha havido uma diminuição bastante grande da área destinada à pastagem, que passou de 50.963 hectares para 36.265 hectares no período. No mesmo período, o efetivo bovino apresentado pelo Censo 96/06 caiu de 52.395 cabeças para 51.598. No entanto, vale salientar que a área de lavoura passou de 4.970 hectares para 8.188 hectares, tornando perceptível que aumentaram as áreas de lavoura, mas diminuíram as destinadas às pastagens.

### Gráfico 03: Área plantada das principais culturas no município de Rubiataba



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/ Elaborado pelo autor

### Conclusões

Confirmando as hipóteses, a ampliação no cultivo de cana possui influência direta e indireta na agricultura familiar em Rubiataba, impondo restrições à produção de gêneros alimentícios nas áreas extensivamente ocupadas por cana.

Culturas de expressão para a agricultura familiar da cidade como o milho e o arroz obtiveram significativo decréscimo; não se pode afirmar ao certo, porém, se tal é ocasionado ou não pela alta crescente da produção de cana na região. Com base no desenho da paisagem natural da cidade, observa-se o desaparecimento de cercas e divisas entre as propriedades e a intensificação de visual único absorvido pela presença da cana. Até propriedades pequenas que não seriam de extrema necessidade à usina, mas que estão entre propriedades de interesse, são incorporadas para atender a expansão e a mecanização.

Diretamente, existe a apropriação de terras e principalmente das áreas destinadas à produção de milho e pasto pelos agricultores. Costa (2007, p.08) categorizou os grupos de agricultores familiares existentes na cidade de acordo com as atividades principais exercidas dentro e fora de suas propriedades: agricultores que se desligaram da atividade completamente, vendendo ou arrendando suas terras para a usina; agricultores que plantam exclusivamente cana para a usina; agricultores que plantam cana de maneira parcial e aqueles que não se envolvem com o plantio.

Para a produção de leite, a influência é indireta. Lojas de produtos que encerraram suas atividades, ausência de assistência técnica, a compra de insumos mais caros de outras regiões são fatores que afetam o custo de produção do leite, influenciados justamente por não se ter mais o milho (principal insumo utilizado para a alimentação animal), comprovando indiretamente os problemas causados à agricultura familiar pela expansão da cana frente aos cultivos alimentares relevantes na cidade.

Pode-se concluir, com base em dados extraídos do IBGE (2007) que o mais evidente é que a cana expandiu-se em áreas de pastagens (que diminuíram 20 mil hectares no período estudado). No mesmo período a área plantada com cana aumentou, cerca de 1500 hectares. A diminuição da área de pasto deve ser visto como grande indício de correlação com o crescimento da área plantada de cana. Todavia, afirmar certamente sobre qual área de fato ocorreu a expansão da cana é tarefa que exige mais aprofundamento metodológico, principalmente associado ao uso de imagens de satélites e georreferenciamento, que não foram empreendidas neste estudo.

As conclusões derivam do fato de que, expandindo-se a cana em áreas de pastagens, os pecuaristas de corte vendem ou arrendam suas terras e migram para regiões de terras mais baratas do Pará e de Tocantins, fato confirmado em diversos estudos como os de Saywer (2007) e Miziara (2007), por exemplo. Como consequência, diversos pecuaristas de Rubiataba mudaram-se para aqueles estados ou lá instalaram suas unidades de produção de gado.

Outra influência da cana na produção agrícola dos pequenos agricultores é o uso intenso da água pelas usinas (relacionado ao fato de conseguirem com maior facilidade sua outorga), e uso intenso de herbicidas, defensivos e maturadores aplicados via aérea. A pulverização influencia não só a área destinada ao plantio da cana, como também à destinada à produção de hortaliças, frutas e legumes, além dos limites das áreas de produção de cana.

A expansão da monocultura aumenta a demanda por energia, água e terra; óbvio, portanto, que diminuam os espaços da agricultura familiar o que, por sua vez, reduz os serviços especialmente do agronegócio (topografia, projetos, veterinários) e o comércio local (verdureira, lojas agropecuárias, oficinas). A cidade por sua vez, arrecada menos impostos, perde capacidade de investimento e ainda enfrenta graves problemas sociais. Por sua vez, a usina compra seus insumos de outras localidades, principalmente justificando a questão preço-volume como elemento de competitividade.

A dinâmica do crescimento da produção de cana de açúcar no município de Rubiataba – GO é, portanto, correlacionada de maneira direta e indireta com a diminuição da produção de alimentos, principalmente o milho e o leite. Por sua vez, esses produtos tradicionalmente são associados à agricultura familiar.

## Notas

<sup>1</sup> Índice de Pressão Antrópica, Sawyer, (1997)

<sup>2</sup> Rubiataba (de Rubiácea), família botânica que pertence ao café, e de (taba) que no idioma tupi significa aldeia de índios

## Referências

- ADIB, Alberto Renault; MIRANDA, Carlos Luis. *Aspectos da agricultura familiar no Brasil: Uma revisão bibliográfica*. Apresentado ao IICA (mimeo), 2007.
- ALTAFIN, Iara; ROCHA, Luiz Augusto. Prioridade para a agricultura familiar: por que é tão difícil? *Cadernos do Ceam*, v.5, n.17, Brasília, 2005.
- ÁVILA, Mario Lucio de; ÁVILA, Silvia Regina Starling Assad. Cidades, agronegócio e sustentabilidade. *Associação Brasileira de estudos populacionais – ABEP*. Seminário população pobreza e desigualdade. Belo horizonte 05-06 de novembro, 2007.
- BRESSAN, Flávio. O método do estudo de caso. *FECAP: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado*. 2000: Disponível em: [http://www.fecap.br/adm\\_online/art11/flavio.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm) Acesso em: 18 mai.2008.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) Acesso em 17 mai. 2008.
- COSTA, Wanderley Messias. Cenários da pesquisa e da produção de bioenergia no Brasil e no mundo. *USP Online*. Set. 2007. Disponível em: <http://www4.usp.br/index.php/sociedade/38-sociedade/14052>. Acesso em 12 de junho de 2008.
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- Federação da agricultura e pecuária de Goiás – FAEG. Disponível em: [www.faeg.com.br](http://www.faeg.com.br) Acesso em 17 mai. 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil 500 anos de luta pela terra. *Revista de Cultura*. Petrópolis: Vozes, v.93, n.2, 1999.
- GASQUEZ, Jose Garcia, BASTOS, Eliana. *Tendências: Projeções para 2017/2018*. Disponível em: [http://www.ripa.com.br/fileadmin/noticias/agroanalysis/2007\\_12\\_RIPA.pdf](http://www.ripa.com.br/fileadmin/noticias/agroanalysis/2007_12_RIPA.pdf). Acesso em 12 de junho de 2008.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1993.
- GRISA, Cátia. *Da roça à mesa: a produção de alimentos “pro gasto” na agricultura familiar*. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com>.
- Instituto brasileiro de geografia e estatística – IBGE. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)  
Acesso em 17 mai. 2008.
- MALUF, Renato S. O enfoque multifuncional da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, Dalmo Marcelo de A. e WILKINSON, John (org's). *Inovação nas tradições da Agricultura Familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.
- MIZIARA, Fausto. Expansão da fronteira agrícola em Goiás: cana de açúcar. In: *Expansão do setor sucro-alcooleiro do estado de Goiás: Planejamento e sustentabilidade*, 2007, *Anais*. Goiânia: mai/07.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agrocombustíveis e produção de alimentos*. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/index.php/2008/04/19/agrocombustiveis-e-producao-de-alimentos>. Acesso em 17 mai. 2008.
- PEREIRA, Pedro Antonio Arraes. *Agricultura Familiar e o Programa Fome Zero*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/presencadoleitor/artigo11.htm>. Acesso em 17 mai. 2008.
- ROMERO, Thiago. Produção de etanol no Brasil deverá subir dos atuais 18 para 65 bilhões de litros por ano em 2020. Disponível em: [http://inovabrasil.blogspot.com/2007\\_10\\_02\\_archive.html](http://inovabrasil.blogspot.com/2007_10_02_archive.html). Acesso em: 15 junho de 2008.
- ROSA, Claudia. *Expansão de cana em Goiás divide opiniões*. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/?q=node/26289>. Acesso em 17 mai. 2008.
- SAWYER, Donald. *Índice de pressão antrópica: uma proposta metodológica*. Brasília: ISPN, 1997.
- SAWYER, Donald. Climate change, technical progress and eco-social consequences in Brazil. *Workshop “Climate Change and the Fate of the Amazon”*. Oriel College, University of Oxford, March 20-22, 2007.
- SCHNEIDER, Sergio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v.18, n.51, p.99–121, 2003.
- VINICIUS, Marcos. *Avanço da cana-de-açúcar ameaça o Cerrado*. Disponível em: <http://www.marcusvinicius.blog.br/novo/?pg=noticia&id=236>. Acesso em 17 mai. 2008
- WANDERLEY, Maria Nazareh. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 394 p, 1999. p. 21-55.

## **Resumo**

O trabalho tem por objetivo compreender as implicações do aumento das áreas plantadas com cana sobre a produção de alimentos, (principalmente arroz, milho, leite, carne, mandioca e feijão) e por sua vez, as relações que se estabelecem direta ou indiretamente com a agricultura familiar em Rubiataba – interior do estado de Goiás. Utilizou-se sobretudo, de dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do período 1996/2006 (IBGE) e dados obtidos através da pesquisa de campo. Como resultado aponta que no município estudado o cultivo da cana destinado à produção de álcool apresenta taxas crescentes; mas, nos plantios destinados à produção de alimentos, houve decréscimo nos últimos dez anos. Conclui-se que a dinâmica do crescimento da produção de cana de açúcar no município de Rubiataba – GO é, portanto, correlacionada de maneira direta e indireta com a diminuição da produção de alimentos, principalmente o milho e o leite, produtos estes, que por sua vez, tradicionalmente são associados à agricultura familiar.

Palavras-chave: Cana de açúcar; Produção de alimentos; Agricultura familiar

## **Abstract**

The article analyses the implications of the growth of areas planted with sugar cane on food production (mainly rice, maize, milk, meat, cassava and beans) and its direct and indirect impacts on familiar agriculture in Rubiataba - state of Goiás. It is based on data concerning the Municipal Agricultural Production (PAM) from 1996 to 2006 (IBGE) and other obtained through field research. The results show that in the studied city the culture of the sugar cane destined to the production of ethanol is expanding while the areas destined to food production have decreased in the past ten years. The growth of sugar cane production in Rubiataba-GO is, therefore, related in direct and indirect ways to the reduction of food production, mainly maize and milk, products traditionally associated to familiar agriculture.

Key words: Sugar cane; Ethanol; Food production; Familiar agriculture

## **Resumen**

El artículo analiza las implicaciones del aumento del cultivo de caña de azúcar para el cultivo de alimentos (principalmente arroz, maíz, leche, carne, yuca y frejoles) y

sus impactos directos e indirectos para la agricultura familiar en la municipalidad de Rubiataba, Goiás. El estudio esta basado en datos de la Producción Agrícola Municipal entre los años 1996 y 2.000 (IBGE) y en datos primarios obtenidos en investigación de campo. Los resultados evidencian que el cultivo de caña de azúcar ha crecido mientras la producción de alimentos ha reducido en los últimos diez años, afectando directa e indirectamente la producción de maíz y leche, productos tradicionalmente relacionados a la agricultura familiar.

Palabras clave: Caña de azúcar; Etanol; Producción de alimentos; Agricultura familiar

## **ANEXOS**

**Tabela 1: Quantidade produzida em mil hectares - 1996/2006**

	Ano										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	317.105	331.612	345.254	333.847	326.121	344.292	364.389	396.012	415.205	422.956	457.245
Goiás	8.533	8.395	10.187	9.376	10.162	10.253	11.674	12.907	14.001	15.642	19.049
Rubiataba	152	160	168	157	157	140	149	224	256	280	262

**Tabela 2: Área plantada em hectares de cana de açúcar - 1996/2006**

	Ano										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	4.830.538	4.881.648	5.049.953	4.975.189	4.879.841	5.022.490	5.206.656	5.377.216	5.633.700	5.815.151	6.179.262
Goiás	117.990	115.187	144.022	148.368	139.186	129.921	203.685	168.007	176.328	200.048	237.547
Rubiataba	2.034	2.135	2.100	2.200	2.100	1.870	4.430	3.000	3.200	3.500	3.500

**Tabela 3: Quantidade produzida em mil toneladas de cana - 1996/2006**

	Ano										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Rubiataba	152	160	168	157	157	140	149	224	256	280	262

**Tabela 4: Quantidade produzida de cana, arroz, feijão, mandioca e milho no município de Rubiataba (toneladas) - 1996/2006**

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Cana	152.000	160.000	168.000	157.000	157.000	140.000	149.000	224.000	256.000	280.000	262.000
Arroz	600	3.600	3.600	3.600	3.600	2.340	2.160	2.160	2.600	900	270
Feijão	110	80	150	74	77	34	90	50	131	24	18
Mandioca	1.920	8.000	3.200	3.200	3.200	1.600	1.600	2.160	900	900	960
Milho	6.250	12.160	7.600	9.728	9.600	8.000	9.600	9.600	7.750	4.650	2.790

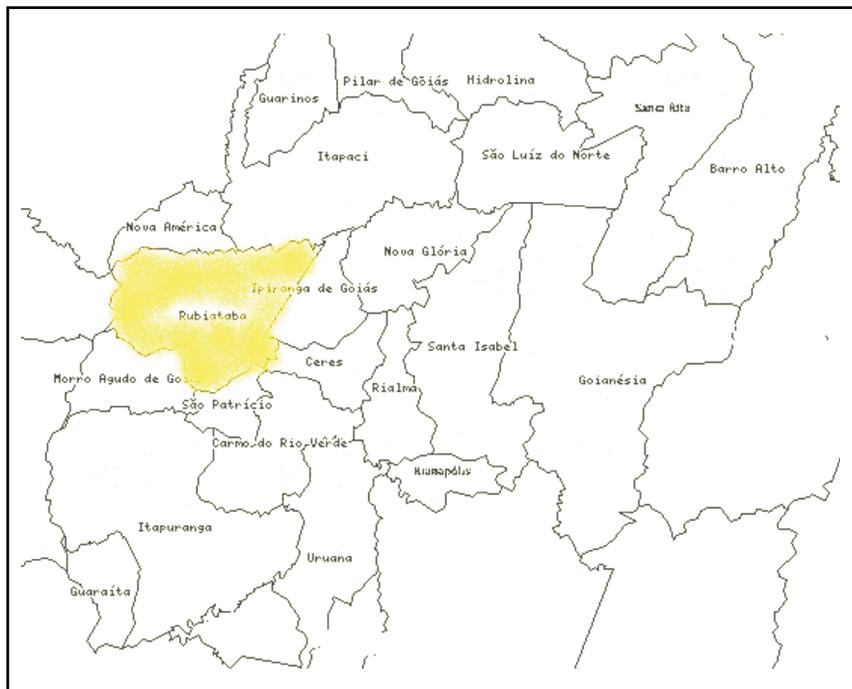
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal / Elaborado pelos autores.

**Tabela 5: Área plantada de cana, arroz, feijão, mandioca e milho no município de Rubiataba (toneladas) - 1996/2006**

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Cana	2.034	2.135	2.100	2.200	2.100	1.870	4.430	3.000	3.200	3.500	3.500
Arroz	500	2.000	2.000	2.000	2.000	1.300	1.200	1.200	1.300	500	150
Feijão	200	200	200	100	110	80	200	100	100	40	30
Mandioca	120	600	200	300	200	100	200	150	60	50	60
Milho	2.500	3.800	3.040	3.040	3.000	2.500	3.000	3.000	2.500	1.500	900

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/ Elaborado pelos autores.

**Figura 01: Vale do São Patrício e Rubiataba em destaque**





\* CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

A investigação histórica é caminho tortuoso, sobretudo quando se envereda na investigação genealógica. Descrever uma linhagem antepassada e dela subtrair informações relevantes para compreensão de determinado período histórico é tarefa árdua e que poucos se propõem a fazer. O autor, descendente direto de *João*, personagem epicentro da pesquisa, desvela com maestria o papel desempenhado pelos cristãos-novos, na constituição da sociedade da América Portuguesa. Marranos europeus migraram para a colônia, desde o século XVI; sua presença e atuação no desbravamento das novas terras têm sido vasculhadas, nas últimas décadas, por historiadores importantes, cujas contribuições edificam vasto repertório que tem preenchido lacunas na constituição da *ethos* brasileira.

O livro de Gilberto de Abreu Sodré Carvalho está pautado em caprichosa pesquisa para reconstituição de um ramo familiar, cujas origens remontam no século XIV, ao jovem *John Boteler de Sudeley* (*João Sodré*, em terras lusas), nobre de origem inglesa que migrou para Portugal compondo a corte de *Philippa de Lancaster*, então rainha de João I. Fundamentado em cartas genealógicas e em vasta bibliografia sobre o tema dos cristãos-novos na Europa e na América, o autor constrói um panorama interessante sobre o desenvolvimento da comunidade marrana, na região da Guanabara. Envolvidos inicialmente na produção açucareira, o grupo alçou altos postos no governo da Colônia, o que a princípio contraria a lógica do sangue puro.

Ao que parece, as prerrogativas foram flexibilizadas devido à ausência de europeus de linhagem sem mácula para tais postos. A conveniência para os soberanos portugueses possibilitou esse acesso, que contou inclusive com subsídios para a produção açucareira de qualidade inferior à nordestina. O fato é que homens de ancestralidade judaica não só enriqueceram como senhores de engenho, mas também ocuparam importantes cargos políticos no período, não apenas no Rio de Janeiro, mas no nordeste, nas províncias de Pernambuco e Salvador.

O marranismo aqui assume nova roupagem; os ritos e valores judaicos parecem estar sob a névoa de esquecimento e sincretismo com práticas cristãs. O que se procurou construir em meio a essa comunidade foi uma nova forma de culto baseado nas leis mosaicas, mas que recebe inevitavelmente, influências da mentalidade medieval que ainda perpassa das condutas e valores modernos. O cerne da questão marrana, no entanto, é que esse grupo social se agrupa em torno de fortes elos culturais e endogâmicos, edificando uma elite de profundas raízes e ampla ação política. O fato de muitos sefarditas sofrerem pressões na Península Ibérica, para se converterem ao catolicismo, estabelece o “teatro”, cristãos da porta para fora, judeus no íntimo do lar. Tal condição, perpetuada principalmente pelas mães – responsáveis pela transmissão dos valores religiosos – era de quando em quando sacudida pela Inquisição.

Os tribunais eclesiásticos, cuja razão de existir era a perpetuação e fortalecimento da Igreja Católica e a manutenção do *status quo* cristão, serviu por diversas vezes, sobretudo na Idade Moderna, aos interesses dos monarcas. Em diversos momentos, as investidas contra os cristãos-novos visavam à anulação de sua influência social, que muitas vezes chegava a níveis inconvenientes. O arcabouço da Inquisição, legitimada como juíza das condutas cristãs na mentalidade das pessoas, acessava sem grandes dificuldades o íntimo dos lares e famílias por meio da delação dos vizinhos e amigos. Na América Portuguesa não foi diferente. Quando convinham, as ações do Santo Ofício se faziam presentes. Os casos que se identificavam aqui como relevantes, eram encaminhados para Lisboa, sede dos Santos Tribunais responsáveis pelas colônias. Segundo conclui o autor, a intensificação das investigações sobre as práticas judaizantes, como era qualificado o crime marrano, corresponde ao período do declínio da importância econômica da produção açucareira fluminense, devido a questões do mercado internacional do produto e do “eclipse” político provocado pela ascensão da produção aurífera cuja explosão lança novos grupos sociais no ambiente público. Nas palavras de CARVALHO: *o amálgama do econômico com o poder político formal foi-se embora. Os poderosos deixaram de ser os nobres da terra, ligados à Conquista, ao cultivo do açúcar, às mercês e ao maior ou menor lastro judaico* (p.62).

A incisiva investida do Tribunal Lisboaeta desestabilizou a rede marrana fluminense, uma vez que muitos dos investigados e supliciados eram parentes ou de íntima amizade; não foi muito difícil identificá-los. O autor destaca que não seria mais possível hoje em dia identificar os marranos como um grupo social; suas estruturas e estilo de vida se perderam no decorrer dos tempos. Os laços familiares, antes endogâmicos, perderam o sentido com as novas estruturas sociais. Os so-

brônimos perderam sua função de rotulação de indivíduos e são anexos de pouca importância em nossa sociedade, cujos valores se pautam por outros méritos. Mas, ainda podem fazer voltar ao passado, como um caminho marcado por pedras luminosas, deixadas propositalmente como vereda para nossas origens. O trabalho desenvolvido por essa obra é prova disso. A historiografia brasileira, bem como o estudo da composição de nossa cultura, é muito favorecida com esse esforço de mais de duas décadas. Gilberto apresentou instigante quebra-cabeça que, quando montado, revela alguns mistérios de nossa colonização.



## **Normas para os colaboradores**

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento

 *gráfica e editora*  
***inconfidência***

**fores: (61) 3552.4024 3552.2510 fax: (61) 3386.2350**  
**brasilá distrito federal**

Site: [www.graficainconfidencia.com.br](http://www.graficainconfidencia.com.br)  
E-mail: [graficainconfidencia@zaz.com.br](mailto:graficainconfidencia@zaz.com.br)